

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**UMA NOVA EXTENSÃO RURAL PARA O NOVO
RURAL?**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Tatiane Almeida Netto

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

UMA NOVA EXTENSÃO RURAL PARA O NOVO RURAL?

Tatiane Almeida Netto

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Linha de pesquisa processos de inovação sócio-tecnológica e ação extensionista (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do Grau de **Mestre em Extensão Rural**

Orientador: Prof. Dr. Clayton Hillig

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

Almeida Netto, Tatiane
UMA NOVA EXTENSÃO RURAL PARA O NOVO RURAL?/Tatiane
Almeida Netto.-2013
123p. ;30cm

Orientador: Clayton Hillig
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural, RS, 2013

1. desenvolvimento 2. ruralidade 3. agroecologia 4.
sustentabilidade I. Hillig, Clayton II. Título.

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

© 2013

Todos os direitos autorais reservados a Tatiane Almeida Netto. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante citação da fonte.

Endereço: Serafim Valandro,464 apt 407 A.

Fone: (55)30263369 E-mail: tatinetto@yahoo.com.br

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

UMA NOVA EXTENSÃO RURAL PARA UM NOVO RURAL?

elaborada por
Tatiane Almeida Netto

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

CLAYTON HILLIG, Dr.
(Presidente/Orientador)

Dr. José Geraldo Wizniewsky (UFSM)

Drª. Gisele Martins Guimarães (UERGS)

Santa Maria, 26 de abril de 2013.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal de Santa Maria pela acolhida e, pela oportunidade de cursar uma pós-graduação pública e de qualidade.

A EMATER/RS ASCAR pela disponibilidade dos dados para esta pesquisa.

Ao professor Clayton Hillig pela orientação, amizade, cumplicidade e incentivo ao longo desta etapa.

Ao professor José Geraldo Wizniewsky e a professora Gisele Guimarães por aceitarem fazer parte desta banca e pelo apoio demonstrado.

Ao grupo de pesquisa em Extensão Rural Aplicada. Em especial as minhas queridas amigas Laura Scarton, Letícia Azevedo e Mirele Milani da Silva que junto comigo compõem o quarteto “fantástico”, em muitos momentos de trabalho árduo e descontração.

Aos meus colegas de extensão rural em especial a minha turma de 2011 e aos colegas de todas as horas: Isadora, Letícia Vargas, Adriana, Ezequiel, Daiane, Reginaldo e Cristiane.

Aos colegas do PEG muito obrigado pela amizade e pela parceria nesta etapa da vida.

A Deus, pela vida e pela força para realização desse trabalho.

Aos meus pais José Roberto Severo Netto e Iza Iraura Almeida Netto pelos exemplos de vida e principalmente pela paciência, dedicação e amor ao longo desta etapa.

A minha querida amiga e segunda mãe Maria de Fátima pelos bons fluidos e pensamentos positivos.

Ao meu filho Miguel Netto Michel e sobrinho Murilo Netto, meus melhores e maiores presentes, pela atenção e carinho que me foram dispensados.

Finalmente, a todos que fizeram parte e contribuíram para o desenvolver desta pesquisa.

Enfim, com carinho, obrigado!

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

UMA NOVA EXTENSÃO RURAL PARA UM NOVO RURAL?

AUTOR: TATIANE ALMEIDA NETTO

ORIENTADOR: CLAYTON HILLIG

Data e local da defesa: Santa Maria, 26 de abril de 2013.

Verifica-se na atualidade tanto nas políticas governamentais quanto na discussão acadêmica um novo olhar sobre o espaço rural. O rural passa a ser percebido como um espaço vivo e dinâmico composto por sujeitos sociais diversos que não vivem somente da agricultura. O rural vai hoje muito além do agrícola, exerce funções na preservação da biodiversidade, da cultura e da identidade do território rural. A extensão tem a premissa do desenvolvimento rural sustentável e preferencialmente deve assistir a agricultura familiar e aos grupos sociais em vulnerabilidade e risco social, conforme demandam as diretrizes da EMATER/RS ACAR e da PNATER. A pesquisa tem como objetivo uma análise das ações de extensão da EMATER/RS ASCAR na região do COREDE Jacuí Centro pela dimensão da sustentabilidade, na perspectiva acadêmica das novas ruralidades. A metodologia utilizada analisa as diretrizes da EMATER/RS ASCAR e da PNATER que indicam a agroecologia como caminho para a promoção da sustentabilidade e sua aplicação nas ações de extensão no COREDE Jacuí Centro. As ações foram categorizadas nas dimensões: sociais, ecológicas, econômicas, éticas, culturais e políticas. A análise compreendida de caráter qualitativo envolve uma reflexão sobre a nova extensão rural estar empiricamente a concretizar as demandas da academia de um novo rural. Os resultados apresentam 10% de público diferenciado que a EMATER/RS ASCAR atende atualmente na região COREDE Jacuí Centro demonstrando a representatividade das novas ruralidades e a necessidade cada vez maior de novas ações de extensão para o desenvolvimento do rural que atinjam a complexidade de novos sujeitos sociais. Conclui-se com a pesquisa que a agroecologia, incorporada nas ações de ATER, contribui para a promoção da sustentabilidade e construção da autonomia e cidadania dos sujeitos sociais do rural.

Palavras-chave: desenvolvimento, ruralidade, agroecologia, sustentabilidade.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A NEW RURAL EXTENSION FOR A NEW RURAL?

AUTHOR: TATIANE ALMEIDA NETTO

ADVISOR: CLAYTON HILLIG

Date and Place of Defense: Santa Maria, April 26, 2013.

There is at present both in government policy and in academic discussion a new look at the countryside. The countryside becomes perceived as a dynamic living space and consists of various social subjects who do not live only on agriculture. The country today is going far beyond agriculture, performs duties in preserving biodiversity, culture and identity of rural areas. The extension is the premise of sustainable rural development and preferably should assist family farmers and social groups in vulnerability and social risk as demanding guidelines EMATER/RS ASCAR and PNATER. The research aims at an analysis of extension actions EMATER/RS ASCAR COREDE Jacuí Centro the region's center for sustainability dimension in view of the new academic ruralities. The methodology examines guidelines EMATER/RS ASCAR and PNATER indicating agroecology as a way to promote sustainability and its application in extension activities in COREDE Jacuí Centro. The shares were categorized in dimensions: social, ecological, economic, ethical, cultural and political. The analysis comprised qualitative involves a reflection on the new extension being empirically to achieve the demands of a new rural facility. The results show 10% of the public distinguished EMATER/RS ASCAR currently serves the region COREDE Jacuí Centro demonstrating the representativeness of new ruralities and increasing need for new extension actions for the development of rural reach the complexity of new social. It concludes with the research that agroecology, embedded in actions ATER, contributes to the promotion of sustainability and building autonomy and citizenship of the rural social subjects.

Keywords:, development, rurality, agroecology, sustainability.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Ações de extensão rural quanto à observação dos casos existentes na perspectiva do desenvolvimento sustentável e das novas ruralidades no COREDE Jacuí Centro do RS.....	69
Tabela 2- Ações de extensão rural na temática das novas ruralidades no ano de 2010 observadas no COREDE Jacuí Centro	71
Tabela 3- Ações de extensão rural na temática das novas ruralidades no ano de 2011 observadas no COREDE Jacuí Centro	72
Tabela 4- Frequência das ações de extensão de maior representatividade, quanto ao número de produtores atendidos, na dimensão ecológica no COREDE JC.....	77
Tabela 5- Frequência das ações de extensão, saneamento básico, habitação e paisagismo quanto ao número de famílias atendidas no COREDE JC	78
Tabela 6- Frequência das ações de extensão, Gestão ambiental quanto ao número de participantes no COREDE JC	80
Tabela 7- Frequência das ações de extensão, quanto ao número de produtores atendidos, de agricultura de base ecológica inserida na dimensão ecológica nos municípios do COREDE Jacuí Centro.....	80
Tabela 8- Frequência das ações de extensão Plantas bioativas e Educação e promoção da saúde, quanto ao número de pessoas atendidas, nos municípios do COREDE Jacuí Centro.....	82
Tabela 9- Frequência das ações de extensão Agroindústria, artesanato, crédito rural e segurança e soberania alimentar nos municípios do COREDE Jacuí Centro	85
Tabela 10- Frequência das ações de qualificação profissional, ATER quilombolas, ATER Pecuaristas familiares e Juventude rural nos municípios do COREDE Jacuí Centro.....	94
Tabela 11- Frequência das ações de inclusão social, promoção da cidadania e organização social, com grupo de pessoas com vulnerabilidade, e ações de acesso à política pública nos municípios do COREDE Jacuí Centro	99
Tabela 12- Frequência do número de pessoas presentes nas ações de extensão em promoção de eventos.....	103

Tabela 13- Frequência do número de pessoas presentes nas ações de extensão em organização rural.....	107
Tabela 14- Frequência das ações de dimensão ética nos municípios do COREDE Jacuí Centro.....	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Representação da Região Jacuí Centro com divisão municipal e sua posição estadual.	58
Figura 2- População por situação de domicílio nos municípios do COREDE Jacuí Centro– Ano 2008	59
Figura 3- Taxa de urbanização do Rio Grande do Sul e municípios da região do COREDE Jacuí Centro nos anos de 2001 a 2008	60
Figura 4: Organograma das categorias de análise conforme as dimensões da sustentabilidade.	63
Figura 5- Porcentagem das ações de extensão nas dimensões da sustentabilidade, frequência distribuída em relação aos casos visualizados na região do COREDE Jacuí Centro	68
Figura 6- Gráfico da dispersão das ações de extensão observadas no COREDE Jacuí Centro nas dimensões de sustentabilidade nos anos de 2010,2011 e 2012. ...	70
Figura 7- Frequência das ações de extensão da dimensão ecológica nos anos de 2010, 2011 e 2012, na Região COREDE Jacuí Centro.....	76
Figura 8- Frequência das ações de extensão da dimensão econômica nos anos de 2010, 2011 e 2012, na Região COREDE Jacuí Centro.....	84
Figura 9- Frequência das ações de extensão da dimensão social nos anos de 2010, 2011 e 2012, na Região COREDE Jacuí Centro.....	92
Figura 10- Frequência das ações de extensão da dimensão cultural nos anos de 2010, 2011 e 2012, na Região COREDE Jacuí Centro.....	102
Figura 11- Frequência das ações de extensão da dimensão política nos anos de 2010, 2011 e 2012, na Região COREDE Jacuí Centro.....	105
Figura 12- Frequência das ações de extensão da dimensão ética nos anos de 2010, 2011 e 2012, na Região COREDE Jacuí Centro.....	109
Figura 13- Gráfico da ações realizadas pela EMATER/RS ASCAR na região COREDE jacuí Centro considerando no atendimento como público o titular da família	111

Figura 14- Gráfico da ações realizadas pela EMATER/RS ASCAR na região COREDE Jacuí Centro considerando no atendimento como público os integrantes da família..... 112

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Problematização.....	14
2. EXTENSÃO RURAL.....	18
2.1. PNATER- Política nacional de assistência técnica e extensão rural	27
3. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	33
4. NOVAS RURALIDADES	46
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
5.1. Dimensões de análise.....	62
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	68
7. CONCLUSÃO.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais se verifica um novo olhar sobre o meio rural tanto na academia como nas políticas governamentais. As ruralidades e o desenvolvimento rural, com a presença de novas atividades sócioeconômicas fazem parte de transformações econômicas, sociais e culturais em escala mundial. O chamado “novo rural” tem despertado um amplo debate no meio científico, em busca de uma definição do conceito de rural brasileiro (SILVA, 1997).

O meio acadêmico está discutindo o rural, propondo uma dinâmica de território e aponta que o mesmo não deve ser delimitado apenas pelos critérios espaciais, mas a partir de uma combinação múltipla de elementos, como o número total de habitantes da região ou microrregião, a densidade demográfica e características geográficas (VEIGA, 2002).

Ao visualizarmos o rural como território ocorre um rompimento da dicotomia que separava o rural do urbano e que atribuía ao espaço rural a responsabilidade pelo “atraso” nos processos de desenvolvimento. O rural passa a ser visto como uma escolha, como uma opção pelo contato com a natureza, pela tranquilidade, o que transforma também a concepção das atividades agrícolas (WANDERLEY, 2001).

Ao adotarmos a perspectiva de um novo rural estamos aceitando que as complexas relações da natureza com a sociedade estão moldando as formas de produção, fazendo surgir atividades agrícolas e não agrícolas ancoradas numa visão sócio-política que defende que a atividade agrícola não se esgota na produção de alimentos e oferece a sociedade uma gama de bens, tangíveis e intangíveis, ligados ao simbólico e, principalmente, ao contato com a natureza (WANDERLEY, 2000; CARNEIRO, 1998; FROEHLICH, 2002).

A nova ruralidade seria, então, a reestruturação dos valores rurais frente à influência de valores e costumes de fora, não podendo caracterizar a ruralidade no geral, pois cada localidade tem suas características específicas. E são estas características específicas que compreendem a identidade de determinado território.

As construções sociais do rural contemporâneo, conjuntamente com a ampliação do espaço social, acompanham o fenômeno de mundialização do

consumo e propagação de bens materiais e simbólicos. A mercantilização do espaço rural propicia a construção de bens materiais e simbólicos baseados tanto pela problemática da natureza (ambiental), quanto pelas orientações culturais da lógica pós-moderna, favorecendo a construção de (novas) identidades comunitárias, culturais e territoriais (CARNEIRO 1998, FROEHLICH 2002).

O rural pode ser compreendido como um espaço de vida multidimensional, onde os sujeitos sociais promovem o seu desenvolvimento, através das relações sociais. Os vínculos entre território, terra, lugar e as relações que nele se desenvolvem determinam a formação social, política, cultural e a identidade local (FERNANDES, 2005).

Tendo em vista as Novas ruralidades serem temas acadêmicos, que vem sendo discutidos desde o início da década de 90 observa-se a construção de um novo paradigma, a sustentabilidade, frente a um desenvolvimento rural sustentável.

Frente a essa conjuntura justifica-se o tema e delimita-se o olhar desta pesquisa nas ações de extensão da EMATER/RS ASCAR, considerando que estas ações são resultados de políticas de governo, pelo fato da EMATER ser um órgão institucional e oscilar suas atuações em decorrência das políticas mundiais, em exemplo as políticas de desenvolvimento.

No estudo apresentado, a extensão rural é vista como ação educativa, uma forma de comunicação gerada de forma participativa, em busca do desenvolvimento rural sustentável. Conforme se pode verificar na perspectiva de uma Nova extensão Rural:

[...]à Extensão Rural brasileira pede-se que contribua para o enfrentamento da crise socioambiental resultante dos modelos de desenvolvimento e de agricultura convencionais, implementados nas últimas décadas. Atuar, nessa nova perspectiva, requer das entidades, de seus diretores, de seus gerentes e de seus agentes uma nova postura de trabalho, um novo papel e um novo perfil, além de uma atuação baseada em métodos e técnicas que estimulem a participação. Uma nova Ater precisa ser, verdadeiramente, uma ação educativa, democrática e participativa (CAPORAL e RAMOS, 2006 p.1).

Uma extensão que promova a emancipação dos sujeitos sociais de um território em virtude da ação comunicativa desenvolvida pela prática e ação social

através da educomunicação no espaço rural e na perspectiva da comunicação dialógica da extensão como comunicação.

A dissertação foi estruturada em sete capítulos onde o primeiro descreve a introdução do tema e problematização do mesmo.

O segundo capítulo descreve a historicidade da extensão rural até os dias atuais com a inserção da Política Nacional de Ater. O terceiro capítulo faz uma retomada ao termo desenvolvimento até o paradigma da sustentabilidade e ser hoje concebido no meio rural como desenvolvimento rural sustentável.

O quarto capítulo descreve as novas ruralidades, os conceitos de pluriatividade, multifuncionalidade e agricultura familiar.

O quinto capítulo vem a descrever os procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa bem como a construção das categorias de análise com base nas dimensões de sustentabilidade.

O sexto capítulo traz os resultados e discussão da análise empreendida no objeto de estudo: as ações de extensão no público do COREDE Jacuí centro.

Já o sétimo e último capítulo referencia as conclusões desta pesquisa em função dos objetivos propostos.

1.1. Problematização

Considerando que o rural mudou, apresentando novas formas sociais de organização, onde se apresentam hoje, novos sujeitos sociais, que vão além das atividades agrícolas. Temos a presença de um espaço dinâmico onde a população que ali habita faz do espaço rural um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor (WANDERLEY, 2001).

Abramovay (2007) faz uma crítica aos serviços de ATER serem direcionados, segundo a PNATER, aos agricultores familiares. O autor questiona se as ações de extensão visam o desenvolvimento ou a priorização das necessidades de um determinado público. A ruralidade não é composta essencialmente por agricultores que eventualmente exercem atividades não agrícolas complementares de renda.

As novas ruralidades implicam nas múltiplas funções do rural, onde existem estabelecimentos comerciais, industriais, hospitais, postos de saúde, escolas, enfim, uma infinidade de atores, que não cessam de expandir suas atividades.

Se nos voltarmos para o desenvolvimento, como uma análise territorial deverá ser referenciada os diversos atores sociais, onde as ações de desenvolvimento devem priorizar a diminuição da pobreza, a preservação e conservação dos recursos ambientais, a sustentabilidade e a oferta de emprego e renda de todos os públicos e não somente dos agricultores familiares.

Tendo em vista esta crítica podemos salientar que a EMATER/ASCAR-RS¹ hoje, ou qualquer outra instituição que promova o desenvolvimento rural sustentável, não está preparada em termos de profissionais para atender o público do rural em sua totalidade. Recentemente a EMATER/ASCAR-RS incorporam em seus quadros outros profissionais que não os essencialmente agrícolas, tais como sociólogos e assistentes sociais.

A extensão rural é caracterizada como um serviço de assessoramento a agricultores, suas famílias, seus grupos e suas organizações, nos campos de tecnologia da produção agropecuária, administração rural, educação alimentar, educação sanitária, educação ecológica, associativismo e ação comunitária (PEREIRA, 1984).

A extensão em suas fases de desenvolvimento e institucionalização no Brasil transpassa em diferentes enfoques: difusionismo, sistêmico e participativo. Uma análise temporal da extensão rural no Brasil proporciona a visualização das políticas de desenvolvimento que corroboraram na construção da PNATER- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural dirigindo às ações de extensão ao desenvolvimento rural sustentável.

Assim, as ações extensionistas, baseadas na agricultura, devem possuir articulação com o sistema sociocultural local, como suporte para a manutenção dos recursos naturais e também devem apresentar algumas características, tais como harmonia e equilíbrio; autonomia de gestão e controle; minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas; manutenção de circuitos curtos; utilização do conhecimento local, vinculado aos sistemas tradicionais do manejo dos recursos naturais; pluriatividade e complementaridade de rendas (Guzmán, 2001).

¹ Aqui nos remetemos a EMATER/ASCAR RS por ser o objeto de estudo da pesquisa as ações desta instituição pela perspectiva do novo rural

A extensão rural aqui analisada é contextualizada como ação educativa. Assim como a educação, nos dias atuais, a extensão rural passa por uma transformação, envolvendo a participação dos sujeitos na ação comunicativa.

Entende-se, como espaço educativo, todo ambiente onde se promove a formação humana, e como observou Paulo Freire (1979) educação é comunicação, onde a ação comunicativa está embasada no homem concreto, que não existe, senão na realidade, também concreta, que o condiciona. Paulo Freire ao pensar a educação e a comunicação aponta o caminho para uma demanda social de uma educação dinâmica e que considere a diversidade social e cultural no rural.

As práticas de extensão rural proporcionam à comunidade local a emancipação social através do conhecimento a respeito dos recursos locais e tem como resultado uma leitura particular da realidade, no sentido de formação de territórios. Ao participar de uma práxis social voltada para os interesses dos grupos sociais envolvidos, ampliam a visão de mundo, se inserem num processo de educação não formal que contribui para a compreensão do mundo e, formação da cidadania.

No âmbito da pesquisa, buscam-se quais são os novos públicos para a extensão. Esta pesquisa surge com o objetivo de refletir se a extensão rural empiricamente está a concretizar as demandas da academia de um novo rural, e a emergência de novos públicos. E verificar se as demandas da academia também compreendem uma demanda política como a hipótese da formulação do paradigma da sustentabilidade para um desenvolvimento rural sustentável.

O trabalho abrange uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, a qual aprecia a utilização de diferentes métodos e a abordagem qualitativa para análise dos dados buscando aprofundar a análise e não apenas conhecer os fatos de forma sumária, possibilitando uma reflexão sobre esta análise. A análise consiste na reflexão das ações de extensão considerando o paradigma de sustentabilidade da academia e da política mundial.

Considerando tais premissas, além da expectativa de que a pesquisa contribua para a ampliação nas discussões no âmbito acadêmico sobre o rural e a nova extensão rural de forma empírica formulou-se o seguinte problema: **As ações institucionalizadas no serviço de extensão pública contemplam as novas ruralidades? Essas ações atingem os novos sujeitos do rural?**

Como ponto de partida, para resposta a esse problema, ponderamos as análises das ações de extensão desenvolvidos nos últimos três anos pela EMATER/Regional Santa Maria, especificamente no COREDE Jacuí Centro. A escolha da região do Centro Jacuí foi motivada pela realização e o meu envolvimento em projetos sociais de educomunicação² rural nesta região, através do Projeto Arquitetos do Saber³(CAPES/Novos Talentos).

Constitui objetivo geral desta dissertação compreender as ações de extensão da EMATER/RS ASCAR no território do COREDE Jacuí Centro pela dimensão da sustentabilidade pela perspectiva agroecológica na probabilidade acadêmica das novas ruralidades.

Objetivos específicos:

- a) Identificar as ações de extensão realizadas pela EMATER/RS ASCAR no COREDE Jacuí Centros categorizadas nas dimensões da sustentabilidade;
- b) Realizar a análise quali-quantitativa das ações da EMATER/RS ASCAR que compreende os municípios do COREDE Jacuí Centro em consonância das novas ruralidades nas dimensões do desenvolvimento sustentável pelo enfoque da agroecologia;
- c) Verificar se as ações de extensão da EMATER/RS ASCAR estão em conformidade com as demandas das novas ruralidades e a política da PNATER;

² Soares (2009) conceitua educomunicação um campo de reflexão /ação, que partilha da crítica da racionalidade instrumental adota a prática social e a ação comunicativa para ponderar o processo social em um espaço de ações e experiências. A educomunicação surge para socializar e criar consensos, a partir das alianças dos agentes sociais envolvidos e atuantes no processo desenvolvendo a criticidade, autogestão e a capacidade de expressão do grupo social e sujeitos em questão.

³ O projeto Arquitetos do Saber foi importante na construção do objeto desta pesquisa, pois proporcionou um maior contato com o público rural através do desenvolvimento de oficinas nas escolas rurais. Foram através do projeto que se teve o primeiro contato com um novo público no rural, as crianças e jovens.

2. EXTENSÃO RURAL

Neste capítulo pretende-se apresentar elementos que possibilitem compreender o desenvolvimento das ações de extensão rural em consonância com o contexto histórico-político do País. Pretende-se também discorrer sobre a nova política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a PNATER desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas

A prática extensionista se originou nos EUA, com o período de mudança estrutural do mercantilismo para o capitalismo, ocorrendo abertamente à concorrência entre pequenos fazendeiros e grandes empresas americanas. Em decorrência dessa conjuntura, surgem as organizações dos fazendeiros em formas associativas agrícolas, visando à divulgação e a amplitude de conhecimentos desenvolvidos nas universidades e escolas agrícolas (FONSECA, 1985).

Foi a partir da década de 40, no final da segunda guerra mundial, que a extensão rural surgiu na América Latina. A prática extensionista nos países latinos teve forte influência norte-americana quanto à filosofia, princípios, métodos e meios de comunicação. A proposta do extensionismo americano era baseada no crédito acompanhado de assistência. Acreditava-se que desta maneira seria possível alavancar a agricultura de pequenos e médios produtores. A assistência, técnica, econômica e social, desde seu início se utilizou de métodos educativos, pedagógicos e dos meios de comunicação para facilitação da ação (OLINGER, 1996).

Surgem então Conselhos de Agricultura, estações experimentais, com a participação de mulheres, crianças e jovens, persuadindo o Governo Federal a oficializar o Trabalho Cooperativo de Extensão Rural, tornando-se a extensão o elo entre o conhecimento desenvolvido em estações experimentais e as populações rurais. (FONSECA, 1985). As atividades extensionistas como palestras, cursos, semanas de fazendeiros, campanhas, feiras..., tinham como principal função adequar os processos de trabalho na agricultura e a vida rural às novas máquinas,

sementes, raças, bens e serviços de consumo gerados pelo progresso científico e tecnológico (FIGUEIREDO, 1984).

O modelo americano de extensão rural, denominado “modelo clássico” que serviu de base para as ações extensionistas na América Latina sofreu alterações e complementações após sua concretização para adequação aos países subdesenvolvidos onde se destaca como as principais características desse modelo: a fonte do conhecimento é somente dos técnicos e dos cientistas, adoção da persuasão dos agricultores para adesão de práticas agrícolas visando o aumento de produtividade; e utilização massiva de recursos audiovisuais com interesse capitalista dos fabricantes de tais equipamentos (FONSECA, 1985).

O referido autor aponta que o grande mestre do processo de adequação do modelo clássico ao mundo subdesenvolvido dos países latino americanos foi Everett M. Rogers, com a criação do modelo difusionista que objetivava a passagem de mudança do subdesenvolvimento para o desenvolvimento com a adoção da técnica e insumos de origem industrial.

O difusionismo possui quatro funções características: conhecer, persuadir, decidir e confirmar, tendo como ponto central o processo de ensino-aprendizagem. O desenvolvimento econômico-social é a transição da sociedade tradicional com valores de conservadorismo, afetividade, compadrio e soluções tradicionais para os problemas comuns para uma sociedade com padrões de lucro, neutralidade afetiva, universalismo, especialização e soluções técnico-científicas para problemas comuns.

A extensão rural no Brasil também surgiu institucionalizada e no período pós-guerra e também com forte influência do capitalismo monopolista norte-americano. Teve basicamente dois modelos referenciais: o Cooperative Extension Service o Farm Security Administration (FIGUEIREDO, 1984).

[...] é bem verdade que o extensionismo, no Brasil, já nasceu como instituição, que se utilize este conceito sob a ótica de um conjunto de normas estabelecidas pela sociedade, quer se utilize instituição como sinônimo de organização patrocinadas ou não pelo Estado [...]. (CAPORAL, 1991 p. 30).

A atividade extensionista no Brasil teve início na Escola Superior de Agricultura de Viçosa (ESAV), em Minas Gerais, tendo como referência o modelo

Cooperative Extension Service. Teve como fundador e organizador o Norte Americano Peter Henry Rolfs, foi ele quem trouxe a ideia do extensionismo para o País, na segunda metade da década de 20 (OLINGER, 1996).

A extensão rural se concretiza no País em 1948, com o início dos serviços institucionalizados, como na implantação do Programa Piloto de Santa Rita do Passa Quatro em São Paulo e na fundação de ACAR em Minas Gerais, com forte influência de Nelson Rockefeller, mensageiro especial da missão americana no Brasil. As atividades extensionistas foram patrocinadas pela AIA⁴ em convênio com as municipalidades e colaboração de algumas empresas e financiamento parcial dos produtores rurais (FONSECA, 1985; FIGUEIREDO, 1984).

Também se visualiza a influência extensionista norte americana, com a criação da ACAR (Associação de Crédito Rural) em 1948, através do referencial da Farm Security Administration. A criação em Minas Gerais da associação de crédito se viabilizou através do convênio da AIA com o governo udenista de Milton Campos, o foco da ACAR era um programa de crédito rural supervisionado voltado para os pequenos estabelecimentos familiares (FIGUEIREDO, 1984).

O sistema ACAR se expandiu por todo território Nacional. Criou-se em 1956 a ABCAR (Associação Brasileira de crédito e Assistência Rural) a qual através de sua criação absorveu e filiou todas as associações de crédito e assistência rural dos Estados. Olinger (1996) aponta que sobre o regime da ABCAR se teve o melhor período de extensão no Brasil, em termos de expansão e qualidade dos serviços prestados. A junta Governativa da ABCAR era formada pelos dirigentes das filiadas (ou associadas) estaduais que seguiam diretrizes nacionais presentes no Estatuto da ABCAR (OLINGER, 1996).

Foi no governo de Jânio Quadros com o fortalecimento da extensão brasileira que se elabora o 1º Plano diretor Quinquenal (1961-1965) do Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural. Nesse momento abre-se caminho para a institucionalização do Sistema ABCAR, também conhecido como SIBER e após SIBRATER (OLINGER, 1996; FIGUEIREDO, 1984).

Figueiredo (1984) destaca que a aprovação desse Plano é considerado um impasse nas ações extensionistas, pois desse momento em diante as ações estão

⁴ Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social, criada pela família Rockefeller. Instituição filantrópica vinculada a grandes grupos empresariais norte americanos.

comprometidas com as orientações economicistas estando sempre vinculadas a um plano ou um programa nacional ou estadual de desenvolvimento.

No governo Geisel, década de 70, surge a criação do sistema EMBRATER, que une as referências da Cooperative Extension Service e Farm Security Administration. A EMBRATER é constituída pela lei nº 6.126, de 06 de novembro de 1974. Passa juntamente com a EMBRAPA⁵ a serem os principais instrumentos de caráter executivo para desenvolvimento da agropecuária no País (OLINGER, 1996).

Com a criação da EMBRATER se extingue a ABCAR, entretanto todo seu acervo físico, técnico e administrativo nas associadas seria absorvido pela empresa. Surge então a EMATER, onde através da EMBRATER poderia se dar o apoio financeiro a empresas que viessem a se constituir nos Estados, sendo que para isso deveriam sujeitar-se a adotar as diretrizes e critérios de escolhas de dirigentes semelhantes da EMBRAPA e da EMBRATER. Extinguem-se então os sistemas ACAR e ANCAR. Os sistemas de crédito e extensão ASCAR (RS) e ACARESC (SC), ACARPA (PR) permanecem vivos prestando serviço as EMATERs recém-criadas conforme exigências da EMBRATER.

No Brasil as ações extensionistas, por muito tempo, concentraram esforços na produção, em áreas produtoras e produtos de maior resposta ao fomento concedido pelo governo contribuindo com a concentração de renda, riqueza e poder. Observa-se esse posicionamento da extensão tanto no sistema da ABCAR, EMBRATER e SIBER, pois se constata que o modelo de extensão estava engajado no crédito rural, um modelo de modernização conservadora e tecnificado. (FIGUEIREDO, 1984).

Com a guinada para uma política agrícola, com incentivos do Banco Mundial, no final da década de 70, o público da extensão passa a serem os pequenos e médios produtores e as ações passam a transcorrer nas linhas de trabalho de tecnologias adaptadas e economia doméstica (PEREIRA, 2010).

A mudança no foco das ações de extensão para a produção emerge somente após a introdução de programas de apoio aos produtores de baixa renda financiados pelo Banco Mundial⁶ Os financiamentos⁷ eram motivados pela política de

⁵ Lei 5.851/1972 – promove e executa as tarefas de pesquisa no País

⁶ no biênio 1973-74 surge a definição da “pobreza rural absoluta” como alvo principal da intervenção do Banco Mundial por meio dos novos projetos de “desenvolvimento rural integrado” (DRI), e com a publicação do livro coordenado por Hollis Chenery, *Redistribuição com crescimento*. Daí nasceu o

desenvolvimento como forma de combater a pobreza e amenizar os riscos políticos para o projeto de desenvolvimento do capitalismo em escala mundial.

Mas foi nesse mesmo período, década de 70, que surgiu a EMBRATER, um serviço da entidade civil, sem fins lucrativos e a criação das EMATERs. O que ocasionou à constituição de uma empresa pública de direito jurídico privado, a qual viria a onerar os cofres públicos. O ministério da Agricultura dirigido por Delfin Neto na época não via com bons olhos as despesas com a folha de pagamento de pessoal ser pagas com recursos do BIRD (OLINGER, 1996).

Também na década de 70, a educação começa a ser influenciada pela pedagogia libertadora, com influência de estudos de caráter filosófico e sociológico, a educação passa a ser vista como pratica social em intima conexão com o sistema político e econômico vigente. Do elo entre a educação e a extensão emergem as discussões sobre a comunicação nas ações extensionistas e o método difusionista da extensão Rural. Propõe-se o estabelecimento de um modelo dialético entre agricultor e extensionista, baseado nas trocas de saber e na (re) valorização da cultura local. Esse modelo deve ser utilizado na construção de metodologias, compostas por uma visão participativa que valorizem o saber popular e a construção.

Na década de 80 a extensão começa a entrar em crise, o modelo de intervenção baseado no desenvolvimento econômico enfrenta dificuldades financeiras e políticas. Vários foram os motivos que contribuíram para que se criasse uma percepção negativa da extensão: como o uso deliberado de recursos, o aumento de servidores da EMBRATER concentrados em áreas urbanas. Nesta época se verifica uma diferenciação gritante entre os prédios e frotas de carro do Ministério da Agricultura e dos provenientes da EMBRATER (OLINGER, 1996).

Fez-se necessário neste período, a adoção de ajustes estruturais nas políticas e ações de extensão como resultado da proposta de Governo do Estado Mínimo. Inicia-se a construção de uma política liberal no governo. Surge à necessidade de democratização das ações, com a introdução de novas

enfoque orientado à pobreza (*poverty-oriented approach*), a partir do qual o Banco se firmou como paladino da “luta contra a pobreza” (PEREIRA, 2010).

⁷ em Setembro de 1973 no encontro Anual em Nairóbi, McNamara anunciou a estratégia de investir em pequenos agricultores, prometendo aumentar em 5% a produtividade desses até 1985. O que ficou conhecido como “empréstimos de novo estilo” partia do pressuposto de que a pobreza nas áreas rurais era causada não só pela dificuldade do desenvolvimento alcançar o campo, mas também pela incapacidade da agricultura contribuir com o crescimento econômico (CASTRO, 2009).

metodologias, as quais passam a referenciar as demandas locais e a participação dos produtores junto aos diagnósticos.

Nasce, então, a política de demandas. Incluem-se a essas metodologias de extensão instrumentos como: diagnóstico rural participativo, diagnóstico rápido de sistemas de conhecimento agrícola e as escolas de campo para agricultores (SILVA; DIESEL E NEUMANN, 2010).

É nesse período, década de 80, que se inicia a introdução do enfoque sistêmico, nas ações de extensão, sendo apresentado até como um novo paradigma de desenvolvimento, sobretudo em termos participativos. O enfoque sistêmico⁸ apresenta duas abordagens: hard-system (visão positivista) e soft-systems (visão construtivista) e tem sido aplicado na agricultura em resposta às crescentes críticas e falhas de projetos reducionistas e disciplinares de desenvolvimento rural. A análise das propriedades é direcionada aos agricultores familiares. A abordagem sistêmica muda à ênfase das estações experimentais para os experimentos em propriedades, com a participação dos agricultores. Na agricultura, o enfoque sistêmico tem se tornado cada vez mais necessário, devido à crescente complexidade de sistemas organizados e manejados pelo homem e da emergência do conceito de sustentabilidade (PINHEIRO, 2000).

A década de 90 é caracterizada pelo desgaste do setor público, gerado pelas políticas de privatização e o fim dos empréstimos internacionais, ocasionando crise no Sistema de Extensão Brasileiro e a extinção da EMBRATER. A responsabilidade da extensão passa a ser dos estados, que a partir desse momento tiveram que se responsabilizar pela manutenção das instituições como as EMATER'S e com reduzidos recursos, o que acarretou em uma queda acentuada na qualidade e quantidade de serviços oferecidos (TURCHIELO, 2003).

Na ausência do apoio federal aos serviços oficiais de Ater e diante da inexistência de uma política nacional para o setor, alguns estados da federação, num esforço de manutenção deste importante instrumento de

⁸ Segundo Pinheiro (2010) a visão sistêmica emerge na agricultura como solução e minimização de problemas que o enfoque reducionista não conseguia resolver, surgindo então duas visões o hard-system e o soft-system. A visão hard-system apoiava-se nos métodos econômicos e quantitativos para expressar as entradas e saídas do sistema de produção baseados na adoção de tecnologias para redução de custos e maximização da produção. A visão soft-system surge na limitação das pequenas propriedades em adotarem determinadas tecnologias, o enfoque passa a ser a construção de soluções satisfatórias com a participação do produtor e o técnico, o foco passa a ser a interação dos sistemas vivos e complexos na construção social de decisões e ações.

política pública, reestruturaram os serviços dando-lhes diversas formas institucionais e criando novos mecanismos de financiamento e operacionalização das empresas oficiais, além de apoiarem outras entidades emergentes. Nesse mesmo período, surgiram e se expandiram várias iniciativas, visando suprir a carência e o vácuo deixado pelo Estado, destacando-se aquelas patrocinadas por prefeituras municipais, por organizações não governamentais e por organizações de agricultores, entre outras (PNATER, 2004 p.5).

A gestão da extensão rural foi repassada aos estados e municípios contribuindo para que o RS constituiu-se uma identidade própria nos serviços de extensão, mais focados com a realidade local. Nasce então, no RS, a corrente da Nova extensão rural, onde os desafios se encontram em uma nova missão, com objetivos e estratégias na coletividade. Surge a crítica e o momento de reflexão, sendo que em 1987, ocorre “O repensar da Extensão Rural”, um seminário que deu ênfase ao “Enfoque Participativo” (SILVA, 2011).

A nova postura dos extensionistas promovia reflexões e discussões embasadas nas vivências e experiências de campo. Surgiam novos desafios para Extensão Rural, exigindo transformações e adequações para que essa instituição não se tornasse obsoleta e mantivesse a sua sobrevivência institucional. Acentua-se a necessidade de trabalhar com o uso de técnicas qualitativas, incentivando a participação dos produtores, a valorização e consciência sobre a questão ambiental e a necessidade de trabalhar com o produtor adaptando a informação técnica a sua realidade.

No século XXI, o país vivencia a consolidação de um governo democrático e popular e abre o caminho para a participação e o controle social sobre as políticas públicas. Com o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, em suas várias modalidades (voltada para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros), passam a ser coordenadas pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Esta nova responsabilidade da SAF/MDA ocorre juntamente com as novas exigências da sociedade diante do desafio de apoiar estratégias de desenvolvimento sustentável, determinam a necessidade de implantação de uma renovada e duradoura política de Assistência Técnica e Extensão Rural. A nova Ater nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da modernização conservadora e

dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de Ater baseados no difusionismo (PNATER, 2004).

Define-se assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como o serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (PNATER, 2004).

A Política Nacional de Ater foi construída de forma participativa, em articulação com diversas esferas do governo federal, ouvindo os governos das unidades federativas e suas instituições, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com o desenvolvimento rural sustentável.

Na PNATER a extensão rural deve ser um processo endógeno de conhecimento, sistêmico e multidisciplinar, sendo diferente da história da extensão rural, a qual foi por longo período voltada ao difusionismo e a transferências de tecnologias referentes a modernização conservadora. A Extensão Rural para o desenvolvimento sustentável deve superar os velhos modelos, ultrapassar a barreira difusionista, adotar práticas participativas, qualificar os agentes de ATER para adoção de uma prática agroecologia ou tudo será mantido igual, com um novo discurso e velhas práticas (CAPORAL e RAMOS, 2006).

Os autores acima referidos enfatizam que as instituições de ATER devem se ater aos compromissos que a extensão rural precisa assumir, um desenvolvimento sustentável pela via ecossocial e não a ecotecnocrática, que apenas remete a uma falsa ecologização. A missão da EMATER é sim promover o desenvolvimento com a participação social, envolvendo práticas coerentes a preservação da biodiversidade, compromisso social e um processo de construção socioeconômica e não simplesmente como aplicação de algumas poucas tecnologias industriais geradoras de dependências.

As inúmeras diretrizes propostas para a nova Ater são claras quanto ao caminho que a Extensão Rural deve seguir no processo de transição do modelo convencional para o modelo agroecológico. Na PNATER, as diretrizes são gerais, abrangentes e enfatizam a necessidade de respeito à diversidade das formas de vida como também consideram as diferenças locais.

Os autores evidenciam a riqueza da nova política de ATER na capacidade criativa de adaptar a ação aos elementos da realidade em virtude da existência de uma pluralidade. Não pode haver homogeneização, exigindo diferentes estilos de Ater. A compreensão da realidade deve ser buscada junto com as comunidades de agricultores, o que permite a definição de estratégias apropriadas ao contexto de cada comunidade, salvaguardando-se os princípios da Pnater.

Neste sentido a atuação da Emater nos municípios implementa-se mediante celebração de convênio com a Prefeitura Municipal, devendo basear suas ações a partir da realização de diagnósticos participativos, envolvendo autoridades, lideranças e as comunidades rurais que, através de contínuas discussões, passam a delinear a priorização dos esforços institucionais na promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.

A extensão rural é vista atualmente como a perspectiva para desenvolvimento local. Emerge como estratégia para solucionar demandas e problemas de exclusão sociais gerados pelos processos contraditórios de globalização de inclusão/exclusão. A extensão rural é hoje dita polissêmica nos processos de desenvolvimento do campo, atribui-se a ela diversas temáticas que permitem a sua constante renovação: o desenvolvimento rural sustentável, a gestão da comunicação, as novas ruralidades, a educomunicação, a agroecologia, a economia solidária, o associativismo e, mais recentemente, a incubadora de cooperativas populares (CALLOU, 2006).

O autor evidencia que as teorias da academia científica oriundas da geração de pesquisadores formados, nos anos 1980/90, nos Mestrados em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (MG) e Universidade Federal de Santa Maria (RS), no Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo consolidam o significado da Extensão Rural no terreno do Desenvolvimento Local e embasam a necessidade de um novo perfil de extensionista.

A realidade da atuação profissional dos extensionistas é complexa, os métodos tradicionais, difusionistas tem pouca serventia no contexto atual dessas organizações, por isso as instituições de ATER investem em aperfeiçoamento dos seus técnicos através de treinamentos e cursos de especialização. Exigem um perfil extensionista voltado para os novos tempos.

A mudança na extensão significa passar de uma perspectiva linear para uma visão sistêmica, que responda às condições de cada realidade onde atue uma entidade e um agente de Ater. A nova perspectiva exige que o extensionista seja um agente impulsionador do desenvolvimento das comunidades rurais, que influí também nas mudanças institucionais que são necessárias nas entidades de Ater.

Nos termos da PNATER, a Extensão Rural apresenta-se com o significado de estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações.

2.1. PNATER- Política nacional de assistência técnica e extensão rural

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (SAF/MDA) foi construída de forma participativa com governo, sociedade, lideranças e representantes da agricultura familiar. A política surge a partir da crítica do difusionismo na prática de extensão e como proposta de contribuição para com a problemática sócio ambiental. Propõe uma ação institucional articuladora de políticas públicas para as novas ruralidades, capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho.

A PNATER orienta os serviços públicos de Ater no país desde 2003 e passa a Lei Federal em 11 de janeiro de 2010 (Lei nº 12.188). Expressa princípios e diretrizes fundamentadas nos conceitos de uma pedagogia dialógica e participativa. Constata-se, entretanto, que o serviço de Ater no país ainda não se apropriou integralmente desses princípios e diretrizes, o que se confirma na pluralidade de práticas extensionistas adotadas pelas diversas organizações de Ater (MDA, 2010).

[...] A Pnater propõe um modelo de desenvolvimento sustentável para o meio rural, ancorado num conjunto de princípios que qualificam a ação extensionista e o serviço de assistência técnica e extensão rural prestado aos agricultores familiares e suas formas de organização. Dentre eles, destaca-se o princípio norteador desta proposta: Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da política pública (MDA, 2010 p.9).

Entre os pilares fundamentais que sustentam a PNATER, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques do gênero, de geração e de etnia nas orientações de projetos e programas (MDA, 2009).

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o principal objetivo dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. A extensão rural deve ter ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, adotando-se uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.

[...] a concepção da Política Nacional de Ater está também fundamentada em outros aspectos considerados básicos para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e pretende-se que seja estabelecida de forma sistêmica, articulando recursos humanos e financeiros a partir de parcerias eficazes, solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar em todo o território nacional. Incluem-se aqui as populações de produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF (PNATER, 2004 p.4).

A Ater deve ser executada mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo alicerçado em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista. Essa Extensão Rural deve contribuir para a melhoria da qualidade de vida, para o fortalecimento da cidadania e para a produção de alimentos limpos (CAPORAL e RAMOS, 2006).

A nova Ater que se propõe é uma ação educativa, democrática e participativa que exige dos profissionais um novo perfil, uma mudança de paradigmas e uma nova postura de trabalho baseada em técnicas e métodos que estimulem a participação. Segundo dados dos autores supracitados nos anos de 2004, 2005 e 2006 foram investidos muitos recursos em capacitação, tendo sido ampliado, em mais de 3000, o número de profissionais atuando nas empresas estatais de Ater.

Substituir o paradigma da Extensão Rural convencional por um novo modo de fazer Ater coloca em xeque os conhecimentos adquiridos no processo de formação dos agentes e na estrutura das organizações de Ater, na qual eles estão inseridos. Nesse sentido, o esforço de mudança é duplo, pois significa refletir sobre a própria prática e tomar decisões sobre seu papel, sua forma de atuação e, ao mesmo tempo, contribuir para a redefinição das estruturas e das relações de poder vigentes nas organizações de Ater (CAPORAL e RAMOS, 2006 p.6).

Os referidos autores ainda levantam a questão da formação dos agentes que trabalham em extensão. Muitos profissionais oriundos das ciências agrárias, pautada numa ciência cartesiana que continua reproduzindo o modelo de transferência de tecnologia dos pacotes da Revolução Verde. Falta na educação, de uma maneira geral, tanto nas universidades quanto nos ensinos técnicos, transpor a interdisciplinaridade alcançando a transdisciplinaridade, superando a fragmentação da realidade e promovendo as conexões, para recompor o conhecimento como um todo, compreendendo a educação como um procedimento social, humanitário e sistêmico.

As ações extensionistas devem priorizar a relação entre agricultores e agentes de Ater criando novas possibilidades de resgate dos conhecimentos locais e de participação consciente nas mudanças necessárias nos níveis da sustentabilidade: dimensão política, dimensão social, dimensão ambiental, dimensão econômica, dimensão cultural e dimensão ética. A troca de saberes estabelecida na participação e no diálogo entre técnico e agricultor possibilita a construção de conhecimento, e efetiva a opção ou não por determinada tecnologia, adequada as condições locais.

Na perspectiva da sustentabilidade, as ações extensionistas precisam fazer uso de tecnologias e formas de manejo que levem à construção de uma agricultura

de base ecológica, com preocupação ambiental e equidade social, sendo então enfatizada a ciência da agroecologia como princípio da Política Nacional de Ater e objetivo da mesma:

Objetivos dos serviços públicos de Ater [...] Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações[...] Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia (PNATER, 2004 p.9).

Além do compromisso ambiental exige-se um comprometimento com o desenvolvimento rural, na perspectiva social, onde as ações da Ater pública devem auxiliar na viabilização de estratégias que levem à geração de novos postos de trabalho agrícola e não agrícola no meio rural, enfatizando a multifuncionalidade do rural à preocupação com a Segurança Alimentar, qualidade de vida e o fortalecimento da cidadania.

Neste novo fazer extensão, as ações extensionistas não podem mais ser centradas na assistência técnica individual e sim privilegiar novas formas de atuação que envolva comunidades e/ou grupos de interesses, promover estágios de agricultores em propriedades, estimulando o estabelecimento de interações que possibilitem a socialização de saberes na relação agricultor vs agricultor (CAPORAL e RAMOS, 2006).

A PNATER indica à adoção de novos públicos as políticas de extensão, que resulta na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração e de etnia nas orientações de projetos e programas com públicos diferenciados, tais como: indígenas, pescadores artesanais, quilombolas e assentados. Além de outros grupos sociais como: idosos, jovens, crianças, escolares, pessoas deficientes, famílias em vulnerabilidade social, dependentes químicos e indivíduos com reinserção à sociedade aparecem fortemente relacionados com demandas específicas (EMATER, 2006; PNATER, 2004).

Paulo Freire propôs o estabelecimento de um modelo dialógico entre agricultor e extensionista, baseado nas trocas de saber e na (re) valorização da

cultura local. Esse modelo deve ser utilizado na construção de metodologias, compostas por uma visão agroecológica que valorizem o saber popular e a construção participativa. O profissional de ATER deve desempenhar um papel educativo, atuando como mediador e facilitador do desenvolvimento rural sustentável.

[...] a nova Ater vai buscar seu modelo teórico-pedagógico no construtivismo, cujo ponto central é a premissa de que o homem-agricultor possui um acúmulo de conhecimentos históricos, culturais, individuais ou coletivos que fazem com que ele esteja inserido no mundo do saber. Esses conhecimentos precisam ser valorizados e incorporados como elementos fundamentais de uma estratégia de desenvolvimento rural, o que é quase impossível conseguir utilizando-se os métodos persuasivos da tradição extensionista (CAPORAL e RAMOS, 2006 p.12).

A Extensão Rural para o desenvolvimento sustentável deve superar os velhos modelos, ultrapassar a barreira difusionista, adotar práticas participativas, qualificar os agentes de ATER para adoção de uma prática agroecologia ou tudo será mantido igual, com um novo discurso e velhas práticas (CAPORAL e RAMOS, 2006).

A missão da EMATER é promover o desenvolvimento com a participação social, envolvendo práticas coerentes a preservação da biodiversidade, compromisso social e um processo de construção socioeconômica e não simplesmente como aplicação de algumas poucas tecnologias industriais geradoras de dependências.

Os desafios de uma nova extensão rural está na nova missão, objetivos e estratégias na coletividade orientadora da nova extensão rural, relacionado ao profissionalismo dos extensionistas rurais, a profissionais qualificados na capacidade de compreender as relações sociais dos diferentes atores individuais e coletivos, públicos desta extensão.

Observa-se hoje a intensificação por parte dos agricultores de informação agrícola e rural e por serviços de assistência. Felizmente com a inserção da PNATER vemos as perspectivas de governo ultrapassaram a prioridade da produção, onde a extensão se impõe como uma ferramenta de política fundamental para promover práticas de agricultura sustentáveis ecologicamente e socialmente.

O aumento nas ações de extensão no século XXI incorporam os desafios contemporâneos de orientar e articular políticas que tenham efetividade na geração de renda e aumento da qualidade de vida no meio rural (EMATER, 2011).

Ploeg (2008) refere-se que a trajetória do desenvolvimento descreve a trajetória do desenvolvimento na agricultura, tendenciosas a industrialização, onde hoje se observa um processo generalizado de recampesinização no rural. Com o surgimento de políticas para o uso sustentado do capital ecológico está sendo orientada a defesa e melhoramento das condições de vida dos camponeses.

A EMATER tem como diretriz de trabalho o apoio às pequenas e médias propriedades rurais envolve, além da produção agropecuária, um conjunto de outras atividades geradoras de renda, emprego e valorização do meio rural, tais como a agroindustrialização, o artesanato e o turismo rural. Também se efetiva como compromisso de desenvolvimento rural a manutenção da população no campo, onde então as ações de extensão estão voltando os olhos para a juventude rural e atenção crescente para com os idosos (EMATER/RS ASCAR, 2006).

As ações de extensão por serem propulsoras do desenvolvimento influenciam o capital social presente no espaço rural. Conforme Ploeg (2008) o capital social é explicado por uma gama de relações ligadas à prática agrícola e, especialmente à agricultura multifuncional. Quanto mais positiva for à avaliação sobre o papel da agricultura na criação e manutenção das qualidades da zona rural, mais capital social existe. E quanto mais desenvolvida for à multifuncionalidade na agricultura local, mais o capital social é fortalecido

Segundo o marco referencial das ações sociais da EMATER/RS ASCAR (2006) a multifuncionalidade remete para adoção de políticas públicas voltadas às múltiplas funções que a agricultura familiar desenvolve e tem potencial para desenvolver. Segundo Ploeg (2008) a multifuncionalidade remete a utilização de mão-de-obra fundamentalmente familiar (ou mobilizada dentro da comunidade rural através de relações de reciprocidade) e pertencente às terras e outros meios de produção essenciais também à família. A produção é orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família.

3. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Ao estudarmos o termo desenvolvimento verificamos que no decorrer da história este foi alterando seu significado, sempre esteve atrelado ao crescimento econômico, até chegar aos dias atuais, na ideia de desenvolvimento sustentável.

Existem diversas maneiras de utilizar-se o termo desenvolvimento: participativo, endógeno, sustentado, no entanto, em nenhuma se consegue dissociar este termo das palavras: crescimento, evolução e maturação. O conceito de desenvolvimento foi sempre associado a crescimento econômico, que passou então a constituir um simples crescimento da renda per capita nas áreas economicamente subdesenvolvidas, medida por indicadores econômicos como o PIB e não por indicadores sociais. É nesse sentido que se alerta para uma preocupação com o desenvolvimento, não somente voltado para a economia, pois a visão somente nessa perspectiva apresenta muitas dicotomias entre as classes sociais e as diferenças gritantes entre ricos e pobres (ESTEVA, 2000).

A partir dos anos 70, com a repercussão dos danos ambientais, acentuadas desigualdades e exclusão social, o conceito de desenvolvimento adentra as políticas de governo, surgindo as correntes da sustentabilidade ecossocial e ecotecnocrática como estratégias ao desenvolvimento, utilizando-se dos conceitos desenvolvimento com equidade e codesenvolvimento (CAPORAL e COSTABEBER 2000).

A corrente ecotecnocrática é aquela disseminada pelo Relatório Brundtland, segue o padrão tecnológico dominante, entretanto englobando novas tecnologias que sejam teoricamente menos maléficas ao meio ambiente, engloba conceitos como a intensificação verde, a revolução verde, uma ecologização irreal, não contempla a preservação da biodiversidade e nem a diversidade cultural. O termo desenvolvimento sustentável foi incorporado pelo sistema capitalista que não dimensiona os limites de crescimento, trata os recursos renováveis como infinitos chegando até a incorporar preço aos recursos, visão pela qual a dimensão de crescimento econômico justifica a intervenção (ESTEVA, 2000).

Segundo o autor supracitado a visão econômica impede que se proponha um desenvolvimento sustentável e que se assuma uma postura ecológica e social onde se adotem cautelas e prudências tecnológicas. Os problemas sociais e ambientais

ainda são tratados do ponto de vista da suposta lógica do mercado, mas fica cada vez mais evidente que estamos chegando a um limite na utilização dos recursos ambientais.

O referido autor descreve a invenção do subdesenvolvimento pelo Presidente Truman, dos EUA, no fim da segunda guerra mundial, onde introduz o desenvolvimento como símbolo de sua própria política externa. Inicia a era do desenvolvimento, onde Truman separa desenvolvimento de colonialismo, e refere-se pela primeira vez ao hemisfério sul como “áreas subdesenvolvidas”.

A corrente ecossocial surge preocupada com o desenvolvimento sustentável, remete a ideia do codesenvolvimento como novo critério de racionalidade e com ênfase na equidade, inclusão social busca as dimensões de solidariedade diacrônica (pensando nas próximas gerações) e a sincrônica (pensando nas gerações presentes). Leva-se em conta nessa corrente, o conhecimento dos atores envolvidos no processo, as condições locais, as diferentes realidades, o uso de tecnologias modernas e tradicionais. (CAPORAL e COSTABEBER 2000).

A lógica econômica está incrustada no tecido social, homens e sociedade não são econômicos. Chegou a hora, conforme descreve Esteva (2000), de confinar a economia ao lugar que lhe cabe, um lugar marginal, pois a mesma foi criada em detrimento da escassez e pode ser encerrada a partir do momento em que aceitamos a crise de desenvolvimento e recorreremos a uma lógica social e política para lutarmos diante da crise. É necessário um novo paradigma para apoiar as conjunturas sociais e ambientais pertinentes a um desenvolvimento sustentável e abrangente a todas as classes sociais.

Já Naredo (2006) refere-se à crise do desenvolvimento devido as distorções dos Países ricos, suas exigências em recursos, resíduos e território ultrapassariam o limite planetário se exportável ao resto do mundo. A espécie humana pode ser considerada uma patologia terrestre, onde o crescimento econômico descrito pelo capitalismo está em contradição com o comportamento da biosfera. Não é adotada nenhuma metodologia para descrição de desenvolvimento econômico que englobasse o mundo físico a dimensão dos territórios. Sendo assim nos deparamos com a crise do mundo cheio, sendo necessária a inclusão de medidas que orientem a gestão participativa, informada das dimensões físicas e sociais.

O autor afirma que se trata de reestabelecer a verdadeira razão de ser da gestão econômica, onde o objetivo de desenvolvimento deve ser revisto na gestão

econômica seja pela melhor conjuntura de qualidade de vida e de seu ambiente, e não somente um aumento de preços monetários.

O desenvolvimento rural teve sua origem, como resultado do fracasso dos modelos de desenvolvimento econômico dos anos 50 e 70 para resolver o problema dos países em desenvolvimento, a pobreza. Mas a solução para o desenvolvimento rural não se dá na aproximação da agricultura à indústria, como os fazem muitos planos de governo, são escalas diferentes, são unidades de produção relativamente menores, a indústria só pode servir como instrumento de desenvolvimento se adaptada às condições particulares. Só se pode alcançar o desenvolvimento com uma estrutura básica em nível de: comunidade, educação, saúde e comércio, de forma que se integre o desenvolvimento de outros setores que não a agricultura (CASADO, MOLINA e GUZMÁN, 2000).

Para os autores supracitados o conceito de desenvolvimento rural sustentável foi elaborado e contratado para técnicos científicos dos cinco continentes, sendo elaborado dentro das perspectivas dos organismos internacionais. Para tanto este conceito responde ao falso discurso ecologista, construção teórica ecotecnocrática, onde a solução dos aspectos relacionados à questão centro-periferia estaria no processo de globalização econômica, permitindo um maior consumo das massas da periferia, em rápida multiplicação, mediante o crescimento econômico, caos do mundo e das sociedades modernas.

Em decorrência desse falso discurso ecológico, tem se voltado ao terceiro mundo como responsável pelas mazelas ambientais, ao abordar a teoria neomalthusiana de que o planeta está superlotado e que é os pobres responsáveis pelo crescimento demográfico, o que dificulta a solução dos problemas ambientais, onde então seriam necessárias mudanças nas atitudes humanas, como modificação no comportamento reprodutivo. Se não bastasse também é divulgado que os países subdesenvolvidos originam deficiência no meio ambiente vinculado à ideia de que a pobreza é a causa fundamental da deterioração dos recursos naturais.

O desenvolvimento rural segundo os referidos autores têm como objetivo melhorar o nível de vida da população rural, por meio de processos de participação local e mediante potenciação de seus próprios recursos. Levando em consideração as ações históricas de desenvolvimento podemos citar o desenvolvimento comunitário (DC), o desenvolvimento rural integrado (DRI- surge como crítica ao desenvolvimento comunitário) e o desenvolvimento rural sustentável nos dias atuais.

O desenvolvimento comunitário embarca uma estratégia participativa no nível de uma comunidade rural, na busca de uma organização comunitária que promoveria a consciência e a educação, satisfazendo as necessidades básicas da comunidade, através de uma ação social coletiva.

O trabalho a nível comunitário é o mecanismo para instruir a organização comunitária, dotá-la de habilidades básicas, facilitando a participação local, mas essa articulação não tem como estar desvinculada de uma máquina administrativa governamental que obriga a comunidade a depender de uma ajuda técnica externa. As reuniões comunitárias acabam por se adequar as pautas convencionais do comportamento burocrático, o que faz com que reduzam o enfoque participativo.

Na década de 70 ocorre o fracasso do desenvolvimento comunitário, o aumento da pobreza, as disparidades entre ricos e pobres e a escassez de alimentos, faz com que líderes comunitários nacionais se desiludam e as agências de ajuda cessem seu apoio. Mas esse fracasso, segundo os autores citados, se deu devido ao enfoque do desenvolvimento, baseado na modernização, industrialização da agricultura não considerando a saúde, higiene e educação.

O desenvolvimento rural integrado vem substituir o desenvolvimento empregado na época, passa a adotar objetivos sociais e não só puramente econômicos. Propunha a “mudança social planejada” com ações classificadas como metodologias de “melhora” e “transformação” formas de trocas planejadas que não afetem a estrutura da propriedade, aumentar a produtividade agrícola mediante pequenas modificações nos sistemas campestinos tradicionais. Um dos maiores entraves do desenvolvimento rural integrado é a perda de autossuficiência dos campestinos e a introdução dos mesmos em circuitos comerciais e de financiamentos, pois as ações nos sistemas campestinos eram dadas através da potencialização dos recursos locais através de incentivos econômicos e inovações tecnológicas e agrícolas.

A metodologia de transformação adotada no DRI procura estabelecer novas formas de agricultura e de organização social, o que ocorre a rompimento com o sistema campestino tradicional em termos de escala, técnicas de operação e estrutura. O enfoque teórico abordado pelo DRI é o da modernização agrícola, ancorada na estratégia de comunicação, pois se acredita que são as comunicações que determinam a direção e a marcha das mudanças econômicas e socioculturais que garante a modernização da sociedade.

O DRI, objetiva melhorar o nível de vida da população da área implicada e não o crescimento econômico indiscriminado de um país, e se inclui o território como principal base para o desenvolvimento. Qualquer ação de desenvolvimento tem que se adaptar as características específicas em termos de recursos tanto físicas, como humanos, da região em que se aplique.

Os autores afirmam que o que invalida o conceito oficial de desenvolvimento sustentável é a norma de extensão a todos de uma agricultura industrializada, onde o manejo industrial dos recursos naturais é incompatível com o conceito de sustentabilidade ecológica. A agricultura industrializada transforma os ciclos naturais e os processos biológicos, forçando as bases de reprodução biótica, o ar, água e terra transformam a complexidade da vida em uma simplificação e especialização com os monocultivos, provocando erosões genéticas.

Dessa maneira, os autores propõem que só um manejo do meio ambiente, dos recursos naturais mediante tecnologias agroecológicas pode permitir uma sustentabilidade ecológica. O problema está na hegemonia das dimensões econômicas e institucionais que deixam em segundo plano o social e o ambiental. Também se aponta que o conceito de desenvolvimento sustentável da maneira como está abordado acredita cegamente que as tecnologias desenvolvidas nos países industrializados serão capazes de solucionar os problemas sociais, ecológicos e econômicos do planeta, quando na realidade parte desses problemas são consequências destas mesmas tecnologias aplicadas. Também se enfatiza o crescimento econômico, como já foi abordado anteriormente, esquecendo que os limites físicos do planeta assinalam como mais plausível a redistribuição das riquezas existentes. Esse conceito só demonstra que os organismos internacionais imperam a política de desenvolvimento existente, continuam a pregar o modelo produtivo vigente, propõem diminuir o consumo, mas não apontam nenhum indício de como se seria.

O conceito de desenvolvimento rural, determinado desde a agroecologia, baseando-se no descobrimento, sistematização, análise e potenciação dos elementos de resistência locais do processo de modernização, para assim construir de forma participativa, esquemas de desenvolvimento determinados desde a própria identidade local do etnoecossistema concreto em que nos encontramos. Nesse sentido, segundo o autor a agroecologia é vista como “manejo ecológico” (enfoque

científico) dos recursos naturais para constituir os métodos de desenvolvimento endógeno (CASADO, MOLINA e GUZMÁN, 2000).

Os autores consideram que o desenvolvimento endógeno se dará através da participação, na potencialização das formas de ação social coletiva que possuam um potencial endógeno transformador. Não se trata de levar soluções às localidades e sim de detectar aquelas que ali existem e acompanhar os processos de transformação existentes em uma dinâmica participativa, sendo este o núcleo do planejamento teórico e metodológico do desenvolvimento sustentável pautado na agroecologia.

Para os mesmo autores, a agroecologia pretende ativar o potencial endógeno, gerando processos que dêem lugar a novas respostas e/ou façam surgir as velhas (desde que sustentáveis), onde o mecanismo de trabalho seja ativado e constituído no fortalecimento da ação social, endógena, interna a comunidade, levando a apropriação por parte dos atores locais. Essa estratégias de ação devem garantir a preservação da biodiversidade, seu incremento, respeito as formas de relações aos recursos naturais, aderindo a tecnologias respeitosas ao meio ambiente, permitindo a participação na administração local, recriar a heterogeneidade do meio rural através de formas de ação social coletiva.

Daly e, Gayo (1995) destacam que independentemente da definição de desenvolvimento sustentável, três características são comuns a todas: a ampliação do horizonte temporal; a valorização mais adequada ao meio ambiente e a busca da satisfação das necessidades presentes e futuras (equidade intra e intergeracional).

Para a medição da sustentabilidade agrária os autores destacam duas visões, a antropocêntrica e a ecocêntrica, onde as mesmas dependem do modelo de desenvolvimento do país, sendo que é esse modelo que determina o marco de referência para qual o setor agrário ira se desenvolver. As diferentes definições de agricultura sustentável se devem ao fato de diferentes definições de desenvolvimento sustentável, mas em geral a manutenção da produção agrária esta condicionada a sustentabilidade do sistema, sendo importante a conservação das espécies, flora e fauna dentro do processo de produção.

Para esses dois autores supracitados, a sustentabilidade de um agroecossistema em determinação de uma postura tecnocrática, antropocêntrica define quatro propriedades, sendo elas: produtividade agrária, homeostase, estabilidade e equidade. Em relação a produtividades da eficiência ecológico-

econômico, é remetido também as seguintes características: eficiência ecológico-econômica do agroecossistema, a resiliência do agroecossistema, a estabilidade temporal dita eficiência ecológica-econômica dentro do agroecossistema e a equidade tanto intra como intergeracional do agroecossistema.

Para tanto ao definirem-se indicadores da sustentabilidade agrária deve sempre englobar a disponibilidade dos recursos agrários, os que medem sua produtividade e os relativos, a resiliência e estabilidade temporal do agroecossistema. Existe uma interdependência dos agroecossistemas e o restante dos subsistemas que engloba o ecossistema total e finito, chamando de Planeta Terra, para tanto é imprescindível que se produza transformações de consciência nas sociedades para assimilação de novos valores ecológicos, a formação de uma nova ética social. Sem uma perspectiva sistêmica e coevolucionária na ciência econômica dificilmente se chegara a sustentabilidade de um sistema econômico global.

Caporal e Costabeber (2000) ampliam o debate de Daly e Gayo (1995), avançam o tema desenvolvimento rural sustentável numa visão agroecológica incorporado na construção de uma nova extensão rural.

Uma nova extensão rural que estabeleça estratégias de desenvolvimento rural sustentável, destacando a participação popular, a agricultura de base familiar e os princípios da agroecologia, para assim obter estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis, um enfoque contrário ao difusionismo reducionista homogeneizador.

A nova extensão rural proposta pelos autores é orientada para estratégias socioculturais apoiadas na evolução histórica dos atores sociais e sua co-evolução com o ecossistema em que se encontram inseridos. O marco teórico para uma nova extensão rural está abarcado na construção de contextos de sustentabilidade e de resistência etnoecológica que seja ajustada com a realidade local dos beneficiados. A ação extensionista orientada ao desenvolvimento sustentável deve dar lugar a uma prática social baseada na aprendizagem, e sair do foco do difusionismo.

A agroecologia é o campo de conhecimento e investigação para auxiliar na operação da nova extensão rural focalizando suas estratégias para a ascensão do desenvolvimento rural sustentável. Esta é definida como :

[...] ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade no curto, médio e longo prazos (ALTIERI, 1995, p.26).

A agroecologia vai além dos aspectos tecnológicos ou agronômicos da produção, incluindo aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais, políticos e éticos. A transição agroecológica para a nova extensão rural se refere a um processo gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, mudando o estilo agroquímico para o de agricultura que incorpore princípios ecológicos.

As tecnologias convencionais, principalmente se essas forem empregadas por um conjunto de agricultores, podem levar a impactos ecológicos e econômicos devastadores, onde até os agrônomos convencionais já se deram conta deste fato, onde então se criou serviços de extensão pra que se cheguem às tecnologias a estes agricultores. Surgem os pacotes tecnológicos, após uma visão as necessidades dos agricultores, mas os problemas de desenvolvimento são inerentes às premissas filosóficas da ciência convencional, ao não legitimarem as formas de aprendizagem e conhecimento dos agricultores. Assim, são expostas algumas premissas dominantes da ciência moderna (atomismo, mecanismo, universalismo, objetivismo e monismo) e alternativas (holoísmo, contextualismo, subjetivismo e pluralismo).

NORGAARD e SIKOT (1999) destacam que o atomismo demanda que “as partes podem ser entendidas aparte dos sistemas que elas estão inseridas e que os sistemas são simplesmente a soma das suas partes”. O mecanismo compreende que “as relações entre as partes de um sistema não mudam, condição necessária para a predição e o controle”. O universalismo abarca que “o mundo que nos rodeia pode explicar-se pela interação de um número relativamente pequeno de princípios universais”. O objetivismo estabelece que “nossos valores, formas de conhecimento e ações podem manter-se aparte dos sistemas que estamos tratando de entender”. O monismo “postula que nossas formas de conhecimento separadas e disciplinares se fundem em um todo coerente”.

Para estes autores o contraponto entre agrônomos tradicionais e agroecológicos é o pluralismo metodológico, requerendo a meios não científicos

considerando múltiplas percepções. Em uma visão agroecológica cabe ainda a participação coletiva por parte das comunidades diretamente afetadas.

A perspectiva coevolucionista de desenvolvimento é vista como um processo entre o sistema social e o ambiental, que se relacionam entre si, um sistema integrado, não estático, colocando as pessoas e suas formas de pensar dentro do processo de desenvolvimento. O sistema social é entendido como precursor do sistema de conhecimento, valores tecnológicos e organizacionais, onde cada um desses desempenha uma pressão seletiva na evolução dos outros, assim todos coevolucionam juntos. Dessa maneira, os novos aportes de conhecimento estão sujeitos às influências seletivas dos valores, organização, tecnologia e meio ambiente.

A perspectiva coevolucionista outorga legitimidade ao conhecimento cultural e a experiência dos agricultores, proporcionando aos agroecólogos, no momento da investigação, uma forte base filosófica para as investigações participativas e para a incorporação dos agricultores no processo.

Os desafios de uma nova extensão rural estão na nova missão, objetivos e estratégias na coletividade orientadora da nova extensão rural do RS através da EMATER/Ascar, o extensionista terá que compreender questões da vida de cada agricultor e suas relações sociais, bem como a história individual e coletiva desses. A construção da nova extensão rural iniciou a tomar forma a partir do momento que começaram a serem incorporados aos debates os novos anseios da sociedade rural e urbana, com relação a um novo projeto de desenvolvimento, e na medida em que foram buscadas orientações teóricas baseadas em um paradigma alternativo ao convencional. Para que realmente esta proposta de nova extensão rural se imponha é necessário o apoio de instituições de ensino e pesquisa, para que se possa trabalhar o desenvolvimento rural sob o ponto de vista agroecológico (CAPORAL e COSTABEBER, 2000).

A revolução agroecológica, baseada na epistemologia técnica e social da ciência agroecológica está gerando transformações e restaurando a autossuficiência local, conservando e regenerando a biodiversidade produzindo alimentos são com baixos insumos e ocasionando o empoderamento das organizações camponesas. Para Altieri e Toledo (2011) estas transformações resultam em novas diretrizes políticas para as sociedades agrárias confirmam alternativas opostas às políticas neoliberais baseadas na agroindústria e nas exportações, fortalecem os processos

ecológicos autônomos, a participação social junto às instituições permitindo a coevolução local.

Segundo estes autores a difusão das inovações agroecológicas depende da capacidade de diversos atores e organizações que participam da revolução agroecológica para que se realizem as alianças necessárias a permitir que os camponeses tenham acesso aos conhecimentos, terra, sementes, serviços públicos. Os movimentos sociais no meio rural devem compreender que o rompimento do sistema industrial agroalimentar industrial e a restauração dos sistemas alimentares locais deverá ser acompanhado pela construção de alternativas agroecológicas onde se aceite as necessidades dos agricultores, opor-se ao controle corporativo sobre a produção e o consumo destes alimentos, importância a participação nesse processo construtivo de nas mudanças políticas, instituições e programas de investigação e desenvolvimento.

Atualmente a tendência de desenvolvimento econômico é local, delimitada por um espaço compreendido como território, onde o foco se dá no aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais, não se desprende dos recursos exógenos, ou seja, da globalização, mas atua em nível local levando em conta as diferenças e as especificidades. O desenvolvimento local representa uma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional (BUARQUE, 1999; JARA, 1998).

Buarque (1999) destaca as perspectivas e alternativas de desenvolvimento do território estão cada vez mais dependentes das características dominantes, da economia mundial, e dos modelos produtivos, diante das quais cada território responde com suas condições endógenas específicas, mediando e processando os impactos externos. Conforme Jara (1998) destaca:

[...] O desenvolvimento local não passa apenas pela dimensão econômico-produtiva, depende essencialmente da estrutura de valores que definem a cultura organizacional, da informação e do “empoderamento”. Para entender essa proposta, é preciso fazer uma leitura desse jurássico modelo desenvolvimentista (JARA, 1998 p.71).

O desenvolvimento local apresenta uma abordagem integral e integradora das dimensões econômicas, sociais, políticas e técnicas na qual o fomento do

desenvolvimento local depende muito da interação e da articulação dos diversos atores sociais e econômicos, institucionais, públicos e privados (JARA, 1998).

Segundo Veiga (2002) o território é crucial para o desenvolvimento e exige-se desta temática a abordagem separada em referência a recomposição de territórios, os sistemas produtivos locais e o meio ambiente. Na prática essa separação é impossível, mas na teoria a mesma é necessária para compreensão do desenvolvimento territorial.

A recomposição de territórios faz referência às divisões político administrativas, onde no Brasil muito se impõe a dicotomia entre rural e urbano. Atualmente os territórios devem ser revistos, não somente por aglomerações e sim uma nova governança institucional, coordenação e gestão deste espaço. Para o referido autor é de vital importância na adoção de desenvolvimento local o meio ambiente, o qual ele chama de trunfo ambiental, e o sistema produtivo local.

Os sistemas produtivos locais, os “SPL”, surgem no final do século 19, onde Alfred Marshall pioneiramente evidencia um tipo de estrutura produtiva local, o qual chamou de “distritos industriais”. Para Marshall apud Veiga (2002) percebe-se nestas localidades uma atmosfera contrária à concentração empresarial resultante das chamadas economias de escala. Percebe-se a cooperação em esforços de inovação e especialização.

A competitividade no mercado de um determinado território pode ser comprometida pela degradação ambiental. Segundo Veiga (2002) as microrregiões que não abrigam aglomerações tem a qualidade ambiental como o principal trunfo para o desenvolvimento. A ferramenta para o desenvolvimento local é o patrimônio natural e o patrimônio histórico-cultural. Hoje em dia o patrimônio foi transformado em unidade de consumo, fazendo que os atores locais contribuam para a sua preservação e conservação.

O autor também destaca que em territórios a diferenciação está no patrimônio cultural e natural que permite que os atores locais construam uma identidade que pode captar mais recursos e investimentos. Destaca-se que a valorização do patrimônio e da identidade é muito mais construção do que herança, o qual deve envolver o maior número de atores locais, não somente as pessoas, mas também as empresas para que se construa e fortaleça uma identidade no território.

Jara (1998) afirma que deve haver uma mudança nos critérios usados para definir o desenvolvimento local. Devemos impulsionar a competitividade para

construir a equidade, por isso a aposta em associações, cooperativas, em formas de organização cooperadas.

[...] A visão econominista do mundo não é o mais importante referencial para construir uma sociedade sustentável [...] Precisamos desenvolver uma nova visão do mundo local englobado, que se preocupe mais com qualidades que com quantidades, partindo de valores baseados na experiência cultural e humana (JARA, 1998 p.49).

Verifica, neste período de desenvolvimento o desmonte do Estado tradicional, em decorrência de que a economia globalizada choca-se com as intervenções convencionais e com as normas de controle do Estado. [...] *Estamos observando uma nova forma de gestão da administração pública baseada no tratamento descentralizado dos problemas locais [...]* (JARA, 1998). Muito se fala em uma política neoliberal para a promoção de um Estado mínimo. A sociedade busca construir um novo Estado, descentralizado, normatizador, fiscalizador, e democrático, conforme o autor destaca:

O desenvolvimento local direciona toda intervenção institucional ao estudo do poder enquanto relação de forças sociais por meio das quais se processam as alianças e os confrontos, bem como as decisões. E isso nos leva a questões antes não consideradas, como a democratização, a participação, o “empoderamento”, as parcerias institucionais, o associativismo empresarial, etc. (JARA, 1998 p.73).

O referido autor afirma que ao se falar em desenvolvimento sustentável estamos falando de agricultores organizados e capacitados, ou seja, dotados de conhecimentos e habilidades para que eles mesmos gerenciem os recursos que realmente possuem. Fala-se em um modelo endógeno, auto gestor, participativo, e sustentável. Neste território deve prevalecer o diálogo para promoção da abertura política e não somente econômica.

Para o autor é urgente à reformulação de um novo paradigma, construído com novas ideias, conceitos e metodologias. Faz-se necessário a reflexão sobre os recursos naturais e a situação social das comunidades excluídas. Uma releitura do estilo de desenvolvimento e o impacto deste com a qualidade de vida e a diversidade cultural e social.

Para fortalecer o diálogo nesse novo contexto rural, quem mais está apto a esta função de educação, ou melhor, de instrumento para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento que o extensionista local?

Na descrição das diretrizes da EMATER observamos o conceito das novas ruralidades e da política de desenvolvimento local atrelado à missão dos serviços de extensão rural e assistência técnica. A EMATER/RS ASCAR tem como missão a busca de níveis crescentes de sustentabilidade nas formas de manejo dos agroecossistemas, para atender aos requisitos da produção, geração de renda e qualidade de vida no meio rural (EMATER, 2011).

4. NOVAS RURALIDADES

Neste capítulo procura-se introduzir a ideia do novo rural, com a multifuncionalidade e pluriatividades apresentadas junto à agricultura familiar. Para entendermos as novas ruralidades devemos compreender o rural como se apresenta. Neste trabalho as ruralidades são consideradas como um modo de vida pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e divergentes do modo de viver urbano.

Adotamos neste trabalho a perspectiva de território rural com uma visão complexa e em permanente transformação devido às ações sociais de seus diversos atores que permitem a construção da identidade social.

As reflexões sobre a ruralidade na atualidade exigem o reconhecimento do rural nas suas relações internas e específicas. Estudar novas ruralidades supõe, conforme Wanderley (2000), a compreensão das especificidades e das representações do espaço rural, o rural entendido como território com identidades distintas, onde deve ser contemplada a cidadania do homem rural.

[..] ruralidad es una construcción social contextualizada en unas coordenadas temporales o espaciales específicas. Como cualquier otra construcción social, la ruralidad tiene una naturaleza reflexiva; es decir, es el resultado de acciones (o está condicionada por ellas) de sujetos humanos que tienen la capacidad de interiorizar, debatir o reflexionar acerca de las circunstancias y requerimientos socioculturales que en cada situación espacio-temporal se les presentan. La naturaleza reflexiva de la ruralidad se manifiesta en su capacidad para adoptar los influjos de las acciones socioeconómicas endógenas e exógenas que interfieren sobre ella y para adaptarse a los efectos de esas acciones (DURÁN, 1998).

Para Wanderley (2001) o rural não é algo a ser superado pela urbanização, mas é uma qualidade que decorre da sua dupla face ambiental e social. Onde a relação que acontece por meio da valorização dos recursos ambientais, sociais e culturais de cada território, sejam eles associados ou não às atividades agrícolas devem ser preservadas e valorizadas.

Atualmente o debate sobre o território rural oscila em diferentes visões, algumas o percebem como uma configuração estática e outras com uma visão

oposta dinâmica e complexa em permanente transformação como resultado das mudanças físicas, socioeconômicas e culturais do contexto local (GEHLEN e RIELLA, 2004).

O território, segundo Wanderley (2001), é entendido como espaço de partilha da vida, lugar de memória e de referência para a construção da identidade social. O capital social, construído e reproduzido por essa população rural, tem como base a teia de relações sociais que constitui a vida social.

O conceito de território está sendo construído em paralelo ao conceito de globalização, opondo-se por vezes a este pelas possibilidades que oferece de reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais no enfrentamento ao modelo produtivo vigente. Oferece oportunidade da inclusão do diferencial, do particular no global, pelas oportunidades de desenvolvimento de potencialidades locais e regionais que as valorizam e lhes dão visibilidade (GEHLEN e RIELLA, 2004).

Para os autores supracitados a agricultura imposta pela modernização é tecnicista e industrial. Uma abordagem da realidade sob o enfoque do território leva a repensar a dicotomia elaborada entre rural e urbano e suas respectivas funções. Hoje o rural pode ser contextualizado pelas novas dimensões sociais que ele desenvolve. A agregação de novos valores, não necessariamente econômicos e agrícolas como, por exemplo, a qualidade de vida, segurança alimentar, a equidade social, a preservação ambiental, cultural e identitária.

Naredo (2006) comenta a necessidade de relacionar as variáveis monetárias com o pano de fundo físico e territorial que a suporta, revelando assim imagens e consequências subjacentes a denominação comum de desenvolvimento.

Ao visualizarmos a temática da nova ruralidade abre-se o leque da multifuncionalidade do espaço rural em função das novas interações societárias. Carneiro (1998). Se refere à multifuncionalidade do espaço agrário como resposta a crise dos agricultores advindas da modernização, onde se passa a adotar alternativas não agrícolas, chamadas hoje de pluriativas. Pode-se perceber na dinâmica multifuncional um resgate da importância do conjunto de contribuições da agricultura para a dinâmica econômico-social dos territórios.

Froehlich (2002) relata a transformação do rural, hoje, o rural assume valores simbólicos para diversos grupos sociais, com os quais adquire uma nova identidade, não mais se restringindo somente à legitimidade alimentar com a qual foi confundido

por longo tempo. E essa legitimidade é fundada na percepção do campo como símbolo de paisagem, beleza, liberdade, tranquilidade e saúde.

Ploeg (2008) aponta que a partir da década de 1990 surge uma tendência de novas formas de multifuncionalidade tais como: o desenvolvimento do agroturismo; a gestão agrária da natureza, da paisagem e da biodiversidade, a produção de energia, a produção, transformação e comercialização de produtos de alta qualidade e de especialidades regionais; os cuidados com pessoas deficientes; a retenção de água escassa, entre outras. E para o mesmo autor são quase sempre as unidades agrícolas camponesas que funcionam como ponto de partida para a criação desse tipo de entidades multifuncionais.

Hoje, a agricultura familiar é uma forma de organização social no meio rural e a pluriatividade é uma de suas estratégias permanentes, oferecendo versatilidade e flexibilidade (ETXEZARRETA, 1988 apud SCHNEIDER et al, 2006).

Para a EMATER (2006) a pluriatividade é um conceito que encerra muitos dos fundamentos da agricultura familiar, sobretudo em termos de estratégias de garantias à reprodução da agricultura familiar.

Abramovay (1998) descreve a agricultura familiar como aquela aonde à propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento. Aponta que a agricultura familiar existe em ambientes sociais e econômicos os mais variados, podendo ser de grandes extensões de áreas ou não depende da força de trabalho empreendida na gestão da unidade de produção. O caráter familiar da produção repercute-se não só na maneira como é organizado o processo de trabalho, mas nos processos de transferência hereditária e sucessão.

O desenvolvimento rural e as novas ocupações de trabalho no rural são estabelecidos e proporcionados pelas construções e relações sociais diversificadas em diferentes regiões. Observam-se diferenciações regionais e dentro de uma mesma região, pelo tipo de inserção do produto ou pelo tipo de articulação entre os capitais que se fazem nessa agricultura (SILVA, 1996).

Graziano da Silva (1997) destaca que se está criando um novo tipo de riqueza além dos produtos agrícolas, baseadas em bens e produtos não tangíveis, novas funções no espaço rural gerada através do novo ator social “agricultor pluriativo” com novos serviços e ocupações como lazer, turismo, conservação ambiental, moradia e demais atividades diversas de serviço.

A fase mais recente da globalização parece estar indicando que a ruralidade terá diversos destinos na medida em que o espaço rural se urbaniza. O processo de modernização reflete na reprodução desses agricultores via integração aos centros agroindustriais e surgimento das atividades não agrícolas, dada à interseção crescente entre a agricultura e os demais setores da economia, não somente nas novas atitudes que referem a consciência sobre as ameaças à biodiversidade quanto à introdução de aposentados com residência fixa no meio rural (VEIGA, 2004).

Domínguez (2010) aponta essa possibilidade dos territórios estarem sendo influenciados por fatores exógenos (atores transnacionais), mudando o real conceito de desenvolvimento, vinculando-se somente ao viés econômico e perdendo a identidade territorial neste contexto.

Graziano da Silva (1996) afirma uma emergência de um novo rural no Brasil, produto da urbanização deste e da industrialização da agricultura, que fazem parte de transformações econômicas, sociais e culturais em escala mundial. O caráter capitalista da agricultura moderna exige que a mesma possua capital para o seu progresso, se fundamenta na propriedade individual da terra e no caráter de mercadoria dos produtos da lavoura, onde é favorecida a grande propriedade devido à superioridade técnica, mas existe a clara possibilidade de sobrevivência da família, sobretudo se esta for capaz de se associar e cooperar, principalmente pelo fato da agricultura estar baseada na unidade familiar.

Os processos de organização social no campo relacionam-se a desafios como a luta pela terra, reivindicação de crédito e assistência técnica para a produção, melhoria da infraestrutura, garantia de educação e saúde. A organização social rural pode ser manifestada em diversas formas conforme o período da história em que ocorreram e pela finalidade da organização.

Graziano da Silva (1997) descreve que autores clássicos como Marx e Weber baseavam-se na concepção das cidades representando o “novo”, o “progresso”, enquanto o campo era o “atrasado” e o “velho”. Porém com as mudanças sociais e tecnológicas decorridas da modernização da agricultura, esta concepção alterou-se.

A modernização da agricultura se caracterizou como um processo induzido, ocorrido a partir do avanço da ciência e da tecnologia, que introduziu novas formas de produção, resultando no aumento da produtividade e na baixa quantidade de mão-de-obra. É preciso apontar, no entanto, que nem todos os agricultores de um

país adotam as mesmas técnicas, existindo graus de modernização diferenciados em propriedades agrícolas vizinhas, sobretudo na relação entre grandes e pequenas propriedades (ABRAMOVAY, 1992).

O processo de modernização da agricultura desencadeou a revolução verde. Segundo Brum (1988) surgiu com o propósito de aumentar a produção agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo e maquinários no campo, porém pequenos produtores não conseguiram se adaptar a essas inovações tecnológicas sendo afetados diretamente no seu modo de vida devido à perda de moradia, salários miseráveis e desemprego. Muitos passaram por endividamentos, perda de terra, alta de preço, inflação e fome, endividamentos foram pagos com a venda das próprias terras para grandes produtores rurais.

A modernização reflete na reprodução de novas ruralidades via integração dos agricultores aos centros agroindustriais e surgimento das atividades não agrícolas, dada à interseção crescente entre a agricultura e os demais setores da economia. Verifica-se uma mudança também na consciência sobre as ameaças à biodiversidade, onde vemos cada vez mais o crescimento da agroecologia.

Segundo Veiga (2004), nas últimas duas décadas do século XX as principais dinâmicas da economia rural se basearam nas riquezas naturais, nos encantos do contexto rural: beleza paisagística, tranquilidade, silêncio, água limpa e ar puro. A fase mais recente da globalização parece estar indicando que a ruralidade terá diversos destinos na medida em que o espaço rural se urbaniza.

A abordagem do rural e do urbano remete a um *continuum* onde ocorre uma aproximação entre o espaço rural e urbano (BERTRAND, 1973 apud REIS, 2006). Reis (2006) aponta o crescimento das cidades que, com a industrialização da agricultura, através do discurso desenvolvimentista, desencadeia a expansão do urbano nas áreas rurais, o qual sugere que a transição entre os espaços rural e urbano deve ser entendida de acordo com a formulação teórica do espaço *continuum*. Significa que não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura, determinadas por sua vinculação espacial.

[...] está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. (GRAZIANO da SILVA, 1997, p.1).

Frows (1998, apud VEIGA, 2004) aponta o discurso utilitarista para descrever a nova ruralidade, pois os espaços rurais oferecem novas vantagens competitivas: turísticas e imobiliárias, principalmente. Santos et al. (2008) aponta, ainda, funções que vão da proteção ao meio ambiente a funções socioeconômicas que envolvem o lazer, a cultura e distribuição de emprego e renda. Segundo o mesmo autor, existe uma diversidade de tipos de exploração agrícola no Brasil, a questão da multifuncionalidade pode ser observada em diversos níveis desde as chácaras, que têm representado uma demanda crescente pelas características rurais como forma de moradia e lazer, até as novas demandas por alimentos sócio ecologicamente sustentáveis.

São através das preocupações ambientais que o novo rural vem se transformando, em resposta as novas relações que a sociedade formula ao buscar a natureza, estimuladas pelos meios de comunicação de massa, de um retorno à vida bucólica, fenômeno de conscientização e reivindicação ecológica (BALESTRERI RODRIGUES, 2000 APUD FROELICH, 2002).

A multifuncionalidade dos espaços agrários, aliada a políticas de desenvolvimento da agricultura familiar, tende a contribuir para o desenvolvimento rural, prova disso são a geração de novos processos econômicos sociais e políticos derivados das novas relações sociais e atividades rurais.

[...] multifuncionalidade é discussão que se abre para políticas públicas voltadas às múltiplas funções que a agricultura familiar já desenvolve e as que poderá desenvolver. Requer que haja reconhecimento de parte dos formuladores de políticas públicas do dimensionamento do que a agricultura familiar tem de possibilidades de desenvolver e do que será permitido. Um exemplo que ilustra muito bem isso é admitir que os agricultores familiares são, de fato, pelos ambientes em que vivem, verdadeiros guardiões do agroecossistemas(EMATER, 2006 p. 71).

Ploeg (2008) destaca que a importância das unidades agrícolas multifuncionais reside não só nos produtos, serviços e no valor agregado associado que elas fornecem, mas especialmente, na sua contribuição para o capital social favorecendo a qualidade de vida nas zonas rurais. Contribui positivamente para a prestação geral de serviços proporciona a criação de lojas, espaços de lazer e turismo de todos os tipos, aumentando as oportunidades de emprego. Em suma, ela cria uma parte da dimensão econômica da qualidade de vida e conseqüentemente fortalece o lado físico e social.

O maior cuidado que o desenvolvimento rural no Brasil enfrenta atualmente é a visão economicista da multifuncionalidade do espaço agrário. Um grande passo foi dado ao reconhecer que as atividades agrícolas inter-relacionam com o meio ambiente, a segurança alimentar e o patrimônio cultural, mas a mercantilização e o viés mais uma vez econômico acaba por reduzir a lógica das atividades e das relações sociais, limita o potencial metodológico principalmente na dinâmica de reprodução social, tende a focar as políticas públicas no favorecimento e apoio as atividades não agrícolas, onde o lógico segundo Guanzirolí et al. (2001) seria que o estímulo deveria partir do apoio a agricultura familiar, como se observou nos Países capitalistas desenvolvidos.

Essa é a defesa de Guanzirolí um projeto de desenvolvimento apoiado na produção familiar, o que vai ao encontro do enfoque na tese do modelo agrícola (SILVA NETO, 2009) o favorecimento do custo de oportunidade, em função do aumento da competitividade da produção familiar na agricultura em relação ao valor agregado líquido, e condições de igualdade de acesso a serviços essenciais como educação, saúde e ocupação do espaço social agrário.

As teses apresentadas de desenvolvimento rural contemporâneo por Schneider (2009) e Silva Neto (2009) se apoiam no desenvolvimento e apoio a agricultura familiar, mas a ótica de abordagem das políticas públicas se refere a modelos de desenvolvimento diferenciados, o rural e o agrícola. Onde Schneider se apoia na multifuncionalidade do espaço rural, através da pluriatividade defende o progresso material e o bem estar social dos agricultores, já Silva Neto argumenta na tese do modelo agrícola, onde acredita ser o estímulo à adoção de certos tipos de produção a chave para o desenvolvimento rural com o aumento do valor agregado pela agricultura familiar.

Schneider (2009) se posiciona claramente na multifuncionalidade de uma visão economicista onde aborda a pluriatividade através da agregação de renda de atividades não agrícolas como estratégia de desenvolvimento, pois mesmo admitindo a integração da agricultura familiar às agroindústrias afirma também isso ser um processo seletivo e excludente. Sendo assim declara existir somente duas alternativas aos agricultores familiares, manter a agricultura de subsistência e estimular a pluriatividade dos membros da família via inserção em atividades não agrícolas fora da propriedade e investir na reconversão produtiva da propriedade através de novas atividades, como turismo rural, exploração dos recursos naturais, fabricação de produtos coloniais (NEUMANN, 2009).

Já Silva Neto (2009) incorpora alguns elementos sociais além do econômico ao visualizar o desenvolvimento rural a partir da agricultura familiar, onde destaca que deveria haver alteração na alocação dos fatores de produção, terra e capital em principal, apontando a necessidade de rever a estrutura fundiária e as diferenças de acumulação de capital entre os agricultores, promovendo a equidade social com distribuição de renda. Silva Neto não foca sua análise na pluriatividade, na verdade em nenhum momento remete esse tema devido à diferenciação na visão de multifuncionalidade do espaço rural. Na visão de Silva Neto o espaço rural não apresenta em sua totalidade mudanças no processo produtivo, suas atividades e as relações sociais que acontecem no espaço rural continuam a ser agrícolas, até admite existir áreas restritas de comportamentos diferenciados dentro de um sistema agrário de produção como definição agrícola.

As novas ruralidades estão ressurgindo das organizações sociais advindas da atividade agrícola, um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população rural com a absorção de novos componentes econômicos, culturais e sociais. Ao adotarmos esta perspectiva estamos aceitando que as complexas relações da natureza com a sociedade estão moldando as formas de produção fazendo surgir atividades agrícolas e não agrícolas ancoradas numa visão sócio-política que defende que a atividade agrícola não se esgota na produção de alimentos e oferece a sociedade uma gama de bens tangíveis e intangíveis ligados ao simbólico e principalmente ao contato com a natureza (WANDERLEY, 2003, CARNEIRO e MALUF, 2003, FROEHLICH, 2002).

Desta forma, destacamos a formulação de desenvolvimento rural sustentável segundo Guanzirolí et al (2001), que leva em análise a multifuncionalidade e a

pluriatividade no espaço rural, ao contrário do desenvolvimento rural apontado pela visão economicista acredita que a pluriatividade deve se desenvolver a partir da expansão das atividades agrícolas, que a inclusão de atividades não agrícolas pode gerar benefícios além dos econômicos para os agricultores.

Guanzioli et al, (2001) destaca que até os dias atuais na maioria dos casos, a decisão para a inclusão de atividades não agrícolas na produção familiar se deu como sobrevivência e uma fonte de alternativa de renda em consonância com a precariedade das políticas públicas de custeio e crédito a agricultura familiar.

O desenvolvimento rural sustentável e contemporâneo que deve apoiar as políticas públicas deve considerar as multifuncionalidades e a pluriatividade presente nas novas ruralidades um espaço agrário que deve ser focado pela visão social, econômica e ambiental na dinâmica das relações sociais do território com a natureza, compreender a agricultura familiar como uma unidade social e não meramente produtiva. Apoiar a produção familiar e legitimar formas de produção que vinculem não somente rendas e sim a incorporação de novos valores simbólicos, tangíveis e intangíveis derivados da transformação cultural do novo espaço rural e das inter-relações sociais do mesmo com o ambiente.

A pluriatividade é um fenômeno, resultado de decisões individuais e familiares em um contexto social e econômico, em que a família combina duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (SCHNEIDER, 2006). Esta permite reconceituar à propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, e pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração (FULLER, 1990 apud MATTEI, 2007).

Nesse contexto, a pluriatividade na agricultura familiar torna-se capaz de conter o êxodo rural, dando um novo sentido à produção (MATTEI, 2007). A pluriatividade manifesta-se de duas formas. Primeiro, através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.) e, segundo, através da combinação de atividades tipicamente

urbanas com a gerência especificamente agropecuária (GRAZIANO da SILVA, 1996).

Conforme Del Grossi e Graziano da Silva (1998) o conceito de pluriatividade possibilita unir, em uma perspectiva analítica, as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, sejam elas internas ou externas ao estabelecimento agrícola familiar. Cabe ressaltar que, conforme Schneider (2006), o aumento do número de integrantes da família em atividades não agrícolas não é o mesmo que pluriatividade, o primeiro pode relacionar-se a novos modos de ocupação da força de trabalho, devido a contingências dos mercados de trabalhos rurais e a segunda refere-se a estratégias dos indivíduos e famílias rurais que optam ou não pela combinação de mais um tipo de trabalho.

Graziano da Silva (1996) aponta que a diferença entre o urbano e o rural é cada vez menos importante. As cidades não podem continuar a ser sinônimos de produção industrial nem o campo de produção agrícola e pecuária. A agricultura deixou de ser um setor relativamente independente e autossuficiente, com seu próprio mercado de trabalho, e se integrou ao resto da economia e, agora, não pode ser entendida sem sua vinculação com os setores que lhes fornecem os insumos industriais e compram seus produtos. Em relação à agricultura brasileira o autor diz que há diferenciações regionais e dentro de uma mesma região pelo tipo de inserção do produto ou pelo tipo de articulação entre os capitais que se fazem nessa agricultura.

Hoje, a agricultura familiar é uma forma de organização social no meio rural e a pluriatividade é uma de suas estratégias permanentes, oferecendo versatilidade e flexibilidade (ETXEZARRETA, 1988 apud SCHNEIDER, 2006). O desenvolvimento rural e as novas ocupações de trabalho no rural são estabelecidos e proporcionados pelas construções sociais e relações sociais diversificadas em diferentes regiões, onde segundo Wanderley (1997, apud FROEHLICH et al., 2005) as relações que se estabelecem entre o espaço rural e a cidade mais próxima são as que definem um espaço social diversificado. Graziano da Silva (1997) destaca que se está criando um novo tipo de riqueza além dos produtos agrícolas, baseadas em bens e produtos não tangíveis, novas funções no espaço rural gerada através do novo ator social “agricultor pluriativo” com novos serviços e ocupações como lazer, turismo, conservação ambiental, moradia e demais atividades diversas de serviço.

Grande parte das unidades familiares agrícolas tornam-se pluriativas, conforme descreve Schneider (2003), no momento em que o espaço rural converte-se em um espaço mercantilizado de bens e serviços, devido à competição da nova configuração de mercado trabalho. Desta forma percebe-se uma mudança nos processos produtivos, nas organizações sociais, nos hábitos de produção e consumo e noções do que é rural e urbano.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa constitui-se na análise qualitativa documental. O estudo considera os dados das ações de extensão da EMATER-/RS ASCAR Regional Santa Maria, especificamente a região do COREDE Jacuí centro do RS. Caracteriza-se a pesquisa em sua natureza como um estudo de campo, onde se investiga um fenômeno social contemporâneo dentro de seu contexto real.

Uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo de abordagem qualitativa, para análise dos dados, buscando aprofundar a análise e não apenas conhecer os fatos de forma sumária, possibilitando uma reflexão sobre esta análise.

Utiliza-se de técnicas de cartografia: os mapas para representação das categorias de análise de maior evidência e instrumento de análise do espaço geográfico- no caso o campo da região COREDE Jacuí centro do RS.

A cartografia, de acordo com Friedmann (2003) transforma e converte grandezas geodésicas e fatos geográficos, referentes à superfície terrestre, em conjuntos harmoniosos de informações gráficas e geométricas: os mapas. Com escalas próprias, os mapas são as representações da superfície terrestre derivadas do tema explorado.

O campo a ser estudado é a região COREDE⁹ Jacuí Centro do RS, representado na Figura 1, compreendendo os municípios de Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Restinga Seca, São Sepé e Vila Nova do Sul. Optou-se pela escolha do COREDE para análise pelo fato do RS ser um dos estados que ainda não articula a política de desenvolvimento territorial através dos Territórios de Cidadania e Territórios Rurais com as demandas e políticas de desenvolvimento rural. No estado do Rio Grande do Sul os territórios não são considerados espaços prioritários para a elaboração de estratégias de desenvolvimento (CARVALHO, 2012).

⁹ Os COREDES, são conselhos regionais de desenvolvimento, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, correspondem a fóruns de discussão e decisão a respeito de políticas e ações com enfoque regional. Atualmente o estado do Rio Grande do Sul possui 28 COREDES.

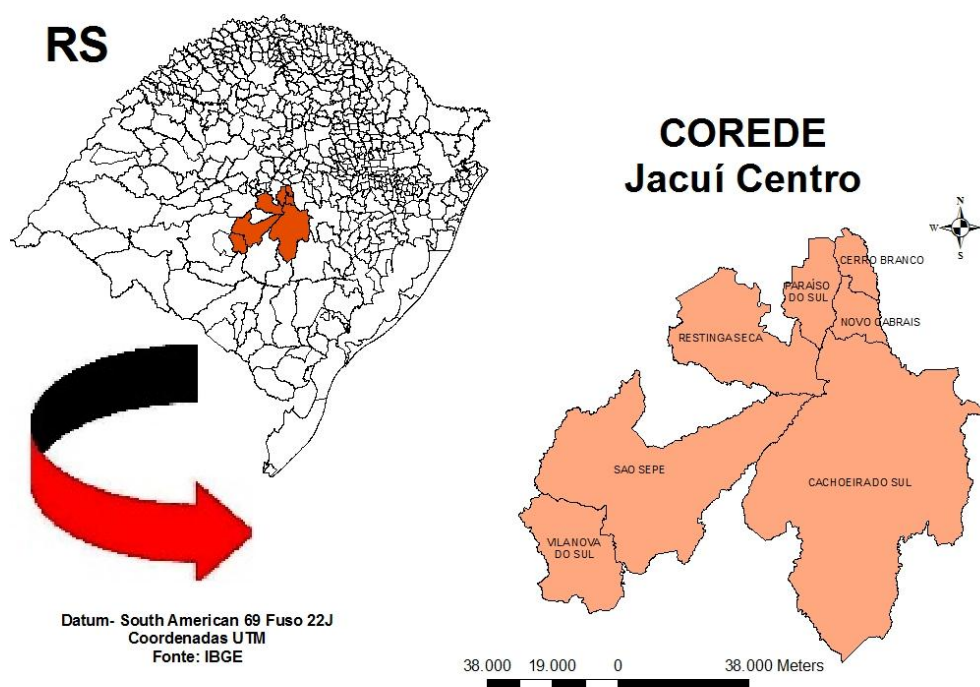


Figura 1- Representação da Região Jacuí Centro com divisão municipal e sua posição estadual.

Fonte: elaboração do autor, (2013).

Justifica-se também a opção pelo COREDE como análise pelo fato da EMATER considerar os COREDEs como interlocutores regionais, os quais colaboram na elaboração das estratégias propostas para o desenvolvimento da região, em uma visão de territorialidade (EMATER, 2011).

O COREDE/JC está localizado no centro do RS, fazendo parte da Mesorregião Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul (MESOSUL), onde estas mesorregiões são áreas individuais que apresentam forma de organização do espaço geográfico definidos por dimensões sociais, naturais e de comunicação própria que constituem a marca de sua identidade (COREDE JACUÍ CENTRO, 2010).

O COREDE Jacuí Centro foi criado no ano de 2004 pelos municípios: Cachoeira do Sul, Paraisópolis, Novo Cabrais e Cerro Branco agregando posteriormente os outros municípios que o compõem em sua totalidade atualmente. Consta de uma população de 146.331 habitantes em uma área de 8.098 Km²

apresentando uma densidade demográfica de 18,1 habitantes por Km². Na Figura 01 apresenta-se o COREDE Jacuí Centro por situação de domicílio (COREDE JACUÍ CENTRO, 2010).

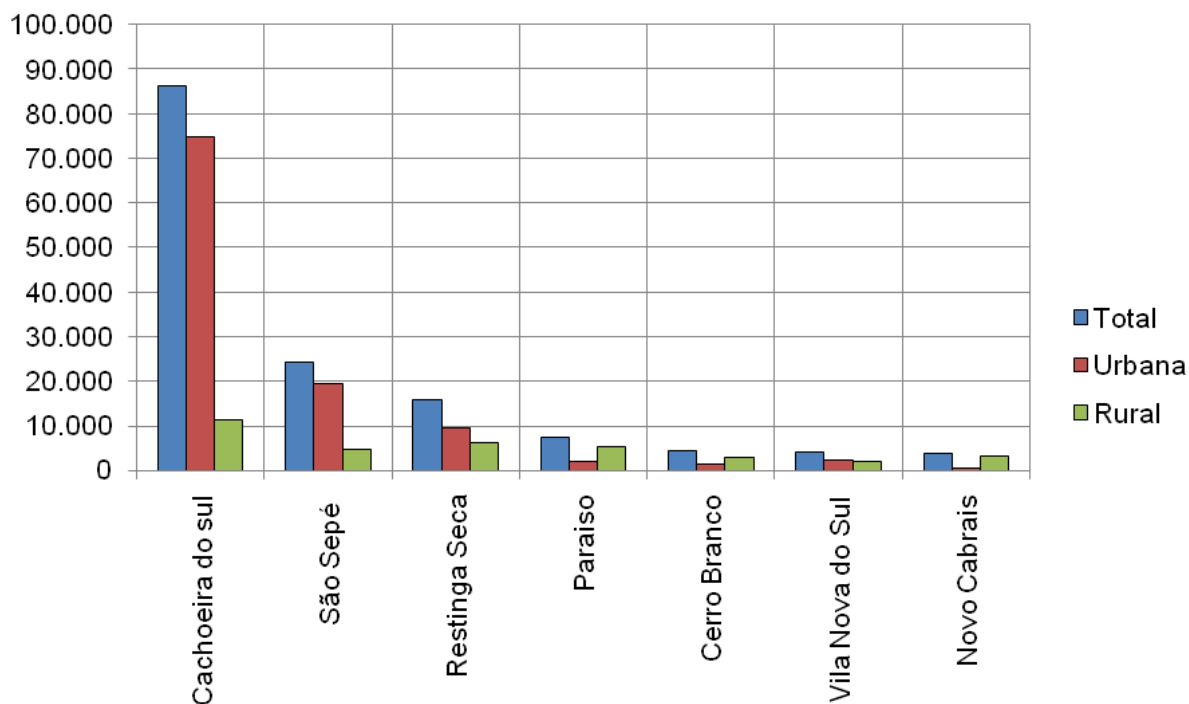


Figura 2- População por situação de domicílio nos municípios do COREDE Jacuí Centro– Ano 2008

Fonte: COREDE JACUÍ CENTRO, 2010.

Segundo o Planejamento Estratégico do COREDE Jacuí Centro a evolução da população no período compreendido entre os anos de 1997 a 2008 revela que os municípios do COREDE Jacuí Centro possuem uma tendência de aumento da população urbana com uma conseqüente diminuição da população rural. O município de Novo Cabrais diferencia-se dos demais, pois, há uma tendência de aumento tanto da população rural como da urbana. Verifica-se na Figura 02 a taxa de urbanização dos municípios do COREDE/JC.

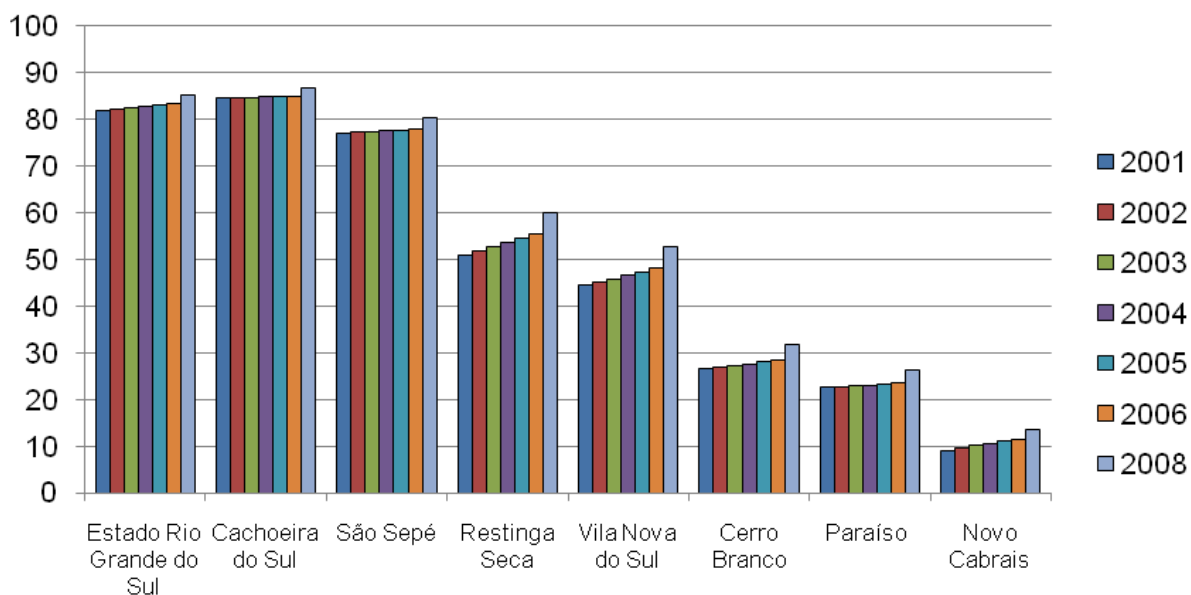


Figura 3- Taxa de urbanização do Rio Grande do Sul e municípios da região do COREDE Jacuí Centro nos anos de 2001 a 2008

Fonte: COREDE JACUÍ CENTRO, 2010.

A análise da pesquisa consiste nas bases da Política da PNATER e nas ações de extensão da EMATER/RS ASCAR especificamente na região do COREDE Jacuí Centro. As amostras compreendem as ações de extensão, nos períodos de 2010, 2011 e 2012 divididas nos municípios que abarcam o COREDE Jacuí Centro. Os dados foram disponibilizados pela EMATER/RS ASCAR - Escritório de planejamento de POA.

Os dados analisados são resultantes do Sistema de Registro Informatizado do Planejamento (SISPLAN) o qual se institui o sistema de informações das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da EMATER/RS-ASCAR que tem por finalidade dar visibilidade ao planejamento das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) dos Escritórios Municipais em qualquer nível administrativo: municipal, regional e central.

Destaca-se que o acesso a estas informações é através da Intranet na página oficial da EMATER/RS-ASCAR.

Também se destaca como finalidade do SISPLAN registrar a execução das ações de ATER e seus resultados, através de um cadastro básico das famílias e seus integrantes que efetivamente participam das ações de ATER, desde o seu planejamento até a sua execução (EMATER, 2012).

A metodologia utilizada para a pesquisa está dividida em três etapas:

1) Levantamento- Nesta etapa ocorreu simultaneamente a pesquisa bibliográfica, documental e coleta de dados secundários - a partir de dados do Relatório Institucional de atividades de Extensão da EMATER, fornecidos pela EMATER Divisão de Planejamento/POA além de páginas da internet de órgãos públicos, livros e demais publicações a cerca do tema;

2) Sistematização de dados – Nessa etapa ocorreu a determinação das categorias de análise conforme as ações de extensão e a PNATER em decorrência das novas ruralidades e do paradigma da sustentabilidade. Consta com auxílio do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) e ArcGIS 9.3 para espacialização das informações e formulação de mapas temáticos para a análise .

3) Análise dos dados- essa etapa resultou o diagnóstico das ações de extensão da EMATER em referência as políticas de DRS e as Novas ruralidades. A análise dos procedimentos visa organizar os dados de modo que eles revelem as especificidades das dimensões da sustentabilidade sob enfoque agroecológico, presentes nos princípios da PNATER e na missão EMATER/ASCAR-RS. Especificamente utilizaremos a análise temática que "*consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado*" (MINAYO, 2001). Para proceder à análise temática segue-se as fases sequenciais propostas por Minayo,(2001): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Para proceder à análise temática será organizado e estruturado a construção da cartografia do território e das ações extensionistas em temas por dimensão de sustentabilidade: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

5.1. Dimensões de análise

As ações de extensão rural devem trabalhar o desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade, levar em conta a multifuncionalidade das novas ruralidades e a pluriatividade além dos diversos setores de um território, promovendo o capital social com a valorização e qualificação das relações sociais.

Segundo a EMATER (2006) as ações devem considerar as políticas de gênero, a diferença entre públicos e idade. Visa-se a melhoria da infraestrutura e dos serviços de bem-estar social, da educação e da promoção da saúde. Crescimento econômico, através da ampliação das oportunidades de empregos agrícolas e não agrícolas, gerando renda com equidade; além da preservação e recuperação ambiental.

A noção de desenvolvimento no novo paradigma da sustentabilidade não descarta o crescimento econômico, a tecnologia e a produtividade ampliando a sustentabilidade nas dimensões além da econômica, a social, a ambiental e a cultural. Enfoca e valoriza a participação local além da premissa de democratização das relações sociais como direito de cidadania.

O cumprimento dessas propostas, de desenvolvimento sustentável, exige estratégias de ação, no qual a Ater pública deve auxiliar na viabilização de estratégias que levem à geração de novos postos de trabalho agrícola e não agrícola, no meio rural, à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, à participação popular e, conseqüentemente, ao fortalecimento da cidadania. Propostas estas presentes na PNATER, 2004, conforme se observa abaixo:

[..] a metodologia para a ação da Ater pública deve ter um caráter educativo, com ênfase na pedagogia da prática, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis. Deste modo, a intervenção dos agentes de Ater deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local (PNATER, 2004 p.11).

A PNATER em seus princípios dispõe que as ações de extensão adotem uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia (PNATER, 2004). E é devido a PNATER adotar os princípios de agroecologia e o desenvolvimento sustentável, adotaremos as dimensões da sustentabilidade com enfoque agroecológico para tipificar as ações da EMATER/RS em estudo nesta pesquisa.

As análises das dimensões básicas da sustentabilidade servem de guia para a identificação e o monitoramento das possibilidades do Desenvolvimento Rural Sustentável no contexto de atuação da extensão rural do serviço público (COSTABEBER e CAPORAL, 2002). Para tanto as categorias de análise serão as dimensões de sustentabilidade sob enfoque agroecológico: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

Para efeito de classificação nas categorias de análise segue-se a orientação das dimensões de sustentabilidade segundo Costabeber e Caporal (2003) (Figura 4) e os indicadores do desenvolvimento sustentável (Caporal e Ramos, 2006). Sendo que somente será dada ênfase as atividades que englobam as perspectivas das novas ruralidades de características não agrícolas, apontando as ações em extensão de atividades que não se voltem para a agricultura convencional.

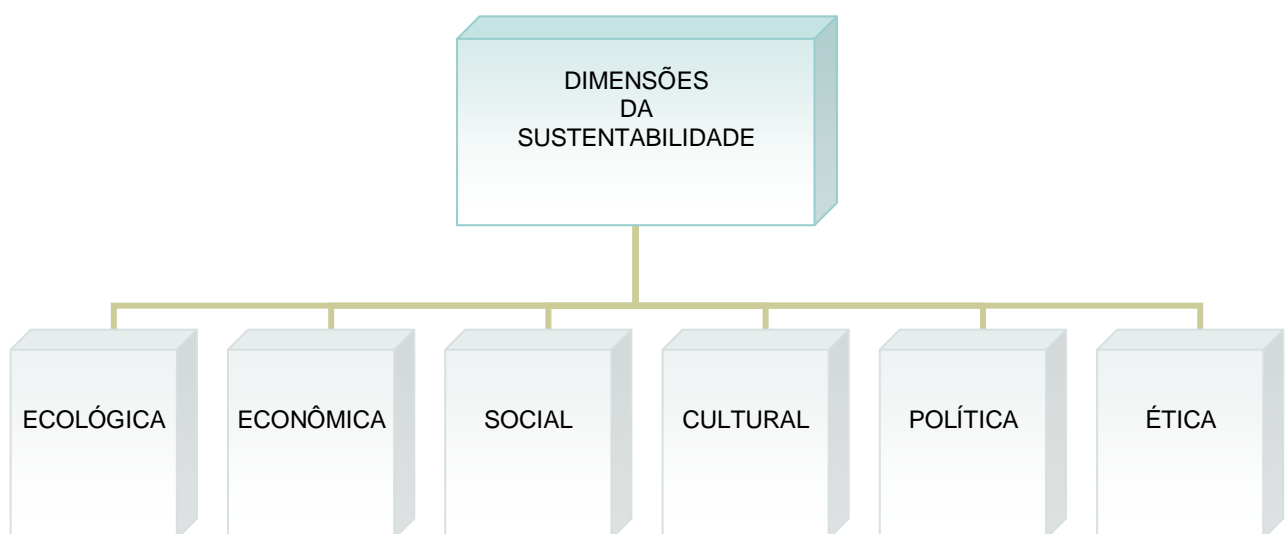


Figura 4: Organograma das categorias de análise conforme as dimensões da sustentabilidade.

Fonte: Costabeber e Caporal (2003)

Dimensão ecológica: considerada as ações que contribuem na preservação e conservação da base dos recursos naturais como condição essencial para a continuidade dos processos de reprodução socioeconômica e cultural da sociedade, em geral, e de produção agropecuária, em particular, numa perspectiva que considere tanto as atuais como as futuras gerações.

[..] "cuidar da casa" é uma premissa essencial para ações que se queiram sustentáveis, o que exige, por exemplo, não apenas a preservação e/ou melhoria das condições químicas, físicas e biológicas do solo (aspecto da maior relevância no enfoque agroecológico), mas também a manutenção e/ou melhoria da biodiversidade, das reservas e mananciais hídricos, assim como dos recursos naturais em geral. [..] eliminação do uso de insumos tóxicos ou cujos efeitos sobre o meio ambiente são incertos ou desconhecidos (por exemplo, Organismos Geneticamente Modificados) [...] (COSTABEBER E CAPORAL 2003 p.3).

Dimensão social: considerada de âmbito social as ações que contribuam com a equidade dos sujeitos locais uma menor desigualdade na distribuição de ativos, capacidades e oportunidades dos mais desfavorecidos. Segundo Ploeg (2008) a dimensão social envolve a coesão social e as redes sociais que ligam as pessoas e que lhes permitem compreender sua própria situação.

Inclui também ações de busca contínua de melhores níveis de qualidade de vida mediante a produção e o consumo de alimentos com qualidade biológica superior em que o produtor pode escolher as tecnologias determinando a relação da sociedade com o meio ambiente.

Ao lado da dimensão ecológica, a dimensão social representa precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade, uma vez que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem significado e relevância quando o produto gerado nos agroecossistemas, em bases renováveis, também possa ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade.[...] Sob o ponto de vista temporal, esta noção de equidade ainda se relaciona com a perspectiva intrageracional (disponibilidade de sustento mais seguro para a presente geração) e com a perspectiva intergeracional (não se pode comprometer hoje o sustento seguro das gerações futuras) (Simón Fernández e Dominguez Garcia, 2001 apud Costabeber e Caporal 2003 p.4).

Dimensão econômica: considerada de âmbito econômico as ações de extensão que buscam aumentos de produção e produtividade agropecuária e fontes de geração de renda. Segundo Ploeg (2008) dimensão econômica diz respeito à disponibilidade e qualidade de serviços e de atividades produtivas. Não esquecendo que estamos vendo a dimensão pelo viés da sustentabilidade, ou seja, não se trata somente de buscar o lucro a qualquer custo, pois podem ocasionar reduções de renda e dependências crescentes em relação a fatores externos, além de danos ambientais que podem resultar em perdas econômicas no curto ou médio prazo.

A sustentabilidade de agroecossistemas põe em evidência a estreita relação entre a dimensão econômica e a dimensão ecológica, conforme descreve o autor:

[...] a lógica presente na maioria dos segmentos da agricultura familiar nem sempre se manifesta apenas através da obtenção de lucro, mas também por outros aspectos que interferem em sua maior ou menor capacidade de reprodução social. Por isso, há que se ter em mente, por exemplo, a importância da produção de subsistência, assim como a produção de bens de consumo em geral, que não costumam aparecer nas medições monetárias convencionais, mas que são importantes no processo de reprodução social e nos graus de satisfação dos membros da família. Igualmente, a soberania e a segurança alimentar de uma região se expressam também na adoção de estratégias baseadas em circuitos curtos de mercadorias e no abastecimento regional e microrregional, não sendo possível, portanto, desconectar a dimensão econômica da dimensão social. (COSTABEBER E CAPORAL 2003 p.4).

Dimensão cultural: considera as ações de extensão respeitadas e que evidenciam a cultura local. Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural que, por sua vez, devem espelhar a “identidade cultural” das pessoas que vivem e trabalham em um dado agroecossistema.

Mais do que nunca, esse reconhecimento da importância do saber local e dos processos de geração do conhecimento *ambiental e socialmente útil* passa a ser crescentemente valorizado em contraponto à ideia ainda dominante, mas em processo de obsolescência, de que a agricultura poderia ser homogeneizada com independência das especificidades biofísicas e culturais de cada agroecossistema. (COSTABEBER E CAPORAL 2003 p.5).

Dimensão política: considera as ações que envolvam a participação e processos democráticos no contexto da produção agrícola e do desenvolvimento rural, assim como com as redes de organização social e de representações dos diversos segmentos da população rural. Nesse contexto, o desenvolvimento rural sustentável deve privilegiar o estabelecimento de plataformas de negociação nas quais os atores locais possam expressar seus interesses e necessidades em pé de igualdade com outros atores envolvidos. A dimensão política diz respeito, pois, aos métodos e estratégias participativas capazes de assegurar o resgate da autoestima e o pleno exercício da cidadania.

Dimensão ética: considera as ações que se relacionam diretamente com a solidariedade intra e intergeracional e com novas responsabilidades dos indivíduos com respeito à preservação do meio ambiente. Inclui a segurança alimentar, ao acesso equânime aos recursos naturais, à terra para o trabalho e a todos os bens necessários para uma vida digna.

Segundo Caporal e Ramos (2006) os indicadores do processo de transição agroecológica são: indicadores sociais, econômicos, indicadores relacionados à cultura local e indicadores de gestão institucional.

Os indicadores do processo de transição agroecológica são aqueles que indicam a redução do uso de insumos químicos sintéticos que ocasiona melhorias no solo. Indica o uso de tecnologias de base ecológica (inseticidas biológicos, adubos orgânicos) reduzindo os impactos ambientais.

Também se considera indicativo de transição agroecológica, segundo os autores supracitados, a diversificação de cultivos, e aumento da biodiversidade nos agroecossistemas que resulta nas melhorias das relações ecológicas entre solo, planta e animais.

Como indicadores sociais os autores destacam a melhoria na alimentação das famílias, a ampliação na tomada de decisões sobre os recursos da família com a participação dos jovens e das mulheres nas decisões. Acesso a sistemas de saúde e previdência, o uso de plantas medicinais, condições de moradia, disponibilidade de água potável, acesso à educação e a participação em formas associativas.

Os indicadores econômicos implicam na melhoria da renda, no acesso aos mercados, ocupação da mão-de-obra, na dependência de insumos externos, diversidade e estabilidade da produção.

Os indicadores relacionados à cultura local são descritos pelas práticas e tecnologias adaptadas e pelas ações extensionistas compatíveis com os valores e modo de vida da comunidade. Também se destaca como indicativo de cultura a produção de subsistência compatível com o hábito alimentar.

Já os indicadores de gestão institucional são os indicativos de: democratização da gestão, com a participação em conselhos locais potencializando a integração intra e interinstitucional na gestão e na execução das ações.

São englobadas na análise as ações de extensão que envolve a pecuária familiar e os quilombolas, por se tratarem de públicos diferenciados e que caracterizam uma política das novas ruralidades, considerar os diversos públicos do rural sejam eles jovens, adultos, crianças, ou seja, às diversidades sociais.

São consideradas também na análise, as ações de extensão de agricultura de base ecológica por se tratarem de prática diferenciada e visualizada na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável com viés agroecológico.

Para efeito de análise, foram desconsideradas as ações de agricultura convencional e analisadas as ações que remetem às novas ruralidades, em referência as múltiplas funções do rural, das atividades agrícolas e não agrícolas e a política de desenvolvimento rural sustentável, que exige um maior número de ações sociais, de gênero, para jovens, idosos, ou seja, o surgimento de um novo público para as ações de extensão.

Não foram consideradas na análise as ações de piscicultura, pois elas remetem a dados de metros em superfície de lâmina d'água e as ações analisadas nas dimensões da sustentabilidade nesta pesquisa remetem a públicos atendidos, sejam eles, famílias, produtores, jovens, crianças... etc. Por esse mesmo motivo a ação de extensão de Geoprocessamento também não foi considerada, neste caso pelo fato de a mesma for referente a cadastro cartográfico da empresa (EMATER/RS ASCAR).

Na tipificação das ações de extensão junto às categorias de análise, as ações de extensão podem aparecer em duas ou até três categorias, pois as ações de sustentabilidade se sobrepõem.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme as categorias de análise, as ações de extensão da região COREDE Jacuí centro do RS foram redistribuídas nas categorias: dimensão ecológica, dimensão econômica, dimensão social, dimensão cultural, dimensão política e dimensão ética, conforme Figura 5. Resultam num total de 30 ações de extensão (Tabela 1) desenvolvidas pela EMATER/RS ASCAR no período dos três últimos anos em conformidade com a temática das novas ruralidades.

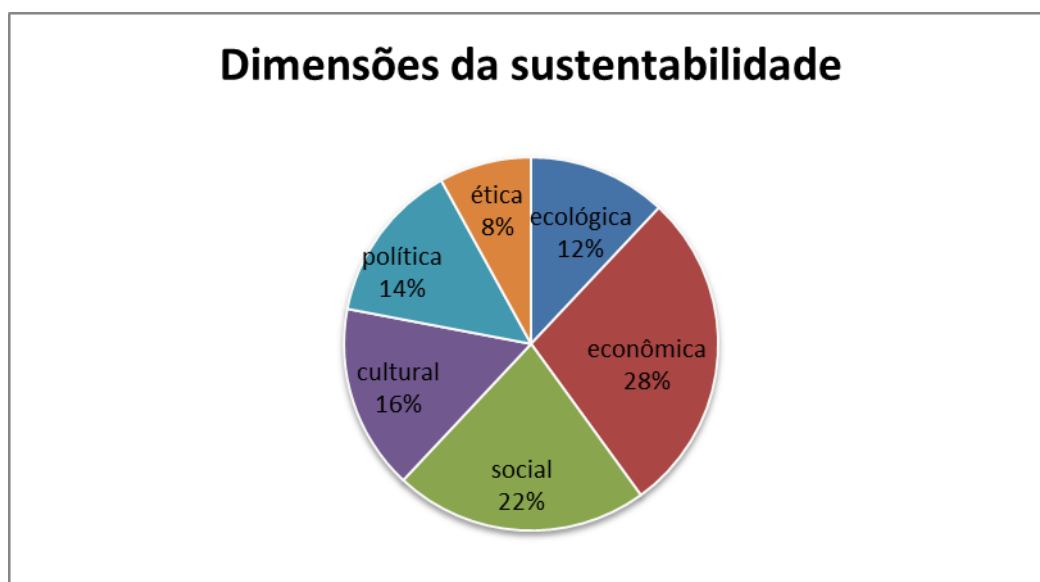


Figura 5- Porcentagem das ações de extensão nas dimensões da sustentabilidade, frequência distribuída em relação aos casos visualizados na região do COREDE Jacuí Centro

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

Tabela 1-Ações de extensão rural quanto à observação dos casos existentes na perspectiva do desenvolvimento sustentável e das novas ruralidades no COREDE Jacuí Centro do RS

DIMENSÃO DA SUSTENTABILIDADE					
ECOLÓGICA	ECONÔMICA	SOCIAL	CULTURAL	POLÍTICA	ÉTICA
Habitação e paisagismo	Agroindústria	Qualificação profissional	Plantas Bioativas	Cooperativismo	Agricultura de base ecológica
Plantas Bioativas	Agricultura de base ecológica	ATER Pecuaristas familiares	Artesanato	Qualificação profissional	Saneamento básico
Agricultura de base ecológica	ATER Quilombolas	ATER Quilombolas	ATER Pecuaristas familiares	Organização rural	Manejo de solos
Gestão ambiental	Crédito rural	Educação e promoção da saúde	ATER Quilombolas	Ações em gênero-Mulher	Gestão ambiental
Saneamento básico		Juventude rural		Acesso a políticas públicas a direitos sociais e socioassistenciais	
	Mecanização		Juventude rural		
Manejo de solos		Segurança e soberania alimentar		Ações com grupos pessoas com vulnerabilidade ou risco social	
	Secagem e armazenagem		Promoção de eventos		
	Segurança e soberania alimentar	Ações em gênero-Mulher	Ações em gênero-Mulher	Promoção da cidadania e organização social	
	Artesanato	Reforma agrária	Turismo Rural		
		Ações com grupos pessoas com vulnerabilidade ou risco social			
	Seguro agrícola				
	ATER Pecuarista Familiar	Acesso a políticas públicas a direitos sociais e socioassistenciais			
	Reforma agrária				
	Turismo Rural				
	Ações de inclusão social e produtiva				
	Irrigação				

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

Ao analisarmos as ações de extensão nos anos de 2010, 2011 e 2012 na região do COREDE Jacuí Centro verificamos que as ações de extensão na temática das novas ruralidades aumenta a presença conforme o passar dos anos (Figura 6), o que demonstra a inserção da política da PNATER e do paradigma da

sustentabilidade nas ações extensionistas. O gráfico representa a frequência das ações de extensão nas dimensões da sustentabilidade nos anos 2010, 2011 e 2012.

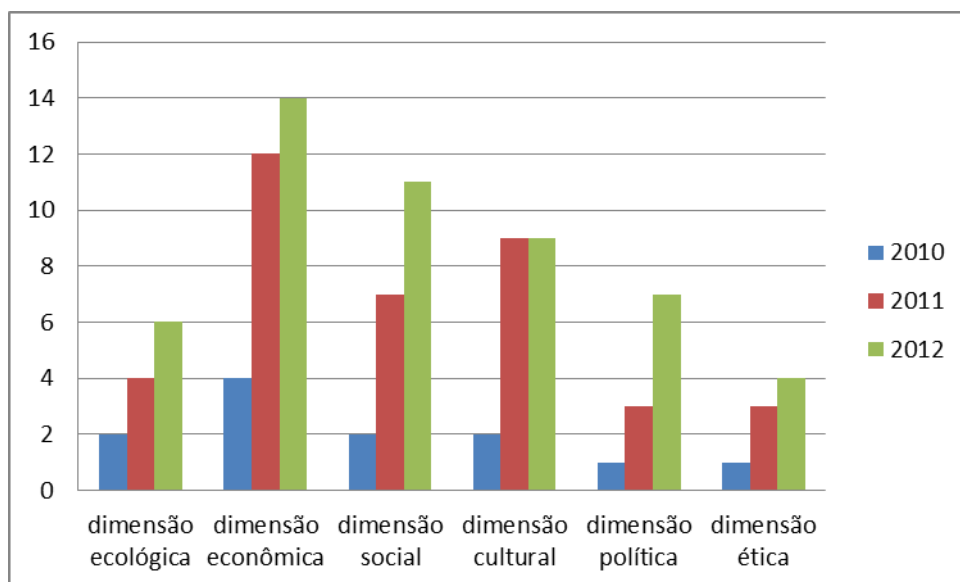


Figura 6- Gráfico da dispersão das ações de extensão observadas no COREDE Jacuí Centro nas dimensões de sustentabilidade nos anos de 2010,2011 e 2012. Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

Conforme análise do gráfico verificou-se que as ações nas dimensões de sustentabilidade estão aumentando com o passar dos anos embora não ocorra um nivelamento nas ações, onde a ação de dimensão econômica aparece em maior número de casos e as ações da dimensão ética em menor número.

Outra observação que pode ser feita é que nas ações descritas como dimensão social, em torno de 25% delas se comporta também como ações pelo viés econômico. Se considerássemos essas ações apenas pela dimensão econômica acarretaria um aumento em 13% da representação desta dimensão

E também pode ser verificado que o fato do número de ações sociais crescerem (tabela 2,3 e 4) é uma resposta às novas demandas sociais e o cumprimento do objetivo da EMATER de revisão das suas ações anualmente prevendo o remanejamento e ampliação das ações conforme demandas locais. Verifica-se essa preocupação da EMATER no planejamento anual, onde é objeto de questionamento a visão de futuro existente para promover o desenvolvimento rural sustentável, a partir do município, conforme se observa a seguir:

[...] previstos aspectos nas várias dimensões da sustentabilidade, como o econômico - produtivo, social, ambiental, cultural, ético e político. De uma forma geral, se for possível, descrever sucintamente quais os grandes objetivos a serem alcançados, quais as principais estratégias a serem desenvolvidas, quais os principais programas e projetos a serem desenvolvidos, de que forma podem ser alcançados (metodologia) e quais os recursos a serem mobilizados[...] (EMATER, 2011 p.41).

Tabela 2- Ações de extensão rural na temática das novas ruralidades no ano de 2010 observadas no COREDE Jacuí Centro

DIMENSÃO DA SUSTENTABILIDADE/ ano de 2010					
ECOLÓGICA	ECONÔMICA	SOCIAL	CULTURAL	POLÍTICA	ÉTICA
Agricultura de base ecológica	Agroindústria	Qualificação profissional	Plantas Bioativas	Qualificação profissional	Agricultura de base ecológica
Plantas Bioativas	Agricultura de base ecológica	ATER Pecuaristas familiares	ATER Pecuaristas familiares		
	ATER Pecuaristas familiares				
	Irrigação				

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

Tabela 3- Ações de extensão rural na temática das novas ruralidades no ano de 2011 observadas no COREDE Jacuí Centro

DIMENSÃO DA SUSTENTABILIDADE/ ano de 2011					
ECOLÓGICA	ECONÔMICA	SOCIAL	CULTURAL	POLÍTICA	ÉTICA
Plantas bioativas	Agroindústria	Segurança e soberania alimentar	Plantas Bioativas	Qualificação profissional	Manejo de solos
Saneamento básico	Ater quilombolas	Ater quilombolas	ATER Pecuaristas familiares	Organização rural	Saneamento básico
Manejo de solos	Crédito rural	Ater pecuarista familiar	Qualificação Profissional	Promoção da cidadania e organização social	Gestão ambiental
Gestão ambiental	Mecanização	Reforma agrária	Artesanato		
	Secagem e armazenagem	Juventude rural	Ater quilombolas		
	Artesanato	Educação e promoção da saúde	Ater pecuarista familiar		
	Seguro agrícola		Juventude rural		
	Reforma agrária		Promoção de eventos		
	Turismo rural		Turismo rural		
	Ater pecuarista familiar				
	Segurança e soberania alimentar				
	Irrigação				

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

Tabela 4- Ações de extensão rural na temática das novas ruralidades no ano de 2012 observadas no COREDE Jacuí Centro

DIMENSÃO DA SUSTENTABILIDADE/ ano de 2012					
ECOLÓGICA	ECONÔMICA	SOCIAL	CULTURAL	POLÍTICA	ÉTICA
Agricultura de base ecológica	Agroindústria	Ações de inclusão social e produtiva	Plantas Bioativas	Qualificação profissional	Manejo de solos
Saneamento básico	Ater quilombolas	Ater quilombolas	ATER Pecuaristas familiares	Organização rural	Saneamento básico
Manejo de solos	Crédito rural	Ações com grupos de pessoas ou vulnerabilidade social	Qualificação Profissional	Cooperativismo	Gestão ambiental
Gestão ambiental	Mecanização	Acesso a políticas públicas a direitos sociais e socioassistenciais	Artesanato	Ações em gênero-mulher	Agricultura De Base Ecológica
Habitação e paisagismo	Secagem e armazenagem	Ações em gênero mulher	Ater quilombolas	Acesso a políticas públicas a direitos sociais e socioassistenciais	
Plantas bioativas	Artesanato	Reforma agrária	Ater pecuarista familiar	Ações com grupo de pessoas com vulnerabilidade ou risco social	
	Seguro agrícola	Juventude rural	Juventude rural	Promoção da cidadania e organização social	
	Reforma agrária	Ater pecuarista familiar	Ações Em Gênero - Mulher		
	Turismo rural	Segurança e soberania alimentar	Turismo rural		
	Ater pecuarista familiar	Qualificação profissional			
	Segurança e soberania alimentar	Educação e promoção da saúde			
	Ações de inclusão social e produtiva				
	Agricultura de base ecológica				
	Irrigação				

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

Manter os padrões de produtividade da agricultura deve ser compatível com a sustentabilidade, com base nos princípios da Agroecologia, observando-se formas de manejo dos agroecossistemas, práticas e métodos sustentáveis de produção, a partir de um enfoque de produtividade, estabilidade, equidade e qualidade de vida. A instituição da EMATER em suas diretrizes para a ação extensionista afirma ser fundamental avançar em direção à transição agroecológica, sobretudo nos sistemas produtivos com predomínio de produção de grãos (EMATER, 2011).

Considerado que dimensão ecológica aborda os temas que consideram as ações que contribuam na preservação e conservação da base dos recursos naturais, a extensão rural a partir da década de 90, multiplicou suas ações voltadas para as questões ambientais no meio rural, ampliando-se os planos de gestão/educação ambiental, o estímulo à utilização de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente, as ações de saneamento básico e ambiental apoiadas em projetos individuais e de financiamento como o Pró-Guaíba, o PASS, o RS-Rural, entre outros.

As ações de extensão vêm dando ênfase cada vez maior aos trabalhos de resgate de conhecimentos tradicionais, da cultura, da produção e criações, e de costumes locais e rurais, resgate de sementes, uso e cultivo de plantas medicinais, condimentares e aromáticas, artesanato com matéria prima rural, recreação e lazer comunitário (EMATER, 2006).

Recomenda-se o uso da ciência da agroecologia nas dimensões ecológicas, pois se pretende ativar o potencial endógeno, gerando processos que deem lugar a novas respostas e/ou façam surgir às velhas (desde que sustentáveis) onde o mecanismo de trabalho seja ativado e constituído no fortalecimento da ação social, endógena, interna a comunidade, levando a apropriação por parte dos atores locais.

As estratégias de ação devem garantir a preservação da biodiversidade, seu incremento, respeito às formas de relações aos recursos naturais, aderindo a tecnologias respeitosas ao meio ambiente, permitindo a participação na administração local, recriar a heterogeneidade do meio rural através de formas de ação social coletiva (CASADO, MOLINA e GUZMÁN, 2000).

A agroecologia tem um enfoque na agricultura mais relacionado ao meio ambiente e mais sensível socialmente, busca a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção que vai muito mais além do prédio da unidade de produção, abrange os ecossistemas. O marco conceitual da

agroecologia é essencialmente ecológico, onde então destaca áreas de investigação, nos agroecossistemas agrícolas nas análises agroecológicas: ciclagem de nutrientes, interações de pragas e plantas e sucessão ecológica (HECHT, 1999).

A interação de características endógenas (biológicas e ambientais) e exógenas (sociais e econômicas) leva a uma estrutura particular de agroecossistema, sendo este o coração da agroecologia, onde Hecht (1999) aborda o modelo de agroecossistema como ponto chave para entender a agricultura sobre a perspectiva das relações ecológicas. Devemos atentar ao fato de que um agroecossistema possui diferentes graus de resiliência e estabilidade, que não determinados somente por fatores biológicos e ambientais, e sim por fatores sociais. Por isso a importância da perspectiva social para a agroecologia, colapsos como preços de mercado podem destruir os sistemas agrícolas tanto quanto pragas e enfermidades.

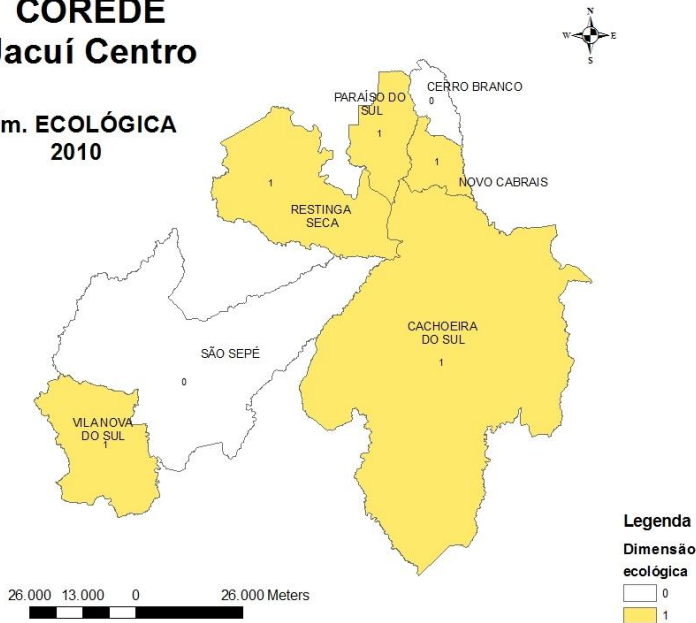
A agroecologia como desenvolvimento coevolucionista fortalece os processos ecológicos autônomos, a participação social junto às instituições permitindo a coevolução local. Primam pela redução da dependência às forças externas e as instituições agroecológicas protegem os processos locais para permitir a coevolução local entre os sistemas sociais e ecológicos. Através da legitimidade do conhecimento dos agricultores conseguem o apoio dos mesmos, nas transformações necessárias propostas para ajuda-los, não esquecendo que estas propostas são construídas de forma participativa e para tanto possuem um potencial significativo para resolver os problemas da pobreza rural, segurança alimentar e deterioração ambiental (NORGAARD e SIKOT, 1999).

A dimensão ecológica para fato de análise foi considerada as ações que envolvem a ciência da agroecologia e as ações que contribuam na preservação e conservação da base dos recursos naturais, sendo estas: Saneamento básico, Manejo de solos, Gestão ambiental, Plantas bioativas, Habitação e paisagismo e Agricultura de base ecológica.

Ao analisarmos a dimensão ecológica verificamos um aumento na frequência das ações de extensão nos últimos três anos conforme se verifica na figura 7, com destaque para frequência das ações nos municípios. O aumento das ações pode ser explicado pela demanda crescente de preocupação ambiental e mudança de postura dos indivíduos e da sociedade, contribuindo para a compreensão da interdependência social, econômica, política e ecológica com o ambiente natural.

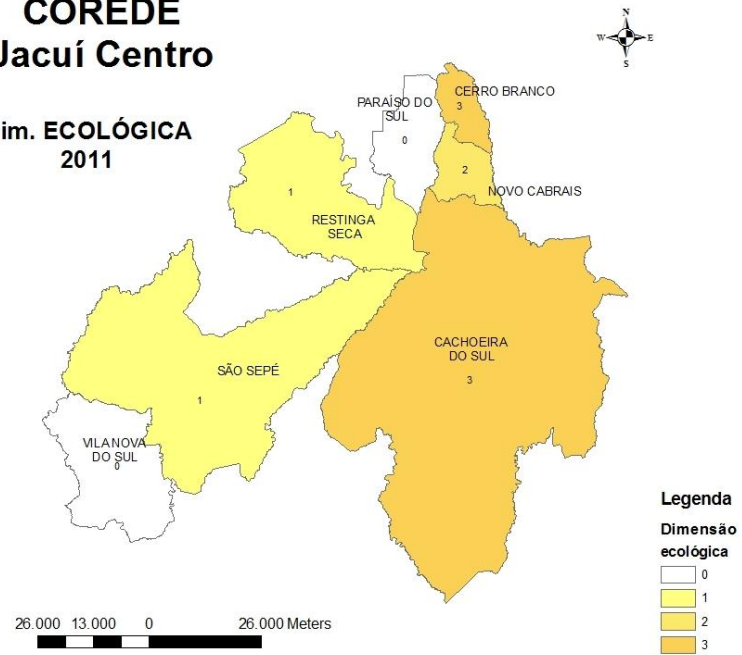
COREDE Jacuí Centro

Dim. ECOLÓGICA 2010



COREDE Jacuí Centro

Dim. ECOLÓGICA 2011



COREDE Jacuí Centro

Dim. ECOLÓGICA 2012

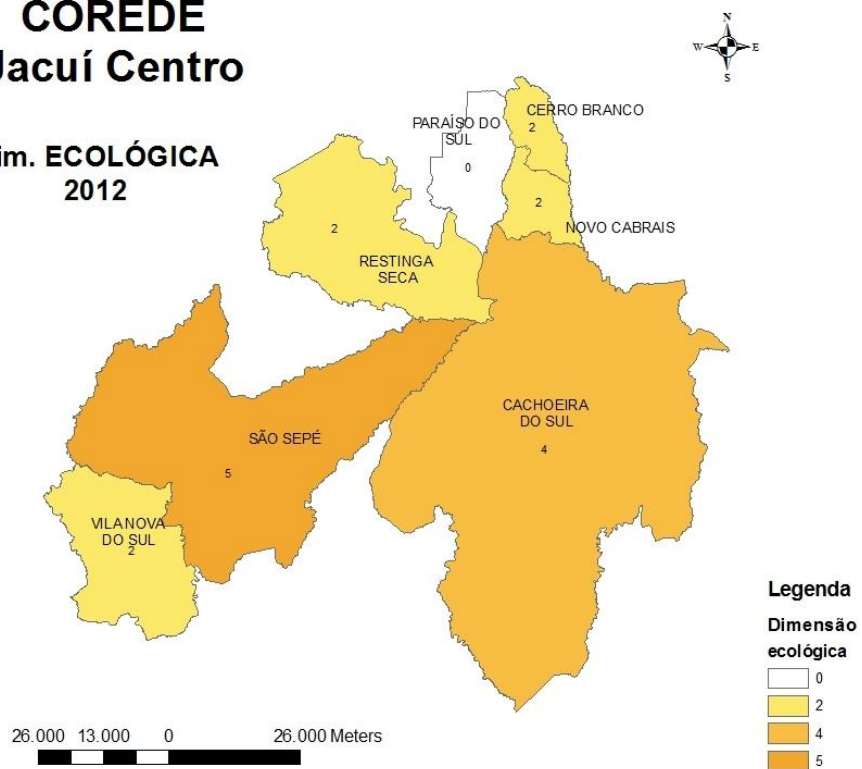


Figura 7- Frequência das ações de extensão da dimensão ecológica nos anos de 2010, 2011 e 2012, na Região COREDE Jacuí Centro
 Fonte: elaboração do autor, (2013).

Das ações de extensão analisadas, na dimensão ecológica, as que obtiveram maior presença nos municípios da região do COREDE Jacuí Centro foram as ações de manejo de solos (Tabela 4).

A prática de manejo de solos engloba ações educativas e orientações técnicas com o objetivo de melhorar o uso, o manejo, a conservação e a produtividade dos solos. Basicamente as ações se concentram em atividades de correção da acidez e fertilidade, contenção de enxurradas, plantio em nível e recuperação das margens dos mananciais hídricos.

Tabela 4- Frequência das ações de extensão de maior representatividade, quanto ao número de produtores atendidos, na dimensão ecológica no COREDE JC

MUNICÍPIO	AÇÃO DE EXTENSÃO		
	MANEJO DE SOLOS		
	2010	2011	2012
CACHOEIRA DO SUL	0	17	14
CERRO BRANCO	0	23	88
NOVO CABRAIS	0	62	59
PARAÍSO DO SUL	0	0	0
RESTINGA SECA	0	25	38
SÃO SEPÉ	0	15	72
VILA NOVA DO SUL	0	0	35

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

Observa-se que as ações de manejo de solos e irrigação são desenvolvidas junto aos produtores, ou seja, atende ao público específico da agricultura familiar.

As ações de saneamento básico, habitação e paisagismo (Tabela 5) surgem para apoiar, estimular, planejar, orientar, promover e desenvolver ações voltadas para: a preservação e recuperação ambiental e prevenção de doenças relacionadas à qualidade da água, à disposição dos esgotos e dos resíduos de atividades humanas na área rural. As ações de saneamento básico também foram consideradas na dimensão ética.

Representam-se as ações através de tecnologias (instalações sanitárias para tratamento de esgotos, melhoria da qualidade da água e disposição de resíduos

sólidos), metodologias e instrumentos pedagógicos adequados; à melhoria da habitação de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida (EMATER, 2011).

Tabela 5- Frequência das ações de extensão, saneamento básico, habitação e paisagismo quanto ao número de famílias atendidas no COREDE JC

MUNICÍPIO	AÇÕES DE EXTENSÃO					
	SANEAMENTO BÁSICO			HABITAÇÃO E PAISAGISMO		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
CACHOEIRA DO SUL	0	86	22	0	0	10
CERRO BRANCO	0	41	0	0	0	25
NOVO CABRAIS	0	0	0	0	0	0
PARAÍSO DO SUL	0	0	0	0	0	0
RESTINGA SECA	0	0	0	0	0	0
SÃO SEPÉ	0	0	20	0	0	14
VILA NOVA DO SUL	0	0	17	0	0	0

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

As ações de saneamento basicamente se concentram em proteção de fontes naturais e poços, implantação de redes de abastecimento individuais (unifamiliares) de água, instalação, manutenção e limpeza de reservatórios.

Entendido como uma ação de saúde pública e muitas vezes identificado como uma parte do saneamento ambiental, o saneamento básico, voltado para a área rural, visa à proteção dos recursos hídricos e a preservação da saúde das populações rurais. As práticas de saneamento básico desenvolvidas e/ou orientadas pela EMATER/RS-ASCAR, podemos citar: a) abastecimento de água potável. Inclui proteção de fontes naturais e poços, limpeza de reservatórios, tratamento simplificado de água para uso doméstico através do uso de clorador por difusão ou soluções de cloro; b) disposição dos esgotos domésticos. Inclui orientação na execução e manutenção de instalações sanitárias adequadas, tais como fossas sépticas, filtros biológicos e zona de raízes, valas de infiltração, sumidouros; c) disposição adequada dos resíduos domésticos das atividades agrícolas. Inclui separação, reciclagem, aproveitamento do resíduos domésticos para compostagem, elaboração de produtos artesanais, separação das embalagem de agrotóxicos; (EMATER, 2006).

A habitação faz parte de um conjunto de necessidades do ser humano. A visão atual de habitação, entretanto, vai muito além de um simples abrigo individual ou proteção contra as intempéries e as ameaças do meio ambiente. A casa também

inclui o seu entorno, ou seja, o ambiente natural que a envolve: a vegetação, os mananciais, as espécies animais presentes. Passa a ser um espaço social importante que proporciona a convivência da família e estabelece uma relação de intimidade e respeito entre as pessoas e a natureza. Assim, dentro deste foco a habitação e paisagismo foca-se as ações em melhoria da habitação e do entorno, tais como: planejamento da casa como unidade de abrigo e conforto (localização, dimensionamento, orientação solar, materiais de construção,) e ajardinamento e paisagismo, hortas e pomares instalações anexas (EMATER, 2006).

As ações de Gestão ambiental foram inseridas na dimensão ecológica e na dimensão ética e segundo a EMATER/RS-ASCAR, segue um conjunto de princípios, estratégias e diretrizes que norteiam as ações de campo, de estímulo, orientação e apoio a práticas ambientais, em conformidade com a legislação de proteção ao meio ambiente e de ocupação dos espaços. Priorizam as ações práticas, estimulando o exercício da cidadania, em busca do desenvolvimento sustentável, as ações visualizadas são as ações de educação ambiental, tais como:

- A implementação de metodologias como trilhas ecológicas, caminhadas, seminários, campanhas, cursos, encontros, Dias de Campo, oficinas e palestras;
- A participação em espaços de discussão dos temas ambientais como fóruns, conselhos e grupos técnicos;
- A integração de ações com parcerias locais.

As ações de Gestão ambiental foram contabilizadas através do número de participantes (Tabela 6), onde a EMATER entende a Educação ambiental como uma ferramenta que permite a compreensão dos ideais de desenvolvimento sustentável e a prática da gestão ambiental, proporcionando a relação pessoas x ambiente x desenvolvimento (EMATER, 2006).

Podemos destacar que nas ações de extensão de Gestão Ambiental o público se amplia, são realizadas ações com crianças (escolares), jovens, pecuaristas familiares, indígenas, pescadores artesanais profissionais, quilombolas, assentados e mulheres, entre outros.

Estimular e promover ações de sensibilização e mobilização voltadas para a compreensão e a melhoria das relações entre as pessoas e entre essas e o meio ambiente em que vivem [...] metodologias como trilhas ecológicas, caminhadas, seminários, campanhas, cursos, encontros, dias de campo, oficinas, palestras; participação em espaços de discussão dos temas ambientais [...], como fóruns, conselhos e grupos [...] (EMATER, 2011).

Tabela 6- Frequência das ações de extensão, Gestão ambiental quanto ao número de participantes no COREDE JC

MUNICÍPIO	AÇÃO DE EXTENSÃO		
	GESTÃO AMBIENTAL		
	2010	2011	2012
CACHOEIRA DO SUL	0	0	0
CERRO BRANCO	0	62	52
NOVO CABRAIS	0	0	0
PARAÍSO DO SUL	0	0	0
RESTINGA SECA	0	0	301
SÃO SEPÉ	0	0	260
VILA NOVA DO SUL	0	0	0

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

Observa-se que a ação destinada à introdução de agricultura de base ecológica que além de ser enquadrada na dimensão ecológica o foi também na ética. Aparece em maior proporção no ano de 2010, onde não surge no ano de 2011 e em 2012 só passar a existir no município de Cerro Branco (Tabela 5).

Tabela 7- Frequência das ações de extensão, quanto ao número de produtores atendidos, de agricultura de base ecológica inserida na dimensão ecológica nos municípios do COREDE Jacuí Centro

MUNICÍPIO	AÇÃO DE EXTENSÃO		
	AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA		
	2010	2011	2012
CACHOEIRA DO SUL	0	0	0
CERRO BRANCO	0	0	6
NOVO CABRAIS	19	0	0
PARAÍSO DO SUL	13	0	0
RESTINGA SECA	23	0	0
SÃO SEPÉ	0	0	0
VILA NOVA DO SUL	1	0	0

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

Historicamente, a extensão rural do Rio Grande do Sul tem como foco de trabalho o resgate, a promoção, a articulação e o apoio às iniciativas no campo da Agroecologia a partir de ações voltadas para a agricultura familiar de base ecológica, garantindo aos agricultores interessados conhecimentos que lhes possibilitem obter alimentos orgânicos/ecológicos que contribuem para o equilíbrio do meio ambiente.

Não temos como explicar ao certo o real motivo da diminuição das ações de extensão nessa prática, mas a mesma pode nos soar como um alerta para maior inserção na região do Jacuí centro.

As ações de extensão nesta temática, no COREDE Jacuí Centro devem retomar eventos que congreguem agricultores, pecuaristas, técnicos, pesquisadores, estudantes e demais interessados, de forma a motivar e informar sobre as diferentes formas de produção de alimentos de origem vegetal ou animal com base na ciência agroecológica.

A ação de extensão das plantas bioativas, também englobadas na dimensão cultural transpassa suas ações com a ação de educação e saúde (dimensão social) no resgate dos saberes populares e a qualificação do autocuidado das famílias rurais (Tabela 8).

Inclui nas ações a construção/implantação de políticas públicas para a saúde, a educação e promoção da saúde, o lazer comunitário, a fitoterapia e conhecimento sobre plantas medicinais, aromáticas e condimentares, e a construção de projetos coletivos, de forma que se estabeleça um processo de autonomia, no qual cada um seja sujeito da sua própria saúde, da garantia dos seus direitos à saúde pública, do seu bem-estar, da sua qualidade de vida (EMATER, 2011). A EMATER evidencia as ações de plantas bioativas (plantas medicinais, aromáticas, condimentares e tóxicas) em vários enfoques: o econômico, o antropológico, ecológico, pedagógico e terapêutico.

Econômico como forma de geração de renda, através da produção e comercialização, antropológico, como resgate e valorização da cultura. Ecológico, sob ponto de vista da preservação da biodiversidade. Pedagógico como instrumento para trabalhar e discutir diversas outras questões relacionadas à saúde e ao ambiente, bem como o reforço à organização social. O terapêutico, pela sua utilização como opção de tratamento de diversos transtornos da saúde, humana, animal e vegetal (EMATER, 2006).

Tabela 8- Frequência das ações de extensão Plantas bioativas e Educação e promoção da saúde, quanto ao número de pessoas atendidas, nos municípios do COREDE Jacuí Centro

MUNICÍPIO	AÇÕES DE EXTENSÃO					
	PLANTAS BIOATIVAS			EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
CACHOEIRA DO SUL	162	27	0	0	38	115
CERRO BRANCO	0	0	0	0	43	50
NOVO CABRAIS	0	28	18	0	52	79
PARAÍSO DO SUL	0	0	0	0	113	122
RESTINGA SECA	0	0	0	0	0	61
SÃO SEPÉ	0	0	23	0	0	259
VILA NOVA DO SUL	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

Quanto à dimensão econômica podemos afirmar que é um grande desafio do século XXI orientar e articular políticas que tenham efetividade na geração de renda e aumento da qualidade de vida no meio rural. E é argumentado na geração de renda que se tem a dimensão econômica, não esquecendo que ao tratarmos da sustentabilidade é necessária a equidade e a qualidade de vida.

Sob a perspectiva da produção, a sustentabilidade será alcançada no contexto de uma organização social que proteja os recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente, entrando a Agroecologia como suporte e com as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento rural sustentável (ALTIERI, 1995).

No meio rural verifica-se a situação de pobreza e exclusão que limita o acesso a terra, aos mercados, ao trabalho, à educação e à saúde. Para superar a pobreza são necessários esforços coordenados, que busquem tanto a melhoria das atividades já desenvolvidas, como o estímulo a outras atividades (agrícolas ou não agrícolas) contribuindo para a geração de renda, melhoria de infraestrutura familiar e de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e socioeconômica das unidades de produção e das próprias comunidades (EMATER, 2006).

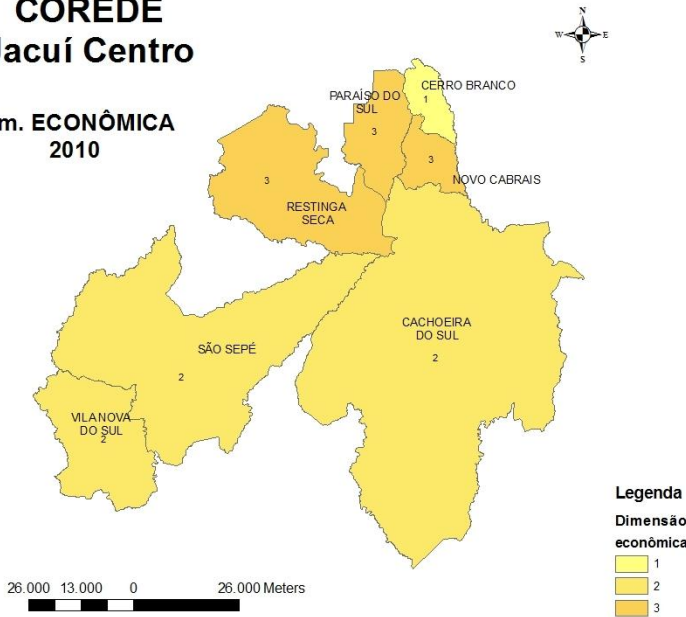
A dimensão econômica vem em encontro ao pensamento de Abramovay (1992) o qual afirma que se quisermos combater a pobreza no meio rural, precisamos permitir a elevação da capacidade de investimento dos mais pobres, sendo necessário melhorar sua inserção em mercados que sejam cada vez mais dinâmicos e competitivos.

Nos últimos anos, os espaços rurais não têm tido como função exclusiva a produção agrícola, transformando-se, cada vez mais, em espaços onde coexistem atividades econômicas de natureza diversa, como a própria agricultura, o comércio, o turismo rural, atividades de preservação ambiental, o lazer, o artesanato, a prestação de serviços, entre outros. Em alguns casos, isso já é um processo consolidado, que alterou a dinâmica interna da reprodução familiar e a alocação de tarefas entre seus membros (homens, mulheres, jovens e idosos da família). Em determinadas condições, essa pluriatividade pode permitir a ampliação das rendas e o bem-estar de todos. Nesses casos, o emprego em atividades não agrícolas é, muitas vezes, uma estratégia temporária para buscar fundos e investir na propriedade (EMATER, 2006).

Cabe à EMATER/RS-ASCAR apoiar diferentes tipos de atividades para geração de renda, tais como as observadas no COREDE Jacuí Centro: agroindústria, agricultura de base ecológica, Ater quilombolas, crédito rural, mecanização, secagem e armazenagem, segurança e soberania alimentar, artesanato, seguro agrícola, Ater pecuarista familiar, reforma agrária, turismo rural, ações de inclusão social e produtiva e irrigação. Verifica-se o aumento nas ações voltadas a dimensão econômica nos últimos três anos, com destaque para frequência das ações nos municípios (Figura 8).

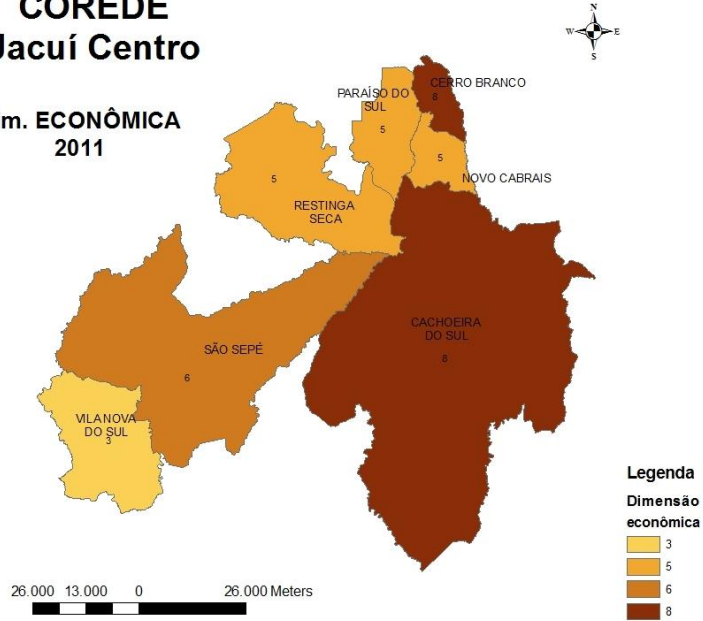
COREDE Jacuí Centro

Dim. ECONÔMICA 2010



COREDE Jacuí Centro

Dim. ECONÔMICA 2011



COREDE Jacuí Centro

Dim. ECONÔMICA 2012

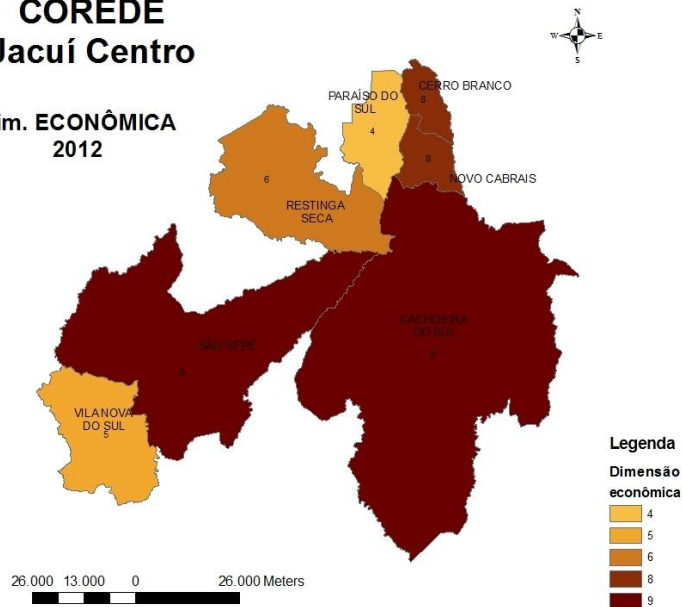


Figura 8- Frequência das ações de extensão da dimensão econômica nos anos de 2010, 2011 e 2012, na Região COREDE Jacuí Centro
 Fonte: elaboração do autor, (2013).

Das observações das análises da dimensão econômica se destaca as atividades que surgem em mais de seis municípios sendo elas: a atividade de Agroindústria a qual aparece ações nos três anos analisados, crédito rural e ações de segurança e soberania alimentar e artesanato aparecem nos últimos dois anos (Tabela 9).

Tabela 9- Frequência das ações de extensão Agroindústria, artesanato, crédito rural e segurança e soberania alimentar nos municípios do COREDE Jacuí Centro

MUNICÍPIO	AÇÕES DE EXTENSÃO									SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR		
	AGROINDÚSTRIA*			ARTESANATO			CRÉDITO RURAL			2010	2011	2012
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
CACHOEIRA DO SUL	34	50	9	0	0	106	0	83	37	0	433	174
CERRO BRANCO	5	5	3	0	214	80	0	25	10	0	93	27
NOVO CABRAIS	1	22	27	0	92	38	0	35	91	0	67	121
PARAÍSO DO SUL	12	0	0	0	48	30	0	105	82	0	147	84
RESTINGA SECA	7	25	27	0	0	0	0	102	268	0	179	307
SÃO SEPÉ	4	26	12	0	15	147	0	17	258	0	34	605
VILA NOVA DO SUL	0	0	2	0	0	5	0	54	195	0	17	0

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

As ações de agroindústria são destinadas as famílias e assim como as ações de turismo e artesanato surgem como objetivos da EMATER/RS- ASCAR a promoção de beneficiamento e agroindustrialização da produção familiar, com vistas à agregação de renda e valorização da cultura e apoiar iniciativas emergentes no meio rural (EMATER, 2011).

As ações de agroindústria se concentram nas atividades de assessoramento técnico na comercialização, na implantação, na operacionalização e boas práticas de fabricação, com a qualificação de agricultores familiares, e assistência técnica na regularização.

Tem como objetivo: apoiar, incentivar, implantar e implementar agroindústrias e grupos de produção de geleias, pães, artesanato, leite, suínos, compotas e conservas através de atividades em economia solidária; promovendo a oportunidade de emancipação econômica das famílias com ações estruturantes aos vários grupos

sociais atendidos, na busca de suas condição cidadã e melhorando, significativamente, a autoestima destas famílias (EMATER, 2006).

O agroprocessamento realizado na propriedade rural além de garantir uma renda não agrícola aos produtores contribui com a soberania e segurança alimentar na medida em que auxilia no autoconsumo das famílias rurais. Destacamos o fato que no ano de 2011 foi aprovado no RS o programa Estadual de Agroindústria Familiar favorecendo-se as políticas de desenvolvimento deste setor.

Mais uma vez a análise ao público das ações de agroindústria verifica-se que as ações de extensão da EMATER destinam-se aos agricultores e suas famílias. A formatação do público é histórica onde desde a década de 90 priorizou-se o atendimento aos agricultores familiares, que mais tarde ficou ratificada com a designação da EMATER, pela Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, de entidade executora do Programa da Agroindústria Familiar (PAF).

As ações voltadas à irrigação foram concentradas na dimensão econômica, pois são focadas basicamente na construção de açudes. Evidencia-se que as ações de irrigação surgem em maior proporção nos anos de 2011 e 2012, o que pode ser explicado pela inserção nos Programas Irrigando a Agricultura Familiar e o Programa Estadual de Irrigação- Pró-Irrigação (Tabela 10).

Tabela 10- Frequência das ações de irrigação, quanto ao número de produtores atendidos, na dimensão ecológica no COREDE JC

MUNICÍPIO	AÇÃO DE EXTENSÃO		
	IRRIGAÇÃO		
	2010	2011	2012
CACHOEIRA DO SUL	0	30	9
CERRO BRANCO	0	0	10
NOVO CABRAIS	0	47	1
PARAÍSO DO SUL	0	0	0
RESTINGA SECA	0	39	57
SÃO SEPÉ	0	1	18
VILA NOVA DO SUL	0	0	3

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

Segundo o site da Secretaria de Agricultura Pecuária e Agronegócio do RS foi instituído em março de 2012 o programa Mais Água, Mais Renda e se soma a outros

dois que buscam amenizar os efeitos da estiagem na agricultura gaúcha, o Pró-Irrigação e o Irrigando a Agricultura Familiar. Criado no Governo Yeda, o Pró-Irrigação tem a participação direta do Estado construindo açudes e cisternas. No Irrigando a Agricultura Familiar, criado no Governo Tarso, os recursos são repassados a prefeituras, descentralizando a tomada de decisões.

No Mais Água, Mais Renda, por sua vez, são os produtores, com auxílio de técnicos, que estabelecem seus próprios projetos de irrigação e construção de açudes. O Governo subvenciona parte dos financiamentos, feitos por meio de linhas de crédito já existentes, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP). O programa atende da agricultura familiar até o agronegócio, mas os pequenos ganham maior subvenção. Para os pequenos, o Estado paga a totalidade da primeira e da última de um total de dez parcelas (uma por ano, com carência de três anos para o pagamento da primeira parcela). Ao médio produtor, o programa subvenciona 75% da primeira e da última parcela, e ao grande produtor 50%(SEAPA/RS, 2013).

As ações de turismo rural no Corede Jacuí Centro foram observadas somente no município de Cerro Branco nos anos de 2011 e 2012, com três famílias e uma respectivamente atuando no planejamento dos planos de desenvolvimento turístico. Existe potencial para o turismo ser desenvolvido nos outros municípios sendo que o território apresenta já formatados atrativos turísticos como balneários nos municípios de Restinga Seca, Cachoeira do Sul e Cerro Branco apresenta diversidade de elementos turísticos, tais como beleza cênica, da quantidade e qualidade da água do Rio Jacuí e da diversidade de cenários naturais (COREDE/JC, 2010).

As ações de Turismo Rural fazem parte da discussão constante das novas ruralidades, sendo esta uma modalidade de agricultores pluriativos, pois segundo o conceito desenvolvido pelo Ministério do turismo é um conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. Pela amplitude do seu conceito consideramos que o Turismo esteja envolto na dimensão ecológica, econômica, social e cultural.

Basicamente cabe a EMATER incentivar o desenvolvimento da atividade turística sob a ótica da sustentabilidade econômica, social e ambiental, de forma a

valorizar a cultura local e promover a integração da comunidade, contribuindo para a consolidação da atividade como fonte de emprego e renda às famílias rurais, considerando a transversalidade, principalmente com as áreas do artesanato, gastronomia, agroindústria e gestão ambiental, assim como as particularidades e demandas locais e, ainda, estimular a participação da comunidade nas instâncias de gestão e na construção de políticas públicas para o turismo (EMATER, 2006).

Dentre as ações de extensão voltadas para o turismo se verifica o incentivo e a organização de atividades não agrícolas na propriedade; considerando a cadeia produtiva com aproveitamento da matéria prima para artesanato e processamento artesanal e alternativo de cortes diferenciados de carne.

Mais uma vez nos voltamos ao público atendido pela EMATER que segundo a EMATER (2006) são todos os públicos atendidos pela EMATER/RS-ASCAR (Agricultores e Pecuaristas Familiares, Pescadores Artesanais Profissionais, Indígenas, Quilombolas e Assentados). Cabendo destaque para novos grupos sociais da Juventude Rural e para as Mulheres em virtude de representarem um percentual com maior predominância nas ações em Turismo Rural (cerca de 90%), além de que, para os jovens, o Turismo Rural representam a perspectivas de inovação e empreendedorismo.

As ações de artesanato também surgem pela perspectiva de geração de renda e tem como objetivo estimular e promover o desenvolvimento de capacidades artísticas e resgates culturais, proporcionando ao artesão a qualificação profissional, o desenvolvimento de técnicas de aproveitamento progressivo das matérias-primas presentes no meio rural, associadas à busca de mercado para a comercialização de seus produtos e inserção da atividade nas políticas públicas, assim como gerar emprego e renda de forma complementar ao orçamento familiar rural, observada à adequação e a legalidade comercial (EMATER, 2011).

Segundo a EMATER (2006) o artesanato além de agregar valor visa à conservação da saúde mental, social e cultural, agregando pessoas para o desenvolvimento de atividades de lazer e recreação, proporcionando descobrir potencialidades, troca e resgate de experiências, objetivando melhorar seu nível de vida e conseqüentemente a qualidade de vida. Para tanto consideramos o artesanato como uma atividade de dimensão cultural pela capacidade de resgatar e preservar a cultura.

Segundo a Portaria 328/2003 da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) de 29 de setembro de 2003, no art. 1, considera artesão o profissional que detém o conhecimento do processo produtivo sendo capaz de transformar a matéria-prima, criando ou produzindo obras que tenham uma dimensão cultural, exercendo uma atividade predominantemente manual, principalmente na fase de formação do produto, podendo contar com o auxílio de equipamento, desde que não sejam automáticos, ou duplicadores de peças. (FGTAS, 2003)

A EMATER (2006) traz recomendações para as ações de artesanato:

- a) capacitação, considerando a qualificação e apresentação das peças;
- b) inclusão no mercado para comercialização;
- c) esclarecimentos sobre as atividades de artesanato, considerado agrícola e não agrícola, conforme portaria Previdência Social;
- d) legislação: orientações, normas, estatuto;
- e) participação em Associações de Artesãos, em eventos, feiras e encontros, valorizando produção e troca de experiências;
- f) estimular a participação de pessoas que tenham interesse e talento para ministrar cursos de capacitação;
- g) resgate de cultura: exemplo: crochê, tricô, bordado e demais trabalhos manuais que os imigrantes de diversas origens trouxeram para o Brasil.

As ações de Crédito pelos extensionistas sempre foi um importante instrumento de apoio às ações extensionistas junto às famílias, pois contribui para a formação de infraestrutura produtiva para o aumento da produção, produtividade e renda e para a melhoria das condições de vida das famílias rurais, estando assim em acordo com sua missão. Devido à contribuição nas condições de qualidade de vida, onde se almeja o crédito pela equidade consideramos então o crédito também uma dimensão social da sustentabilidade.

Com a criação do Pronaf, em 1996 aumentou-se a demanda da Emater/RS-Ascar com as atividades relacionadas ao crédito rural, exige-se cada vez mais dos técnicos tendo em vista à diversidade de linhas de crédito, a complexidade dos normativos, a atualização das políticas visando a dar conta dos mais de 40 mil projetos elaborados anualmente. Do total de recursos aplicados pelo Pronaf no RS, 55% do total de contratos e 70% do volume de recursos de investimento possuem a

participação da Emater/RS-Ascar na orientação e/ou no acompanhamento dos projetos (EMATER, 2011).

Além da linha tradicional de custeio e comercialização o Pronaf ao longo dos tempos foi viabilizando outras linhas de financiamento voltadas à promoção da sustentabilidade e a geração de renda dos empreendimentos, como o Pronaf Mulher, o Pronaf Jovem, o Pronaf Agroindústria, o Pronaf Eco, o Pronaf Floresta, o Pronaf Agroecologia entre outras.

As atividades executadas pela Emater/RS-Ascar em crédito rural são:

- Elaboração de planos e projetos de crédito;
- Prestação de assistência técnica individual ou coletiva;
- Realização de laudos e estudos prévios;
- Realização de avaliações de bens rurais e avaliações diversas;
- Realização de perícias e laudos visando a indenizações de seguros rurais;
- Capacitação de agricultores, técnicos e parceiros;
- Produção de materiais educativos;

As ações de extensão envolvendo a segurança e soberania alimentar incentivam a produção para o autoconsumo, juntamente com ações que visem à educação alimentar e à melhoria da qualidade dos alimentos, além de resgatar os hábitos alimentares saudáveis da comunidade e as mais diversas técnicas de preparo dos alimentos produzidos localmente.

Consideramos na dimensão econômica e social, pelo fato das ações de extensão de segurança e soberania alimentar orientarem o acesso da agricultura familiar aos mercados institucionais, como uma possibilidade de geração de renda e facilitar a aproximação entre os produtores e os consumidores. E segundo Costabeber e Caporal (2003) a soberania e a segurança alimentar de uma região se expressam também na adoção de estratégias baseadas em circuitos curtos de mercadorias e no abastecimento regional, não sendo possível desconectar a dimensão econômica da dimensão social.

As ações deste porte são recentes visto que só se observam nos anos de 2011 e 2012, mas são consideradas uma política pública tal a importância e abrangência da ação e estão vinculadas ao Programa Fome zero criado em 2003 pelo Governo Federal criado para combater a fome, a miséria e suas causas estruturais, que geram a exclusão social.

As ações de extensão em conformidade com a segurança e soberania alimentar têm como objetivo promover a produção de alimentos com base nos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), mediante processos de Ater, além de identificar, propor, planejar, monitorar e executar ações, que vão desde a produção da matéria-prima até o consumidor final. Está alicerçada em quatro eixos: acesso aos alimentos, educação alimentar, cidadania alimentar e qualidade dos alimentos (EMATER, 2006).

O público atendido por esta ação fica condicionado aos agricultores familiares, escolares e aos públicos e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF.

Ao analisarmos as ações da dimensão social o fizemos no contexto do desenvolvimento rural sustentável, considerando a multifuncionalidade e a pluriatividade que determinam as novas ruralidades. As abordagens devem ser preferencialmente em território promovendo o capital social com a valorização e qualificação das relações sociais; considerando as políticas de relação de gênero, de diferença entre gerações e públicos diferenciados, como um resgate da cultura e educação rural.

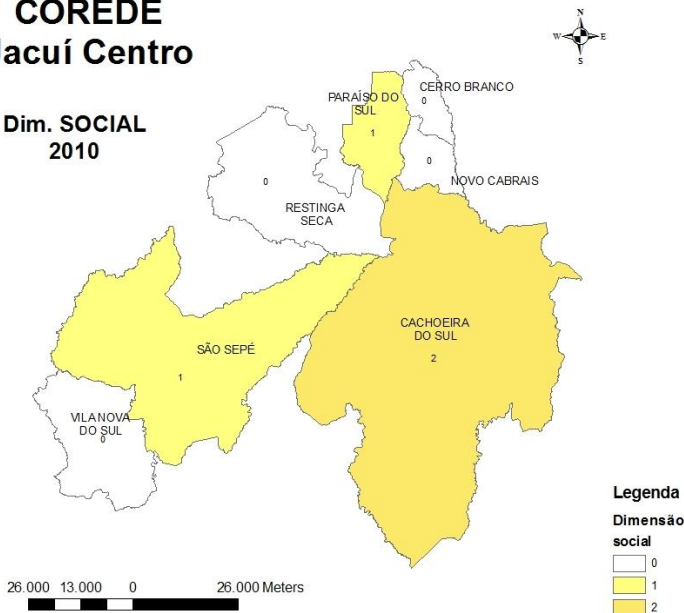
Segundo Costabeber e Caporal (2003) a dimensão social deve visar a melhoria da infraestrutura e dos serviços de bem-estar social, da educação e da promoção da saúde, segurança e soberania alimentar; do crescimento econômico, através da ampliação das oportunidades de empregos agrícolas e não agrícolas, gerando renda com equidade; além da preservação e recuperação ambiental.

Ao lado da dimensão ecológica, a dimensão social representa precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade, uma vez que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem significado e relevância quando o produto gerado nos agroecossistemas, em bases renováveis, também possa ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade (COSTABEBER e CAPORAI, 2003 p. 4)

A dimensão social apresentou um total de 11 ações nos últimos três anos conforme se verifica na Figura 9, com destaque para frequência das ações nos municípios.

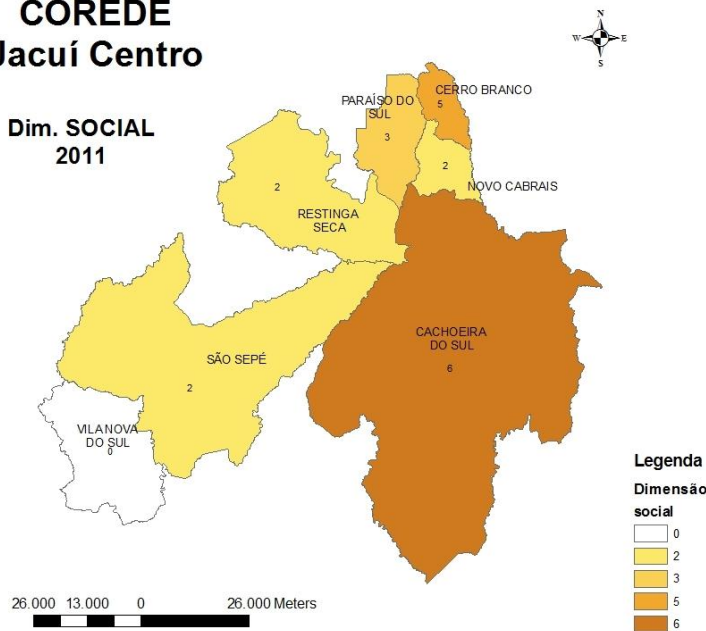
COREDE Jacuí Centro

Dim. SOCIAL 2010



COREDE Jacuí Centro

Dim. SOCIAL 2011



COREDE Jacuí Centro

Dim. SOCIAL 2012

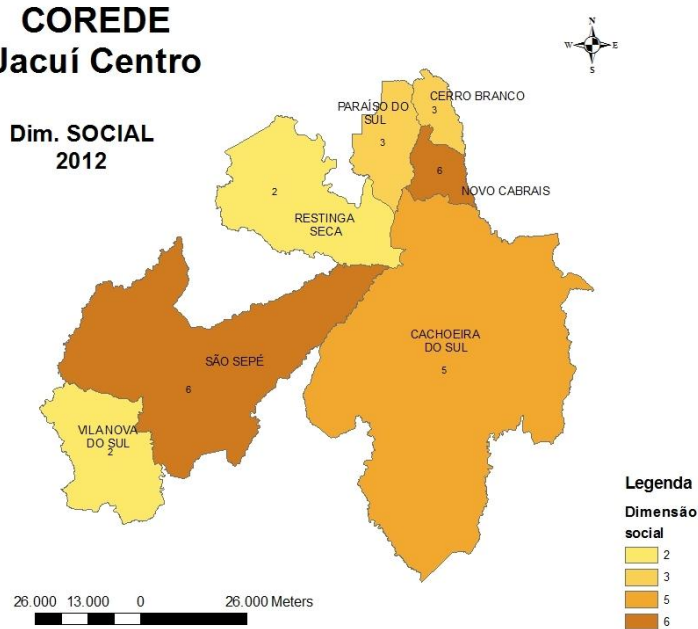


Figura 9- Frequência das ações de extensão da dimensão social nos anos de 2010, 2011 e 2012, na Região COREDE Jacuí Centro.
 Fonte: elaboração do autor, (2013).

Foram consideradas ações de extensão na dimensão social:: Qualificação profissional, ATER Pecuaristas familiares, ATER Quilombolas, Educação e promoção da saúde, Juventude rural, Segurança e soberania alimentar, Ações em gênero-Mulher, Ações de inclusão social e produtiva, Reforma agrária, Ações com grupos pessoas com vulnerabilidade ou risco social, Acesso a políticas públicas a direitos sociais e socioassistenciais.

Importante destacar o aumento considerável nas ações sociais no ano de 2012, em comparação ao ano de 2010 que só tinha representatividade de duas ações passando a constar 7 ações em 2011 e 11 ações em 2012. As ações de dimensão social de maior representatividade nos municípios foram às ações de Segurança e soberania alimentar e ações de educação e promoção da saúde. Ambas as ações já foram classificadas nas dimensões anteriores, econômicas e ecológicas, respectivamente. Destacamos que as ações de educação e promoção da saúde são equivalentes a ações descritas como plantas bioativas.

Podemos também considerar as ações de Qualificação profissional de grande representatividade pela importância social das ações, embora se apresente em menor número de casos que as outras já citadas. As ações de qualificação profissional na região ocorrem nos três anos embora no ano de 2012 só em um município. Também se destacam pela importância das ações e por atingirem públicos diferenciados as ações de ATER Quilombolas, ATER Pecuaristas Familiares e Juventude Rural. Na tabela 11 se observa a frequência dos públicos, sendo a frequência obtida pelo número de produtores atendidos.

Tabela 11- Frequência das ações de qualificação profissional, ATER quilombolas, ATER Pecuaristas familiares e Juventude rural nos municípios do COREDE Jacuí Centro

MUNICÍPIO	AÇÕES DE EXTENSÃO											
	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL*			ATER QUILOMBOLAS			ATER PECUARISTAS FAMILIARES			JUVENTUDE RURAL		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
CACHOEIRA DO SUL	119	72	114	0	9	17	25	43	66	0	40	0
CERRO BRANCO	0	39	0	0	0	0	0	0	0	0	253	60
NOVO CABRAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PARÁISO DO SUL	12	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RESTINGA SECA	0	0	0	0	764	584	0	0	0	0	0	0
SÃO SEPÉ	0	0	0	0	0	116	24	43	93	0	0	0
VILA NOVA DO SUL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

As ações de qualificação profissional visam à instrução de tecnologias as famílias rurais para torná-las mais produtivas e adequadas ambientalmente, possibilitando a essas famílias rurais a permanência no campo com rentabilidade e qualidade de vida. A EMATER vê o trabalho da extensão rural no RS como um processo de educação não formal, direcionado para os públicos que vivem e atuam em atividades agropecuárias, onde os extensionistas rurais são os agentes de desenvolvimento com diversas formações profissionais capazes de levar as tecnologias produtivas e de baixo custo para as famílias rurais (EMATER, 2013).

Desta maneira o Programa de Qualificação Profissional desenvolve-se em dois cenários, nas comunidades e nos centros de formação. Um dos objetivos da qualificação é atender preferencialmente os jovens, preparando-os para sua inserção econômica/social, principalmente nos aspectos referentes a geração de renda e postos de trabalho em atividade agrícolas e/ou não-agrícolas conforme a nova configuração e dinâmica da realidade rural, as novas ruralidades(EMATER, 2013 e EMATER , 2006).

A qualificação profissional nas comunidades permite que se utilize de metodologias participativas, tais como: demonstrações de métodos, Dias de Campo e encontros para divulgar ao público técnicas adequadas e mostrar bons resultados obtidos através do trabalho individualizado nas propriedades (EMATER, 2013).

E segundo o site da EMATER para as ações de capacitação que requerem conhecimentos mais aprofundados em temas específicos, a extensão rural utiliza a

capacitação profissional através de cursos em 8 Centros de Formação. O processo de aprendizagem consiste em referencial teórico e muita prática. As unidades didáticas (UD) permitem o exercício do conteúdo do curso e são locais que reproduzem a atividade que está sendo estudada. Por exemplo, além da sala de aula, um curso de gado de leite dispõe de uma área de pastagem, um plantel de animais, instalações e equipamentos para realizar a prática.

A qualificação junto aos Centros de Treinamento iniciou em 1995 e segundo a EMATER (2013) em torno de 35.000 pessoas já passaram pelos cursos oferecidos.

As ações de extensão voltadas para os pecuaristas familiares são direcionadas a este público objetivando melhoria na qualidade de vida e inserção destes produtores as política públicas de governo buscando a participação cidadã e a inclusão social

Segundo a EMATER (2013) os pecuaristas familiares têm nas suas características um modo de vida e não um sistema de produção, observando-se uma relação de coprodução com a natureza, buscando a autogestão com base autônoma nos recursos próprios. Há um projeto de sobrevivência e reprodução, em uma relação diferenciada com mercados diversificados, destacando-se ações de pluriatividade com fortes relações de reciprocidade.

Entre as Políticas deste segmento destaca-se:

- Programa Estadual de Melhoramento Genético, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR)
- Programa RS Biodiversidade, coordenado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema)
- Programa Estadual de Melhoramento das Pastagens, Troca-troca de Sementes, coordenado pela SDR
- Programa Estadual de Combate a Tuberculose e Brucelose (Procetube) coordenado pela Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Agronegócios (Seapa)

As atividades desenvolvidas junto aos Pecuaristas familiares são dimensionadas na dimensão econômica, cultural e social. Principalmente se detém na atividade econômica visto que são orientadas à inserção de mercados e programas do governo sendo as ações: capacitação que beneficiará produtores e técnicos; melhoria genética da criação e alternativas de produção de insumos; inserção no mercado e agregação de valor que prevê ações de apoio na

organização para acesso a mercados de valorização da produção através do artesanal; organização de atividades não agrícolas na propriedade; considerando a cadeia produtiva com aproveitamento da matéria prima para artesanato e processamento artesanal e alternativo de cortes diferenciados de carne, bem como atividades de turismo rural, integração e diversificação da produção, com atividades de cultivo de plantas medicinais, aromáticas, condimentares entre outras; projetos de infraestrutura social básica, com atividades na melhoria da habitação e do saneamento.

Assim como A ATER quilombolas a ATER pecuaristas Familiares é indicada junto a EMATER como um serviço de atendimento a públicos diferenciados onde as ações são desenvolvidas para agregação de renda, ações que estimulem a organização social e cultural, o conhecimento e a defesa da biodiversidade (EMATER, 2006).

Mesmo antes da institucionalização da PNATER a EMATER/RS- ASCAR, enquanto entidade filantrópica já trabalhava com estes públicos diferenciados tendo em vista a Constituição Federal de 1988, que reconhece e afirma a pluriétnica brasileira. Para tanto cabe à extensão rural construir, juntamente com esses públicos propostas de trabalho partindo do respeito às suas diferenças étnicas e culturais (EMATER, 2006).

A EMATER (2006) para desenvolver o trabalho com os públicos diferenciados deverá se utilizar de metodologias dialógicas assumindo papel ativo na elaboração, execução e avaliação de políticas públicas específicas com prestação de serviços de qualidade para construção de alternativas que visem a sustentabilidade, a inclusão social com supremacia do atendimento independente da condição econômica, a promoção da cidadania com universalização, igualdade e garantia dos direitos sociais.

No contexto de ATER quilombolas, cabe a EMATER/RS-ASCAR, juntamente com o movimento negro, construir instrumentos que possibilitam a visibilização das comunidades remanescentes de quilombos, diagnosticando suas realidades concretas, identificando seus limites e potencialidades e apoiando e promovendo o acesso de políticas de ação afirmativa. As ações com o público quilombola são para apoiar e colaborar na construção de processos de acesso a terras adequadas e necessárias para reprodução física e cultural dessas comunidades.

A extensão de ATER em quilombolas pode atuar na (re)constituição e/ou adequação ambiental das áreas remanescentes de quilombolas, viabilizando a efetiva melhoria e sustentabilidade das comunidades ampliando a inclusão social e direitos de cidadania e preservação e resgate da cultura local. Devido a isso as ações de ATER quilombolas também foram classificadas na dimensão da sustentabilidade cultural, além da social e econômica.

As ações de Juventude rural também são consideradas ações de sustentabilidade na dimensão cultural além da social. As ações de extensão preconizam o desenvolvimento rural sustentável com compromisso com as futuras gerações, garantindo as condições para que possam atender suas próprias necessidades, a qual deve contemplar a participação da juventude no desenvolver metas e planejamentos de desenvolvimento rural sustentável. “A juventude rural surge, na esfera do núcleo familiar, envolvida por todos os agravantes tanto no que tange o desenvolvimento produtivo quanto à convivência com os seus padrões sociais e culturais” (Spanevello, Lago e Vela, 2002).

A EMATER/RS-ASCAR definiu como jovem rural assistido pela ATER aquelas pessoas entre 15 e 24 anos, conforme parâmetros da UNESCO. Juridicamente, a Lei Estadual N ° 11361 de 27 de julho de 1999 define o “jovem rural como filho de agricultor, proprietário, meeiro, arrendatário, ocupante, assalariado ou assentado rural, com até 35 anos de idade”.

No entanto, alguns programas de crédito especiais para a Juventude Rural definem faixas etárias especiais para enquadrar o público beneficiário. O programa “Nossa Primeira Terra” considera jovens rurais os indivíduos na faixa entre 18-24 anos, admitindo 30% dos membros da associação com até 28 anos de idade.

As ações de extensão como o público jovem devem considerar a realidade local, o território e a ruralidade constituída por uma rede de relações históricas/espaciais com imensas potencialidades e múltiplas funções (paisagem, biodiversidade, agrobiodiversidade, cultura, modo de vida, lazer, local de moradia, etc.) e não simplesmente uma realidade isolada definida apenas por seus atributos naturais e/ou econômicos(EMATER, 2006). Para tanto é necessário que se trabalhe com os jovens rurais e não somente o público de jovens agricultores, as novas ruralidades nos remetem a esse público novo, que vive no rural, onde este desenvolve atividades não agrícolas.

A atividade extensionista com o público jovem prioriza a organização de forma a assessorar a formação de cooperativas e associações, promove à participação de jovens em conselhos, associações, proporcionando a visibilidade e a organização política cidadã e desenvolve atividades de formação/qualificação preparando os jovens para a inserção social.

Ações em gênero mulher só se apresentaram no ano de 2012 e em dois municípios (Paraíso do sul com 55 e São Sepé com 99 pessoas capacitadas em Formação Político cidadã), o que mostra uma carência nessa área já que com a inserção da PNATER em 2003 se institui o compromisso de valorizar uma agenda de cunho feminista como condição para um projeto nacional de desenvolvimento rural sustentável e uma sociedade mais democrática.

Com a instituição da PNATER se impulsionou uma qualificação de programas já existentes e a criação de novas políticas públicas para buscar a inclusão das mulheres, ações que garantam a cidadania através do acesso à documentação civil, dos direitos econômicos através dos direitos à terra, aos serviços rurais, ao crédito, ao comércio, bem como o resgate da memória coletiva e o apoio aos estudos feministas (MDA, 2009).

A política de ATER para mulheres busca o reconhecimento das mulheres como produtoras rurais e a garantia do exercício dos seus direitos econômicos. É necessário à inclusão de ações de gênero em função do fenômeno de masculinização do campo pela evasão frequente das mulheres para a cidade.

As ações desenvolvidas pela Emater/RS-Ascar na temática de gênero tem como objetivo incentivar a participação das mulheres rurais, desde os processos de formulação de propostas e projetos até a sua execução, possibilitando que elas sejam agentes nos processos de tomadas de decisões, incentivando, com isso, seu protagonismo e sua autonomia. Devido à extensão das ações foram classificadas na dimensão da sustentabilidade social e cultural.

As ações de Ater (EMATER, 2013), na temática de gênero mulher deverão ter presentes os seguintes objetivos:

- colaborar para a eliminação das discriminações entre os gêneros e trabalhar pela equidade de oportunidades entre as pessoas que vivem no mundo rural, com atenção especial às mulheres;

- reconhecer, respeitar e propiciar o fortalecimento das formas organizativas das mulheres, primando pelo protagonismo e pela extinção das formas tutelares de atuação;
- cooperar para a inclusão produtiva das mulheres e para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras que garantam o seu autossustento;
- contribuir para a participação ativa na construção de políticas públicas voltadas ao atendimento de suas demandas relacionadas ao mercado de trabalho, aos direitos, à autonomia em sua atividade produtiva no meio rural, pela superação da jornada tripla de trabalho com a conquista da qualidade de vida, observando as práticas adequadas à conservação do meio ambiente.

Na dimensão da sustentabilidade social somam-se as ações de inclusão social e produtiva, ações com grupos de pessoas com vulnerabilidade ou risco social e ações de acesso a políticas públicas a direitos sociais e socioassistenciais, onde a última ação também é considerada ações de dimensão política (Tabela 12).

Tabela 12- Frequência das ações de inclusão social, promoção da cidadania e organização social, com grupo de pessoas com vulnerabilidade, e ações de acesso à política pública nos municípios do COREDE Jacuí Centro

MUNICÍPIO	AÇÕES DE EXTENSÃO								
	AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA			GRUPO DE PESSOAS COM VULNERABILIDADE			ACESSO A POLÍTICA PÚBLICA		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
CACHOEIRA DO SUL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CERRO BRANCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NOVO CABRAIS	0	0	14	0	0	32	0	0	29
PARAÍSO DO SUL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RESTINGA SECA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SÃO SEPÉ	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VILA NOVA DO SUL	0	0	0	0	0	0	0	0	24

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

Observa-se que as ações sociais de assistência concentraram-se nos anos de 2012 e particularmente foram desenvolvidas no município de Novo Cabrais, o que demonstra que as ações sociais estão sendo inseridas nas EMATER e que as

mesmas geralmente correspondem a um público diferenciado dos agricultores familiares, sendo destinada muitas vezes a: escolares, portadores de deficiência, dependentes químicos, grupos de mães, associações e cooperativas.

O atendimento a esses públicos, das demandas sociais, é realizado em parceria com outras instituições, como a APAE, Instituições do Sistema Carcerário Estadual e as secretarias de assistência social dos municípios que atualmente constam do CRAS¹⁰-Centro de referência de assistência social.

O foco de atendimento da extensão rural continua sendo as famílias do meio rural onde então as ações se estendem a portadores de deficiências, dependentes químicos e indivíduos de reinserção na sociedade. As ações desenvolvidas proporcionam trabalhos em grupos no resgate à condição de cidadão e de sua autoestima e tem o objetivo de promover:

As ações de ATER com famílias em situação de vulnerabilidade social, econômica e cultural são voltadas para a orientação de ações dos seguintes tipos: a) organização da família para a promoção de oficinas e cursos de Artesanato, Produção de Alimentos, preparação de hortas com oportunidade de geração de renda (comercialização), inserção ao mercado de trabalho, e integração à vida comunitária em parceria com Secretarias Municipais de Assistência Social; b) apoio na organização de políticas emergenciais de assistência social, alimentar e de agasalhos através de campanha de doações dos agricultores, familiares e comunidade em geral; c) identificação de ausência de cidadania civil, com apoio em campanhas de documentação na busca da promoção e valorização do ser humano; d) atendimento das vulnerabilidades em saúde através da sua inserção em campanhas de vacinação. e) promover articulações e mobilizações para que sejam beneficiados pelas políticas públicas de Assistência Social e Trabalho nas áreas da Saúde, Educação e Agricultura (EMATER, 2006 p. 48).

As ações de extensão por parte da EMATER devem atuar como entidade beneficente de assistência social, nunca como representante governamental. Cabe a EMATER abrir oportunidade para o acesso de ativos, tais como: crédito, terra e tecnologias entre outros e promover a organização social e o dinamismo econômico. Não cabe a EMATER apenas a ação de garantir direitos aos sujeitos do meio rural, esta é a função do governo, cabe sim a EMATER interagir nas instâncias regionais, territoriais, municipais na busca e na promoção da proteção social.

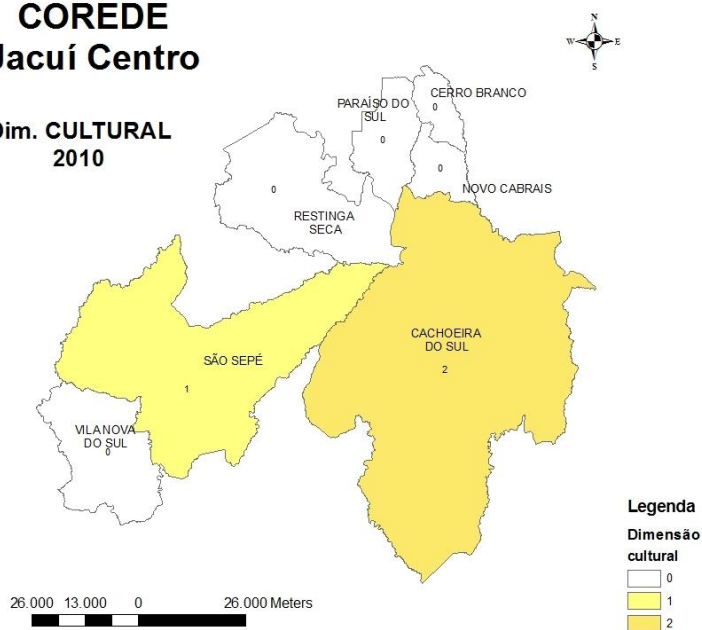
¹⁰ O CRAS viabiliza as ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

As ações de extensão devem promover a capacidade de os extensionistas e os agricultores de lerem a realidade e agirem sobre ela para transformá-la, para isso, é necessário que o extensionista conheça e compreenda o contexto cultural, a realidade do agricultor, seu modo de pensar e ver o mundo; suas fontes de informação; a correlação de forças sociais e a cultura da região.

Na dimensão cultural merecem destaque os costumes, valores, crenças, tradições e saberes das comunidades tradicionais. Nesse sentido englobaram-se as ações de extensão a dimensão cultural: plantas bioativas, artesanato, ATER pecuaristas familiares, ATER quilombolas, Juventude rural, promoção de eventos, ações em gênero-mulher e turismo rural. Na figura 10 pode ser visualizada a evolução nos últimos três anos das ações de extensão na dimensão cultural, com destaque para frequência das ações nos municípios.

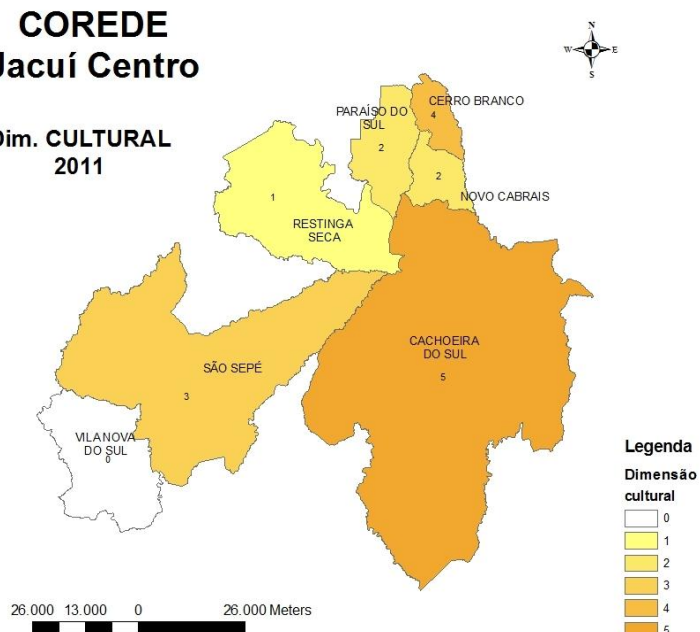
COREDE Jacuí Centro

Dim. CULTURAL
2010



COREDE Jacuí Centro

Dim. CULTURAL
2011



COREDE Jacuí Centro

Dim. CULTURAL
2012

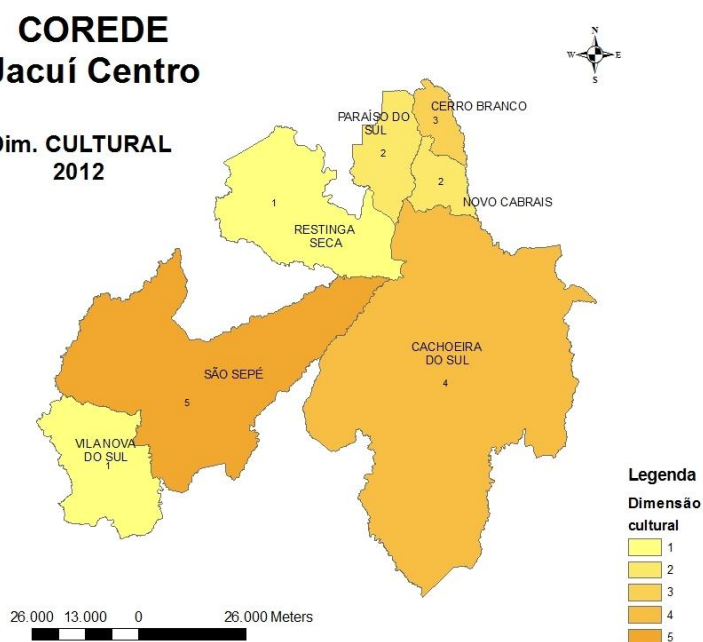


Figura 10- Frequência das ações de extensão da dimensão cultural nos anos de 2010, 2011 e 2012, na Região COREDE Jacuí Centro
Fonte: elaboração do autor, (2013)

Ao trabalhar a dimensão cultural o foco deve ser realizado na localidade do agricultor é, dessa forma, o ponto de partida, para que a realidade imediata seja inserida em quadros mais abrangentes, estabelecendo relações e identidades com outras dimensões que se interpenetram: regionais, nacionais, continentais, planetária e em diversas perspectivas: social, política, econômica (MDA, 2010). O

campo não é imune à cultura de massas, devendo-se então promover ações de preservação de sua cultura e sua história.

Nessa construção do planejamento das estratégias regionais, cabe a pergunta de qual o papel e como são contempladas as reivindicações formuladas em nível local na definição das estratégias regionais, onde então se considera a importância cultural, na definição de identidade local para o ponto de partida do planejamento. Entende-se que o planejamento regional não pode estar descolado das demandas e estratégias locais, pelo contrário, deve partir das problemáticas locais e alicerçar-se sobre essas expectativas visando reforçar o caráter participativo do planejamento (EMATER, 2011).

Das ações destacadas na categoria da dimensão cultural apenas a promoção de eventos não foi ainda relatada, pois as demais se inseriram também nas dimensões sociais e econômicas, além das plantas bioativas que se insere também na dimensão ecológica. A tabela 13 demonstra as ações de promoção de eventos quanto ao público atendido.

Tabela 13- Frequência do número de pessoas presentes nas ações de extensão em promoção de eventos

MUNICÍPIO	AÇÃO DE EXTENSÃO		
	PROMOÇÃO DE EVENTOS		
	2010	2011	2012
CACHOEIRA DO SUL	0	261	0
CERRO BRANCO	0	0	0
NOVO CABRAIS	0	471	0
PARAÍSO DO SUL	0	0	0
RESTINGA SECA	0	1100	0
SÃO SEPÉ	0	2100	0
VILA NOVA DO SUL	0	261	0

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

As ações de promoção de eventos são no estado características da EMATER desde o seu surgimento onde através de jogos rurais, jogos sola sol, jogos comunitários, eventos gastronômicos referentes a rotas e caminhos e organização de eventos trabalha com a preservação, conservação e divulgação da cultura local. Compreende entre as ações resgatar e valorizar festas locais e rurais, bailes típicos,

costumes e crenças próprias, modos diferentes de fazer artesanato e de fazer e aproveitar os alimentos considerando suas origens, bem como produções de sementes, o uso de chás para tratamento de pessoas e animais, e tecnologias apropriadas e criadas pelos antepassados, valorizando saberes locais e populares (EMATER, 2006).

Entende-se a cultura como um patrimônio das populações que apenas a partir da compreensão da sua própria história serão capazes de fazer escolhas que promovam uma vida mais digna para todos. O rural segundo Wanderley (2001) não deve ser visto como apenas um espaço produtivo, mas um espaço que mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria. Valorizar as belezas naturais, os espaços rurais e respeitar a natureza são pressupostos deste resgate cultural.

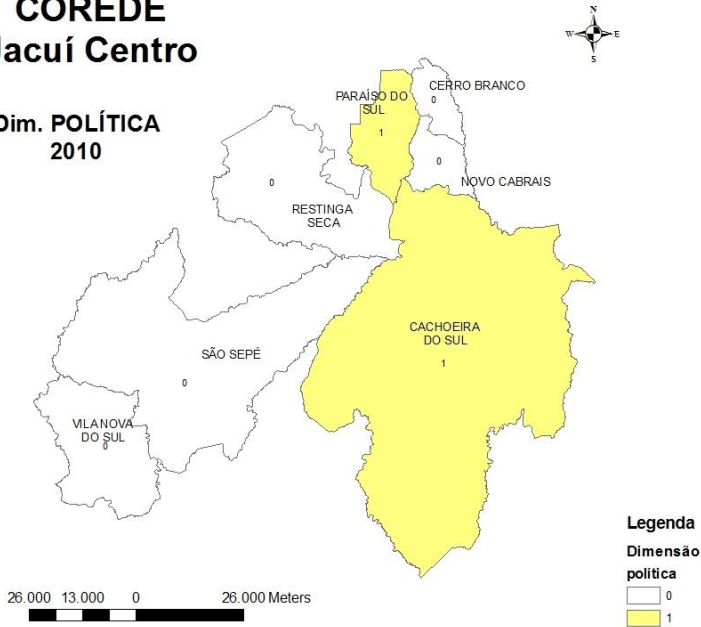
Ao utilizarmos da ciência da Agroecologia, prevista na PNATER e nas diretrizes da EMATER considera-se a necessidade de que as intervenções sejam respeitadas para com a cultura local. Os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural (COSTABEBER e CAPORAL, 2003).

Ao analisarmos a cultura sob a ótica das novas ruralidades observamos que mesmo que as famílias sejam pluriativas, ou não, estas são depositárias de uma cultura cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural do meio rural. Da mesma forma o patrimônio fundiário familiar constitui um elemento de referência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes. Em consequência os diagnósticos que determinam as ações para o desenvolvimento rural sustentável não podem deixar de tratar de questões tais como os valores e as práticas sociais que reforçam o sentimento de pertencimento a um lugar e de identidade territorial (WANDERLEY, 2001).

Verifica-se na Figura 11 a concentração de casos da dimensão política nos municípios do COREDE Jacuí centro, com destaque para frequência das ações nos municípios.

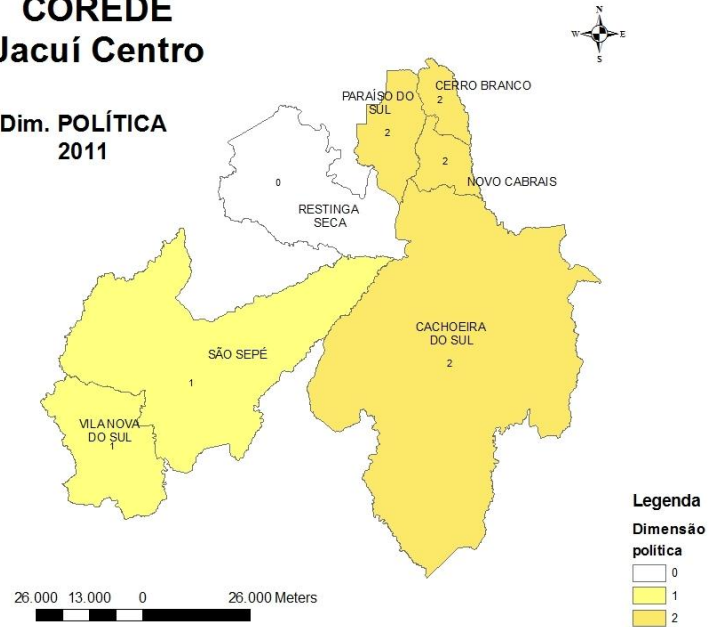
COREDE Jacuí Centro

Dim. POLÍTICA 2010



COREDE Jacuí Centro

Dim. POLÍTICA 2011



COREDE Jacuí Centro

Dim. POLÍTICA 2012

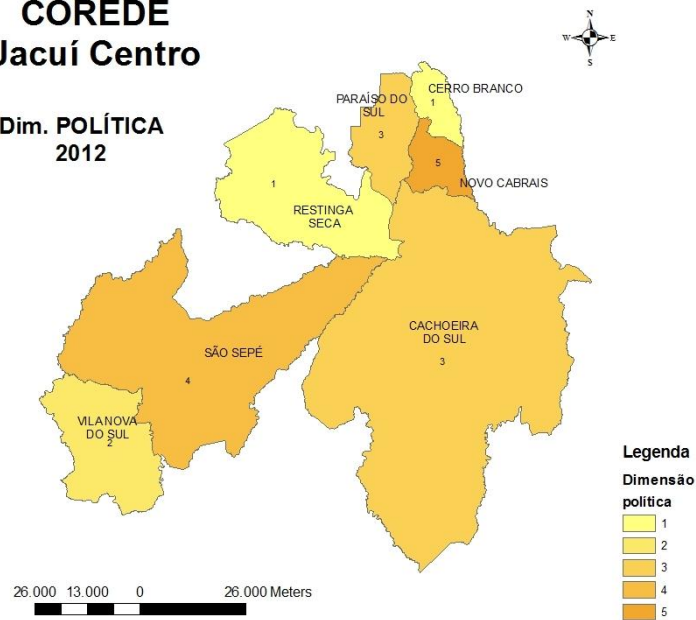


Figura 11- Frequência das ações de extensão da dimensão política nos anos de 2010, 2011 e 2012, na Região COREDE Jacuí Centro
 Fonte: elaboração do autor, (2013).

Foram classificadas como dimensão políticas as ações de: cooperativismo, qualificação profissional, organização rural, ações em gênero-mulher, acesso a políticas públicas e a direitos sociais e socioassistenciais, ações de promoção da cidadania e organização social e ações com grupos de pessoas com vulnerabilidade ou risco social.

Ao analisarmos a dimensão política encontramos três novas ações não ajustadas nas outras dimensões já descritas (ecológica, econômica, social e cultural) o Cooperativismo, ações de promoção da cidadania e organização social e ações de Organização Rural que demandam a participação política dos sujeitos locais para a construção do desenvolvimento rural sustentável.

As ações de promoção da cidadania e organização social são constituídas na prestação de assistência pelos técnicos da EMATER para os que estão em risco de vulnerabilidade social atinjam as políticas públicas, a garantia de direitos e a inclusão social e produtiva.

As ações políticas são necessárias para um eficiente apoio ao desenvolvimento rural via a articulação econômica e promoção social, no qual as diversas formas de associativismo e em especial do cooperativismo têm importância fundamental. Onde então podemos citar as ações de dimensão política de cooperativismo em 2012 no município de Novo Cabrais e São Sepé, com atividades de organização e assessoramento a cooperativas.

A organização rural envolve ações de organização de eventos, e organização, assessoramento e mobilização de grupos e associações (Tabela 14).

Tabela 14- Frequência do número de pessoas presentes nas ações de extensão em organização rural

MUNICÍPIO	AÇÃO DE EXTENSÃO ORGANIZAÇÃO RURAL		
	2010	2011	2012
CACHOEIRA DO SUL	0	333	267
CERRO BRANCO	0	176	202
NOVO CABRAIS	0	305	8384
PARAÍSO DO SUL	0	0	1228
RESTINGA SECA	0	0	2700
SÃO SEPÉ	0	538	1003
VILA NOVA DO SUL	0	86	1805

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

A EMATER tem como objetivo nas ações de cooperativismo prestar assessoramento técnico que contribua para o fortalecimento, buscando interação com instâncias participativas da comunidade tais como: sindicatos, conselhos, fóruns entre outros. Também tem como diretriz as ações da EMATER estimular e implementar estratégias associativas de cunho solidário, com a finalidade de obter melhores condições de comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar e tradicional, em face da intensa competição e exigência técnica do atual mercado globalizado (EMATER, 2011)

As ações de extensão visam o aperfeiçoamento técnico-gerencial, produtivo, comercial e educacional nas cooperativas, a fim de incrementar a competitividade; a promoção da interação e a cooperação entre as organizações e o apoio nas condições de produção e acesso a mercados; o apoio às cooperativas agropecuárias, agroindustriais, aquícolas e pesqueiras, especialmente de pequeno e médio porte, já estabelecidas ou em processo de constituição (EMATER, 2013).

Para adequar-se às exigências do mercado de trabalho e assim garantir sobrevivência econômica e social, busca-se novas formas de trabalho como as cooperativas onde se busca relações e laços de solidariedade.

Ao final do século XXI iniciaram-se as atividades de economia solidária que dão suporte as ações de organização rural e cooperativismo. As atividades de Economia Solidária desenvolvidas pela ATER são destinadas a apoiar

empreendimentos coletivos, participativos e auto gestionários, que distribuem renda a partir da cooperação e solidariedade (EMATER, 2006).

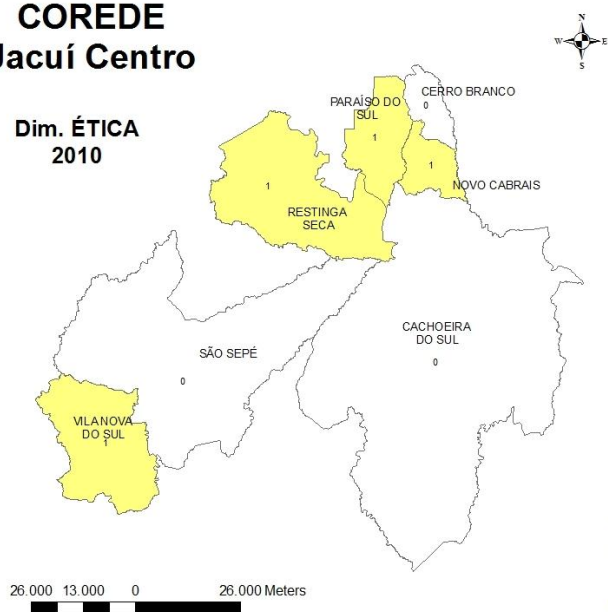
A autogestão acontece quando todos os integrantes do empreendimento são trabalhadores e donos e tomam as decisões de forma democrática. Na economia solidária procura-se eliminar a intermediação onde a produção, na maioria das vezes, é coletiva, promovendo o uso eficiente dos recursos onde se busca favorecer o consumo ético, estimular o uso dos recursos locais e a preservação do meio ambiente.

A economia solidária propõe a organização das famílias rurais e suas associações, onde a EMATER auxilia e desenvolve ações junto à organização de eventos como em feiras, exposições-feiras, fóruns, seminários. A economia solidária também se destaca pela transação sem moedas, através de um sistema de trocas, ou ainda, a utilização de vales e bônus.

A dimensão ética compreende ações de extensão que envolve a solidariedade intra e intergeracional e com novas responsabilidades dos indivíduos com respeito à preservação do meio ambiente. Na figura 12 apresenta-se a evolução das ações na dimensão ética no COREDE JC, com destaque para frequência das ações nos municípios.

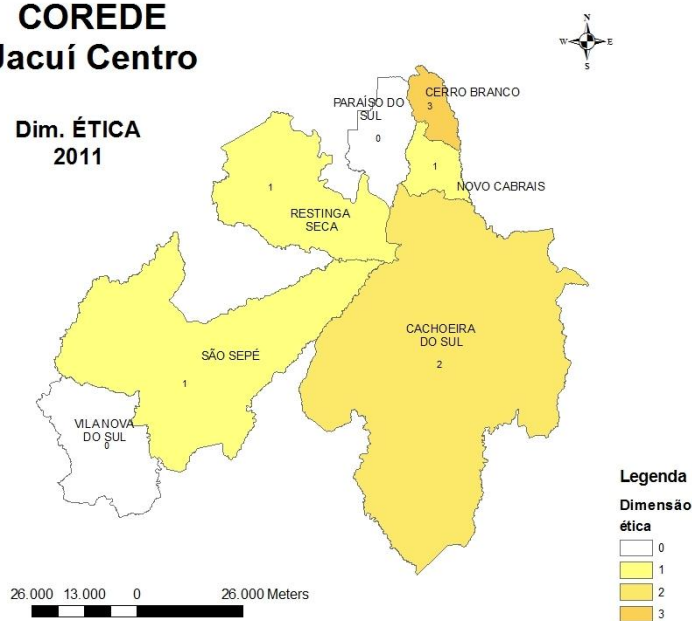
COREDE Jacuí Centro

Dim. ÉTICA
2010



COREDE Jacuí Centro

Dim. ÉTICA
2011



COREDE Jacuí Centro

Dim. ÉTICA
2012

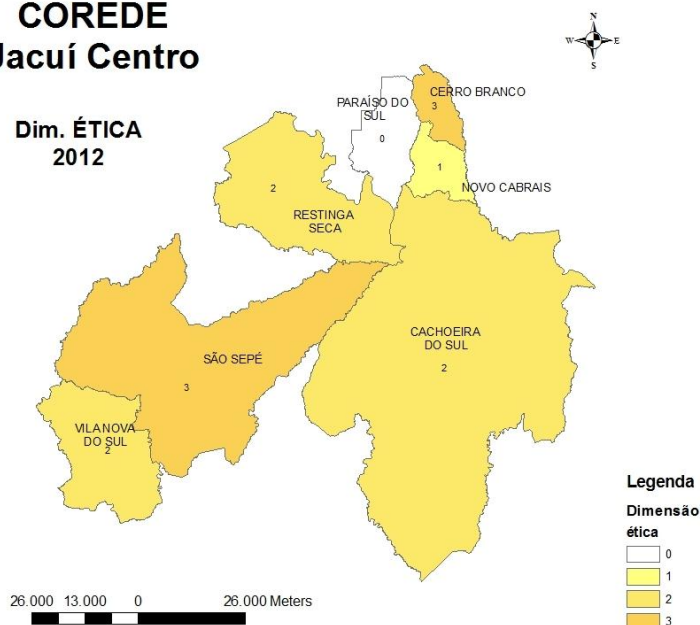


Figura 12- Frequência das ações de extensão da dimensão ética nos anos de 2010, 2011 e 2012, na Região COREDE Jacuí Centro
Fonte: elaboração do autor, (2013).

As ações que compreendem a dimensão ética são: Agricultura de base ecológica, Saneamento básico, Manejo de solos e Gestão ambiental, representadas pela frequência de produtores atendidos na tabela 15. As ações já foram descritas anteriormente, pois se apresentam também nas dimensões ecológicas.

A ação de agricultura de base ecológica é a única apresentada na dimensão ética que se apresenta no ano de 2010. As ações de agricultura de base ecológica e saneamento básico são realizados junto às famílias rurais.

As ações de manejo de solos são realizadas junto aos produtores rurais e a ação de Gestão ambiental com escolares, agricultores familiares, associações, cooperativas, entre outros.

Tabela 15- Frequência das ações de dimensão ética nos municípios do COREDE Jacuí Centro

MUNICÍPIO	AÇÕES DE EXTENSÃO											
	AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA			SANEAMENTO BÁSICO			MANEJO DE SOLOS			GESTÃO AMBIENTAL		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
CACHOEIRA DO SUL	0	0	0	0	86	22	0	17	14	0	0	0
CERRO BRANCO	0	0	6	0	41	0	0	23	88	0	62	52
NOVO CABRAIS	19	0	0	0	0	0	0	62	59	0	0	0
PARAÍSO DO SUL	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RESTINGA SECA	23	0	0	0	0	0	0	25	38	0	0	301
SÃO SEPÉ	0	0	0	0	0	20	0	15	72	0	0	260
VILA NOVA DO SUL	1	0	0	0	0	17	0	0	35	0	0	0

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

Sendo assim, a dimensão ética a que nos referimos exige pensar e fazer viável a adoção de novos valores a ênfase deva ser em questões como o resgate da cidadania e da dignidade humana, a luta contra a miséria e a fome ou a eliminação da pobreza e suas consequências sobre o meio ambiente. A ética vincula a conservação e a preservação da biodiversidade com respeito à heterogeneidade étnica e cultural da espécie humana.

Ao analisarmos o público atendido pela EMATER/RS ASCAR no COREDE Jacuí Centro, considerando o chefe de família, nos anos de 2010, 2011 e 2012 verifica-se que as ações concentram-se em sua maioria com o público dos agricultores familiares onde em 2010 se observa 92,5% com o público de agricultores familiares e 7,5% a outros públicos que não agricultores familiares que segundo a EMATER são portadores de necessidades especiais, dependentes químicos, diabéticos e presidiários e quilombolas, pecuaristas familiares e pescadores artesanais.

No ano de 2011 o atendimento a outros públicos pelas ações de extensão da EMATER sobem para 12,24% e em 2012 as ações com outros públicos fica em 17,25%.

As ações de extensão da EMATER/RS ASCAR são estendidas as famílias sendo que se diferenciam em atendimento de públicos distintos sendo estes: considerado o titular da família (Figura 13) e ações com públicos integrantes da família (Figura 14).

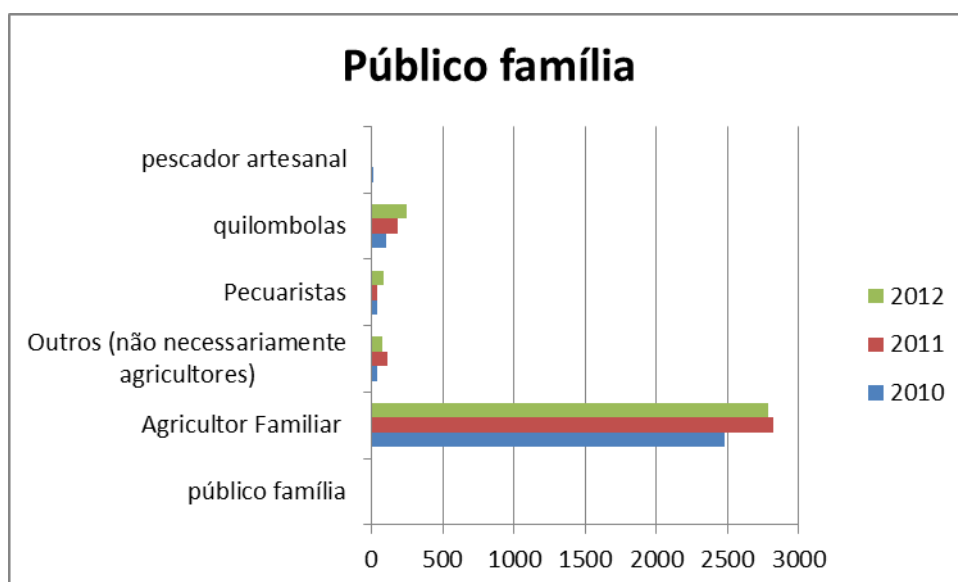


Figura 13- Gráfico da ações realizadas pela EMATER/RS ASCAR na região COREDE jacuí Centro considerando no atendimento como público o titular da família
Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

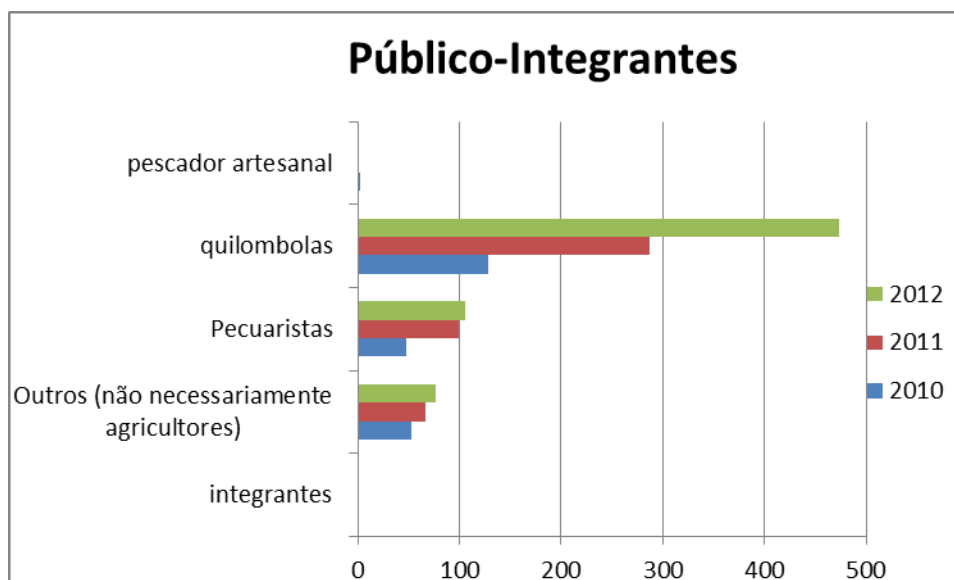


Figura 14- Gráfico das ações realizadas pela EMATER/RS ASCAR na região COREDE Jacuí Centro considerando no atendimento como público os integrantes da família

Fonte: Dados, EMATER/RS-ASCAR - SISPLAN - Sistema de Registro de Planejamento, 2013.

O aumento do público pelas ações da EMATER na região do COREDE Jacuí Centro em aproximadamente 10% em dois anos condiz com a temática das novas ruralidades onde o público no rural não é composto só por agricultores. O rural se faz presente por famílias que vivem nele, é um espaço de vida. No rural se estuda e se faz compras, ou seja, existe comércio e a prestação de serviços com a existência de atividades não agrícolas, não necessariamente realizadas por agricultores familiares, que movimentam a sociedade local.

O rural pode ser um espaço residencial, um espaço de consumo para as populações urbanas, especialmente através das residências secundárias e dos programas de turismo rural e agroecológico, é também um espaço de valorização do patrimônio ambiental e cultural (WANDERLEY, 2001).

A qualidade do rural está associada à importância da natureza e às formas de vida sociais nele predominantes, fundamentadas na referência ao patrimônio familiar e nos laços de proximidade, de vizinhança e na capacidade de integração, por isso a importância das ações da EMATER/RS ASCAR fundamentadas no princípio da sustentabilidade. Pois através das ações de extensão o rural se organiza, sobrevive às intempéries da economia, promove a participação, eleva a cidadania, a qualidade de vida e atinge a autonomia dos habitantes do campo.

7. CONCLUSÃO

Com base nos objetivos atribuídos a este estudo, pode-se concluir que o mesmo alcançou seus propósitos, as ações de extensão podem ser dimensionadas pela sustentabilidade e na perspectiva agroecológica, onde neste estudo categorizamos em dimensão ecológica, econômica, social, cultural, política e ética.

Os resultados evidenciam as ações de extensão em consonância com o conceito de novas ruralidades, ou seja, a abordagem de públicos diversos e múltiplas funções do rural sejam estas: turismo, ambiental, agrícola e social. Conforme os dados levantados são mais representativas as ações tipificadas na dimensão econômica com 28% de representatividade na região COREDE Jacuí Centro, em um total de 31 ações executadas nos últimos três anos.

A dimensão social constituiu a segunda em representação, com 22% de ações, sendo que destas 25% também são representativas da dimensão econômica o que leva a observação que as ações da EMATER/RS ASCAR na região estudada prevalecem à questão econômica.

As demais dimensões, cultural, política, ecológica e ética corresponderam a 16%, 14%, 12 e 8% das ações de extensão respectivamente.

As ações de extensão da EMATER/RS ASCAR diagnosticadas neste estudo, estão embasadas em dados da própria instituição averiguada, o que limita metodologicamente o estudo. Ressaltamos aqui que o estudo evidencia uma visão da EMATER com relação ao novo rural a partir de si mesma.

Concluimos que as ações estão em conformidade com as demandas das novas ruralidades e a política da PNATER, ao serem executadas em públicos diferenciados e não somente agricultores e se estendem a ações voltadas para as múltiplas funções que o rural exerce hoje, o que se confirma em ações como turismo rural, soberania alimentar, artesanato e agroindústria.

No caso específico, no COREDE Jacuí Centro a EMATER/RS ASCAR através de suas ações atende em maioria o público dos agricultores familiares, onde eventualmente realiza ações sociais com públicos diferenciados que carecem dessa promoção, no caso ATER Quilombolas e ATER Pecuaristas Familiares.

Ao analisarmos o público das ações de extensão no território do COREDE Jacuí Centro observamos um aumento em 10% na diversidade de público atendido que não o agricultor, sendo esta uma resposta direta da PNATER ao envolver diferentes sujeitos em vulnerabilidade ou risco social, onde então se destaca um aumento em ações específicas com o público de pecuaristas familiares e quilombolas, no último ano de análise, 2012.

As ações de extensão para serem realmente válidas aos públicos diferenciados devem ser orientadas na organização e na promoção cultural, ser propulsoras ao desenvolvimento e não meramente executoras de políticas públicas, sejam elas de governo ou de Estado. A agroecologia incorporada nas ações de ATER contribui para a promoção da sustentabilidade e construção da autonomia e cidadania dos sujeitos sociais do rural.

Os 10% de público diferenciado que a EMATER/RS ASCAR atende hoje na região COREDE Jacuí centro demonstram a representatividade das novas ruralidades e a necessidade cada vez maior de novas ações de extensão para o desenvolvimento do rural que atinjam estes novos sujeitos sociais.

A presença das novas ruralidades nas ações de extensão não necessariamente devem compreender apenas ações que envolvam atividades não agrícolas e sim abarcar as múltiplas funções do rural. Atividades voltadas para um rural que não se apresenta somente como espaço e sim como território onde diversas classes sociais se fazem presente e precisam ser valorizadas socialmente, politicamente e culturalmente.

Não são as políticas equivocadas de desenvolvimento voltadas à produtividade e a economia que vão alavancar o território rural e sim a organização deste espaço na construção da autonomia dos habitantes do rural, por isso é tão importante à ciência da agroecologia para dar base as dimensões da sustentabilidade que comportem ações que valorizem a diversidade biológica e cultural construindo a identidade de um território.

A extensão rural, na medida em que se propõem ao desenvolvimento carece preconizar ações sustentadas nas dimensões da sustentabilidade, previstas pela ciência da agroecologia, em respeito à diversidade biológica, cultural, étnica e, sobretudo social do espaço rural. As ações de extensão por parte da EMATER/RS ASCAR têm como objetivo a promoção da sustentabilidade, autonomia e cidadania e

requer instrumentos políticos e pedagógicos que visem à organização, mobilização e intervenção dos sujeitos sociais do campo.

Com a realização desta pesquisa emerge novos questionamentos sob as novas ruralidades, pois na verdade constatamos que o novo não é novo. Novo é o olhar que se dá a esse espaço, através das políticas públicas e de desenvolvimento. O principal questionamento se apresenta quando analisamos as ações de extensão pela dimensão social é que social é esse que o governo e as entidades públicas buscam? A equidade em que medida é prevista, somente pelo viés econômico? É certo que vivemos num mundo capitalista, mas se não preservarmos a cultura e a identidade do rural este se perderá no espaço tempo, pois constantemente esse espaço tempo transforma e muda as relações sociais que o criaram.

Os conceitos de econômico e ambiental já estão enraizados em nossa sociedade, muito em decorrência da perspectiva de desenvolvimento pela corrente ecotecnocrática onde o viés econômico pelo capital prevê o lucro e os ativos ambientais constantemente ponderados. E como enraizar o conceito de social?

Emerge um maior estudo por um desenvolvimento social. Leff discute a complexidade ambiental pela falta de compreensão do conhecimento sobre o mundo, quem sabe seja esse o caminho, discutirmos a complexidade social pela compreensão do conhecimento de quem somos: seres coletivos ou individualistas?

Ao analisarmos as ações de extensão observamos, na região estudada, que se concentram em sua maioria na dimensão econômica e se faz necessário que se instale uma nova visão de desenvolvimento, voltada pelo social que busque a equidade dos sujeitos locais e uma menor desigualdade na distribuição de ativos, capacidades e oportunidades aos mais desfavorecidos. O foco do desenvolvimento proposto pelas ações de extensão deve ser as relações sociais, que o são distintas no rural. Os laços de vizinhança e de família demonstram a coletividade e princípio da solidariedade. A extensão rural desde seus princípios trabalha junto à base da família, e é nela que o desenvolvimento necessita ser repensado não no aumento da lucratividade e sim na preservação de sua cultura e sua identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. 3ed. São Paulo EDUSP, 1992, pp. 59-60.

ABRAMOVAY, R. “**Estratégias alternativas para a extensão rural e suas conseqüências para os processos de avaliação**” (2007). Disponível em <http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/abramovay_avalizando_a_extensao_rural#> Acessado em 05 de 04 de 2013.

ALTIERI, M. A. El “estado del arte” de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. In: CADENAS MARÍN, A. (ed.). **Agricultura y desarrollo sostenible**. Madrid: MAPA, 1995. p.151-203. (Serie Estudios)

ALTIERI, M., TOLEDO, V. M. **La Revolución Agroecológica em Latinoamérica**. SOCLA, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2010. 45 p.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis RJ: Vozes, 1988.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA),1999.

CALLOU, A.B.F. **Extensão rural e desenvolvimento local: significados contemporâneos**. UNlrevista - Vol. 1, nº 3 .julho 2006.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática extensionista do serviço público**.1991, 221f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria. 1991.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade**: novas identidades em construção. In: Estudos Sociedade Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 11, Out. pp.53-75, 1998.

CARNEIRO, M. J. (Org.); MALUF, Renato (Org.) . **Para Além da Produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. v. 1. 230 p.

CASTRO, L. C.de. **Dossiê**: Banco Mundial e Estados Unidos, momentos de uma história de tensões. Texto 1. Políticas de desenvolvimento rural - evolução das ideias e políticas no Banco Mundial; 2009. Disponível em: < <http://www.ineu.org.br>>. Acesso em 20 mar. 2013.

CARVALHO, A. de. **Possibilidades e limites do Programa Territórios da Cidadania a partir da sua realização no território região central e no município de Santa Maria/RS**.2012, 259 f. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de concentração Produção do Espaço e Dinâmica Regional, da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2012.

CAPORAL F. R, RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, setembro de 2006. (texto em fase de publicação)

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. In: Vela, Hugo. (Org.): Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003.p. 157-194.

CASADO, G. G. I.; MOLINA, M. G. de; GUZMÁN, E. S. (coord.). **Agroecología y desarrollo rural sostenible**. In: Introduccion a la agroecologia como desarrollo rural sostenible. Ediciones Mundi-Prensa. 2000.

COREDE JACUÍ CENTRO Planejamento estratégico Desenvolvimento regional harmônico e sustentável 2010-2020. COREDE Jacuí Centro. 2010.

Daly. Hernam e, Gayo, Daniel. **Significado, conceptualización y procedimientos operativos Del desarrollo sostenible: posibilidades de aplicación a la agricultura** in Marín, Alfredo Cadenas. Agricultura y Desarrollo Sostenible. Ministerio de Agricultura.Pesca y Alimentación, Secretaría General Técnica, Madrid,1995.

DEL GROSSI M.E. & SILVA, J.G. da; **O Novo Rural Brasileiro**. In: Oficina de Atualização temática - Projeto Rururbano.1998. Disponível em: www.eco.unicamp.br. Acessado em: 09 de maio de 2011.

DURÁN, Francisco E. Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 76-98, out. 1998.

EMATER. Rio Grande do Sul / ASCAR **Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR** EMATER/RS-ASCAR. 2. ed. rev. aum. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2006. 83 p.

EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. **Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR: a gestão do processo de planejamento**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2011. 47 p. il.

EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. **Página oficial**. Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: < <http://www.emater.tche.br> >. Acesso em: 12 mar. 2013.

ESTEVA, G. **Desenvolvimento**. In: Sachs, W. (ed.). Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Vozes: Petrópolis, RJ. 2000

FIGUEIREDO. R.P. de. **Extensão Rural no Brasil: Novos Tempos**. Revista Brasileira de Tecnologia. Brasília. 15(4): 19-25. jul-ago. 1984.

FONSECA, M.L. **A Extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. ed.Loyola, São Paulo, 1985.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRIEDMANN, R. M. P. **Fundamentos de Orientação: Cartografia e navegação terrestre**. Curitiba: PRO BOOKS & CEFET-PR, 2003.

FROEHLICH, J. M. **Rural e natureza: as construções sociais do rural contemporâneo**. Rio de Janeiro: UFRRJ. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, área de concentração em Sociedade e Agricultura, 2002.

FROEHLICH, J. M.; DULLIUS, P. R.; PIETRZACKA, R. **A multifuncionalidade do espaço rural na região central do RS - dados gerais**. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto. Anais do XLIII Congresso da SOBER. Ribeirão Preto: FEARP-USP/SOBER, 2005. v. 1.

GUANZIROLI, C. ROMEIRO, A., BUAINAIN, A.M., SABBATO, A. Di., BITTENCOURT, G., **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45 jan/mar. 2001.

HECHT, S. B. **La evolución del pensamiento agroecológico**. In: Altieri, M. A. Agroecologia – Bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad. 1999

JARA, C.J., **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan, 1998.

MATTEI, L. **A Relevância da Família como unidade de análise nos estudos de pluriatividade**. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 45, p. 1055 - 1073, Rio de Janeiro, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Assistência técnica e extensão rural para mulheres**. Contribuição à Política Nacional de Ater (PNATER). Brasília, 2009.

NAREDO, M. N. **Raíces económicas del deterioro ecológico y social**. Siglo XXI de Espana Editores S.A. Madrid. 2006.

NEUMANN, P. S. **Agricultura familiar e desenvolvimento**: o debate do “modelo rural” versus “ modelo agrícola”. In FROEHLICH, J. M. (Org.) ; DIESEL, V. (Org.) . Desenvolvimento Rural - Tendências e Debates Contemporâneos. 2ª. ed. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2009. v. 1. 192 p.

NORGAARD, R. B.; SIKOT, T. O. Metodología y práctica de la agroecología. In: Altieri, M. A. Agroecologia – Bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad. 1999.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 523p.

PEREIRA, J.M.M. **O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”**. Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 260-282

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização / Jan Douwe van der Ploeg ; tradução Rita Pereira. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

REIS, D. S. dos, **O Rural e Urbano no Brasil**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação Gaúcha do Trabalho. **Portaria n. 328**, de 29 de setembro de 2003. Regulamenta a análise, classificação e registro do artesanato no Rio Grande do Sul.

SANTOS E. G. L. dos, COUTO V.de A. e ROCHA A. dos S. **A multifuncionalidade e a questão agrária no Brasil**: Uma análise da agricultura familiar como geradora das novas funções da agricultura. Exposição feita pelos autores em plenário, no 46ª Congresso da SOBER Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, realizado em setembro de 2008.

SCHNEIDER, S. **Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003.

_____ **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno**: elementos teóricos e um estudo de caso. In FROEHLICH, J. M. (Org.) ; DIESEL, V. (Org.) . Desenvolvimento Rural - Tendências e Debates Contemporâneos. 2ª. ed. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2009. v. 1. 192 p.

SCHNEIDER, S. et al. **A pluriatividade e as Condições de Vida dos agricultores familiares no RS**. In: A Diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006, p. 137- 165.

SECRETARIA DE AGRICULTURA PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO DO RS. **Mais água mais renda.** Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.rs.gov.br/conteudo/1032/?Mais_%C3%81gua%2C_Mais_Renda>. Acesso em 06 mar.2013.

SILVA, A.; DIESEL, Vivien; NEUMANN, P. S.. **Aproximações críticas à proposta da extensão rural orientada pela demanda.** In: XV Jornadas Nacionales de Extensión Rural y VII del MERCOSUR, 2010, San Luis - Argentina. XV Jornadas Nacionales de Extensión Rural y VII del MERCOSUR, 2010

SILVA NETO, B. **Sistemas Agrários e agricultura familiar no Rio Grande do Sul.** In FROEHLICH, J. M. (Org.) ; DIESEL, V. (Org.) . Desenvolvimento Rural - Tendências e Debates Contemporâneos. 2ª. ed. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2009. v. 1. 192 p.

SILVA, J. G. da. **O novo rural Brasileiro.** Belo Horizonte: Revista Nova Economia, 1997.

_____, **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.**, Campinas, Editora da UNICAMP, I.E., 1996. 217 p.

_____, **Velhos e novos mitos do rural brasileiro.** Estudos Avançados, São Paulo, v.15,n.43, p.37-50, 2001.

SILVA, M. A. M. da **Histórias e estórias no sítio:** extensão e comunicação rural no RS . Brasília : ASBRAER, 2011.

SOARES, I. de O. **Caminos de la educomunicación:** utopías, confrontaciones, reconocimientos, in Nomadas, Universidad Cental, Bogotá, 2009, p.194-207. ISSN 0121 7550

SPANVELLO, R. M.; LAGO, A.; VELA, H. Juventude rural: associativismo e lazer como forma de desenvolvimento social. In: VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO – AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação Latino – Americana de Sociologia Rural, 2002. p. 1555 – 1557.

TURCHIELO, L. B. **Estudo das percepções de educação Ambiental entre os extensionistas rurais da EMATER/RS na região do COREDE/centro.** 2003. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

VEIGA, J. E. da., **Cidades imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, 304p.

VEIGA, J. E. da., **Destinos da Ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados, 18, n. 51, São Paulo, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedades e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 15, p. 87-146, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Una nueva ruralidad en América Latina? GIARRACCA, N. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2001.

WANDERLEY, M. N. B, **Prefácio**. In: CARNEIRO, M. J. (Org.) ; MALUF, Renato (Org.) . Para Além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. v. 1. 230 p